



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE  
NÍVEL MESTRADO**

**JUNIELA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM OLHAR  
PARA O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EM PEDRA MOLE/SE**



**SÃO CRISTÓVÃO  
2019**

**JUNIELA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM OLHAR  
PARA O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EM PEDRA MOLE/SE**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos

**Linha de Pesquisa:** Planejamento e Gestão Ambiental

**SÃO CRISTÓVÃO  
2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Juniela

S237e      Educação do campo e práticas ambientais sustentáveis : um  
olhar para o PROJOVEM Campo Saberes da Terra em Pedra  
Mole/SE / Juniela Santos ; orientador Núbia Dias dos Santos. – São  
Cristóvão, SE, 2019.  
139 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
– Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Educação rural 3.  
Agroecologia. 4. Pedra Mole (SE). I. Programa Nacional de  
Inclusão de Jovens (Brasil) II. Santos, Núbia Dias dos, orient. III.  
Título

CDU: 502.11

**JUNIELA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM OLHAR  
PARA O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EM PEDRA MOLE/SE**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio  
Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos - Universidade Federal de Sergipe  
Presidente-orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Nascimento Soares- Universidade Federal de Sergipe  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto – Universidade Federal de Sergipe  
Examinador Externo

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

---

Juniela dos Santos  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos - Orientadora  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos - Orientadora  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Aos meus pais, com amor!

## **AGRADECER É UM ATO DE AMOR**

Sou grata a Deus pelo dom da vida, por ter me proporcionado chegar até aqui, escutando sempre as minhas preces, continuarei firme, “Entregando, confiando, aceitando e agradecendo”.

Agradeço imensamente aos meus pais, pela luta diária, pelo apoio e companheirismo de sempre, pelo amor! Gratidão, amo vocês!

Aos meus amores Junior (irmão) e Manoel (noivo) pelo encorajamento e apoio, por acreditarem mais em mim, do que eu! Obrigada!

Agradeço a minha família! Aos meus anjos que estão no céu, minhas Marias (avós), Vô, que saudade! Sei que estão olhando e intercedendo por mim!

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por ter me proporcionado participar das formações do núcleo de Educadores do Movimento. Foi a partir delas que conheci o Projovem Campo Saberes da Terra, e tive a felicidade de fazer parte desse programa como Educadora.

Ao núcleo de Educação do Campo pelas formações continuadas, fazendo-me reconhecer enquanto sujeito do campo e enquanto educadora da Educação do Campo. A Maria José, agradeço pelas formações, pela amizade e companheirismo! Gratidão!

Aos meus queridos alunos da turma Família Agrícola, pela participação e contribuição nessa pesquisa. Aos camponeses e feirantes que me concederam entrevistas, como também aos secretários de Agricultura e Educação do Município de Pedra Mole, a Adérico (Coordenador do EJA Campo, em Simão Dias) também a Acácia (Coordenadora do NECAM). Muito obrigada!

Minha imensa gratidão a minha amiga Denize pela amizade, pela atenção e zelo, comigo e com minha dissertação. E a Roniex pela colaboração na confecção dos mapas que compõe essa dissertação. A ambos meus sinceros agradecimentos.

Aos anjos que papai do céu me presentou como amigos nessa caminhada, Delmira, Marília, Jonas, Juliana, Jonatas, Alessandra a sala 09 do PRODEMA e sala 05 do departamento de Geografia foram pequenas para tanta amizade e troca de conhecimentos. Sou imensamente grata a vocês!



Aos amigos dessa jornada cansativa, porém gratificante, Leidjane, Genisson, Luciene, Sheila, Ariane, Raquel, obrigada pelos trabalhos compartilhados, e por tornar essa caminhada mais leve.

Agradeço aos professores do Programa Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelos ensinamentos compartilhados. Aos professores Maria José Nascimento Soares e Paulo Heimar Souto pelas contribuições para essa pesquisa.

Minha imensa Gratidão a minha orientadora Núbia Dias dos Santos, pelos ensinamentos, por acreditar em mim, e por ampliar meus conhecimentos. Obrigada!

Agradeço também a CAPES pelo apoio financeiro.

Agradeço a todos que fizeram parte dessa caminhada!

Gratidão!

Onde quer que haja mulheres e homens,  
há sempre o que fazer, há sempre o que  
ensinar, há sempre o que aprender.  
Paulo Freire

## RESUMO

O ProJovem Campo Saberes da Terra é um Programa do Governo Federal que visa a escolarização e a qualificação profissional inicial em Produção Rural Familiar de jovens agricultores familiares na faixa etária de 18 a 29 anos. A pesquisa versa sobre as práticas ambientais destacadas pelo programa, ao considerar sua relevância na construção de um arcabouço teórico, conceitual e empírico basilares para a leitura crítica do mundo e dos efeitos da “Revolução Verde” e do pacote tecnológico para a agricultura familiar. Constata-se no município de Pedra Mole o comprometimento da saúde do solo, da água, dos seres vivos e de agricultores, devido ao uso abusivo de agrotóxicos, assim como seu espaço de produção está sendo solapado tanto pelas máquinas, como pelos cultivos transgênicos. Apesar da sua relevância para a retomada dos paradigmas agroecológicos, a problemática da pesquisa surge pelo fato do programa não se configurar como uma efetiva e permanente política pública educacional do Campo. Com isso, objetivou-se analisar como estão sendo efetuadas as políticas educacionais do Campo, tomando como referência o Estado de Sergipe; compreender a relação homem - natureza a partir da modernização conduzida pelo Estado para o espaço rural; apresentar a concepção de Educação do Campo e sua efetividade para um espaço rural sustentável; analisar o realizar e as contradições do Projovem Campo Saberes da Terra. Em Sergipe esse programa esteve em sua terceira atuação (2015/2017). O *locus* da pesquisa foi o município de Pedra Mole, localizado no Sertão Ocidental Sergipano. A metodologia desse estudo foi subsidiada por levantamento bibliográfico, documental, pesquisa de campo e aplicação de questionário com os educandos do Projovem Campo no município *locus* da pesquisa, também de entrevistas com outros atores-chave (Trabalhadores rurais, feirantes, o Secretário de educação, e o de agricultura do município de Pedra Mole, a Coordenadora do Núcleo de Educação do Campo de Sergipe, e o Coordenador do EJA Campo do Município de Simão Dias). Ademais, foi discutido a importância do programa como política pública educacional e como alternativa estrutural para os sujeitos sociais do campo se apropriarem dos conhecimentos socioambientais necessários para enfrentar o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, moldado pelo agronegócio, transgênicos e agrotóxicos e na direção de um desenvolvimento pautado na vida saudável. Contudo, observou-se a falta de efetividade do programa, uma vez que o mesmo, configura-se como uma política educacional do campo pontual e compensatória. Esse fato, coloca em questão a relevância do programa, diante da necessidade de políticas públicas emancipadoras para os sujeitos do campo.

**Palavras-chave:** Projovem Campo Saberes da Terra. Educação do/no Campo. Práticas ambientais sustentáveis. Agroecologia.

## ABSTRACT

ProJovem Campo Saberes da Terra is a Federal Government Program aimed at schooling and initial professional qualification in Rural Family Production of young family farmers in the age group of 18 to 29 years old. The research deals with the environmental practices highlighted by the program, considering its relevance in the construction of a basic theoretical, conceptual and empirical framework for the critical reading of the world and the effects of the "Green Revolution" and the technological package for family agriculture. In the municipality of Pedra Mole, the health of soil, water, living beings and farmers is compromised due to the abusive use of agrochemicals, as well as their production space is being undermined by machines as well as transgenic crops. Despite its relevance to the resumption of agroecological paradigms, the research problem arises from the fact that the program is not configured as an effective and permanent educational public policy of the Field. With this, the objective was to analyze how the educational policies of the Field are being carried out, taking as reference the State of Sergipe; the specific objectives were: to understand the man-nature relationship from the modernization conducted by the State to the rural space; to present the concept of Field Education and its effectiveness for a sustainable rural area; to analyze the realization and the contradictions of the Projovem Campo Saberes da Terra. In Sergipe, this program was in its third performance (2015/2017). The research *locus* was the municipality of Pedra Mole, located in the western *sertão* of Sergipe. The methodology of this study was subsidized by bibliographical, documentary, field research and questionnaire application with the students of Projovem Field in the municipality of the research *locus* also of interviews with other key actors (rural workers, secretary of education and agriculture of the municipality Pedra Mole, Coordinator of the Field Education Center of Sergipe, and Coordinator of the EJA Field of the Municipality of Simão Dias). It was hoped to discuss the importance of the program as an educational public policy as a structural alternative for the social subjects of the field to appropriate the socio-environmental knowledge necessary to confront the current model of agricultural development, shaped by agribusiness, transgenics and agrochemicals and towards the development of a healthy life. However, it was observed the lack of effectiveness of the program, since it is configured as an education policy of the punctual and compensatory field. This fact calls into question the relevance of the program in the face of the need for emancipatory public policies for the subjects of the countryside.

**Keywords:** Projovem Campo Saberes da Terra. Education from/on the countryside. Sustainable environmental practices. Agroecology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Modelo esquemático de recorte do objeto de análise da pesquisa.	25
Figura 2- Mapa de localização do município de Pedra Mole/SE, 2019.	26
Figura 3- Território da Cidadania do Estado de Sergipe.	30
Figura 4- Território do Sertão Ocidental Sergipano, com destaque para o município de estudo (Pedra Mole) integrante da pesquisa empírica.	31
Figura 5- Modelo esquemático: eixos temáticos do Arcabouço Teórico.	34
Figura 6- Mapa da implantação do Programa Saberes da Terra no Brasil, Edição 2005.	71
Figura 7- Mapa da implantação do Programa Saberes da Terra no Brasil, Edição 2005.	73
Figura 8- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra no Estado de Sergipe, 2009 – 2011, Brasil.	74
Figura 9- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, no Estado de Sergipe, 2012 – 2014, Brasil.	75
Figura 10- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, no Estado de Sergipe, 2015 – 2017, Brasil.	75
Figura 11 - Estrutura Curricular do programa Projovem Campo Saberes da Terra	81
Figura 12- Certificação dos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra (2015-2017), Pedra Mole/SE, 2018.	84
Figura 13- Debate de conteúdos em sala de sala na Turma Família Agrícola, Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2017.	88
Figura 14- Produção de Cartazes, tempo escola na Turma Família Agrícola do Projovem Campo Saberes da Terra- Pedra Mole/SE, 2015.	88
Figura 15- Literatura de Cordel produzido pelos educandos durante o tempo escola na Turma Família Agrícola- Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2016.	89
Figura 16 - 1ª Partilha dos Saberes. Educandos do Projovem Campo Saberes ensinando aos moradores do Assentamento como implantar uma horta orgânica em suas casas de forma alternativa, e reaproveitando materiais que poderiam ser descartados no Meio Ambiente, Pedra Mole, 2015.	91
Figura 17- Visita a uma produção de Hortaliças Orgânicas em Simão Dias/SE, 2016.	92

Figura 18- Banner apresentado pelos educandos na feira livre, com o tema Transgênico X Agroecologia na Partilha de Saberes da Turma Família Agrícola na Feira Livre de Pedra Mole/SE, 2016.	93
Figura 19- 2º Partilha dos Saberes, educandos do Projovem Campo Saberes da Terra apresentando a comunidade de Pedra Mole os trabalhos produzidos sobre os Transgênicos, 2016.	94
Figura 20- Pesquisa realizada pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra junto as Secretarias de Educação, Saúde e Agricultura referente as Políticas Públicas Municipais de Pedra Mole, 2016.	95
Figura 21 - Primeiro momento da Partilha de Saberes do 3º Eixo no Acampamento Chico Mendes II- Macambira/SE, realizado pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra, 2016.	97
Figura 22 - Segundo momento da Partilha de Saberes do 3º eixo realizado no Colégio Estadual Augusto Franco pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2016.	97
Figura 23- Atividade de Campo do 4º eixo, realizada no assentamento Craíbas no município de Japaratuba. Visita a Agroindústria Rural Doce Lar, 2017.	99
Figura 24- Atividades apresentadas na Partilha de Saberes do 5º eixo pela Turma Família Agrícola no município Pedra Mole/SE, 2017.	100
Figura 25 - Quintais Produtivos, no preparo da área a ser plantada pela Turma Família Agrícola- Pedra Mole/SE, 2016.	102
Figura 26 - Educandos na adubação do solo para a implementação dos quintais produtivos da Turma Família Agrícola, Pedra Mole/SE, 2016.	103
Figura 27- Educandos na manutenção dos quintais produtivos. Produção de Hortaliças da Turma Família Agrícola- Pedra Mole/SE. 2016.	103
Figura 28 - Implementação da 2ª Produção de Hortaliças da Turma Família Agrícola, no município de Pedra Mole/SE, 2017.	104
Figura 29 - Foto capturada por veículo aéreo não tripulado (DRONE) da Monocultura do milho no Assentamento São José da Quixabeira, no município de Pedra Mole/SE, 2018.	111
Figura 30- Foto capturada por veículo aéreo não tripulado (DRONE) da Monocultura do milho no Assentamento São José da Quixabeira, no município de Pedra Mole/SE, 2018.	111

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Distribuição da população, por situação do domicílio e sexo, do município de Pedra Mole/SE (IBGE– 2010)	27
Tabela 2- Malha Fundiária do Município de Pedra Mole, 2006.	28
Tabela 3 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita por sexo no município de Pedra Mole, 2010	106
Tabela 4 - Involução da produção agrícola no município de Pedra Mole/SE - 1995-2016.	108

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese das referências do eixo temático 1- Livros e Artigos	38
Quadro 2- Síntese das referências do eixo temático 2- Livros e Artigos	40
Quadro 3- Síntese das referências do eixo temático 3- Teses, dissertações e Monografia.	42
Quadro 4- Síntese dos Programas Educacionais do Campo Desenvolvidos no Estado de Sergipe de 1997 a 2017.	65
Quadro 5- Projeto Político Pedagógico. Síntese das temáticas propostas para cada eixo temático do Projovem Campo Saberes da Terra.	82
Quadro 6- Arco ocupacional do Projovem Campo Saberes da Terra.	83
Quadro 7- Percepção dos educandos da Turma Família Agrícola sobre as oportunidades e dificuldades acerca da temática Trabalho no município de Pedra Mole, 2018.	107
Quadro 8- Entrevista com os feirantes da feira livre do município de Pedra Mole Sergipe, 2018.	109
Quadro 9- Percepção dos educandos acerca do modo de produzir desenvolvido no município de Pedra Mole e quanto aos benefícios para a comunidade, 2018.	118
Quadro 10- Percepção dos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra em relação ao espaço em que vivem no município de Pedra Mole/Se, 2018.	119



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Número de educandos que deram continuidade aos estudos após o ProJovem Campo saberes da Terra, no município de Pedra Mole/SE, 2018.	116
Gráfico 2- Trabalho e renda atual dos educandos do Projovem campo- Pedra Mole/Se, 2018.	118

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NECAM	Núcleo de Educação do Campo
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SAF	Secretaria de Agricultura familiar
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Floresta
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECAD	Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETEC	Secretaria da Educação Profissional e Tecnologia
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	20
<b>CAMINHOS DA PESQUISA</b>	25
Recorte do objeto de análise da pesquisa	25
Caracterização da Área de Estudo	25
Método e procedimentos metodológicos	33
<b>CAPÍTULO I</b>	44
<b>O DESENVOLVIMENTO DIRECIONADO PARA O ESPAÇO RURAL:</b>	44
<b>ANÁLISE DA RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA</b>	
1.1. O espaço geográfico: concepções teóricas	46
1.2. Relação homem-natureza	48
1.3. Agroecologia: reaproximação social da natureza	50
1.3.1. Histórico da Agricultura no Brasil	50
1.3.2. Agroecologia: caminhos para a Agricultura sustentável	51
<b>CAPÍTULO II</b>	55
<b>POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>	55
2.1. Do direito à Educação	55
2.2. Da educação Rural à Educação do Campo	58
2.3. A Educação do Campo no Estado de Sergipe: síntese de uma política em construção	64
<b>CAPÍTULO III</b>	69
<b>O PROJÓVEM CAMPO SABERES DA TERRA: UMA PROPOSTA DE</b>	69
<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PEDRA MOLE/SE</b>	
3.1. Um olhar para o Projeto Político Pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra	78
3.2. Pedagogia da Alternância à luz da Turma Família Agrícola em Pedra Mole	84
3.2.1. A turma Família Agrícola	84
3.2.2. A pedagogia da alternância: práticas da Turma Família Agrícola	86
3.2.3. Quintais produtivos e produção alternativa ecológica à luz da Agroecologia	101
3.3. O Projovem Campo Saberes da Terra em Pedra Mole/SE: relevância de um produto necessário e inacabado	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS ...</b>	121
<b>REFERÊNCIAS</b>	125
<b>APÊNDICES</b>	133

## INTRODUÇÃO

---

A temática da Educação do Campo se faz importante, em primeiro lugar, por ser direito dos sujeitos sociais<sup>1</sup> dessa educação. Em segundo, por ela, contrapor-se ao “desenvolvimento direcionado para o espaço rural”<sup>2</sup>. Um desenvolvimento meramente econômico, excludente, desigual, contraditório e combinado (SANTOS, 2012; OLIVEIRA, 2015). Ademais, causa danos sociais, econômicos e ambientais, pois, está pautado na concentração de terras, nas monoculturas, no uso intensivo de máquinas e de agrotóxicos, consolidado pela agricultura capitalista. Assim, para Caldart (2004, p. 13), “[...] existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo”.

A Educação do Campo nessa pesquisa está materializada no Programa Projovem Campo Saberes da Terra<sup>3</sup>, desenvolvido no município de Pedra Mole/SE, na terceira demanda (2015-2017) de adesão do Estado de Sergipe, e primeira no município. Esse programa atende Jovens Agricultores Familiares<sup>4</sup> de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental na “idade certa”. Associada a escolarização está a qualificação social e profissional em sistemas de Produção Rural Familiar.

Nesse contexto, reconhece-se os pontos positivos do programa, ressaltando ser uma conquista da luta dos povos do campo, principalmente pelos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que lutam por uma Educação do Campo, tendo uma proposta curricular e metodológica que contribui para o fortalecimento das políticas

---

<sup>1</sup> “Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas...” ( CALDART, 2002, p. 20).

<sup>2</sup> Para Oliveira (2015, p. 153) “o desenvolvimento desigual/contraditório/combinado do capitalismo no meio rural no Brasil desde os primórdios distribuiu de forma desigual para os povos do campo não só a terra, mas também outros direitos sociais, entre eles a educação”.

<sup>3</sup> O Projovem Campo Saberes da Terra foi criado a partir de lei federal 11.120/2005 que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

<sup>4</sup> Serão considerados agricultores familiares os educandos que cumpram os requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2009, p.33).

educacionais do campo. Todavia, observa-se também o caráter compensatório e não efetivo do Projovem Campo Saberes da Terra (FERREIRA, 2015; SANTOS 2017). Esse fato torna-se grave, uma vez que os educandos inseridos no programa têm a esperança de continuidade dos estudos e a possibilidade de autonomia no espaço em que vive.

O município de Pedra Mole tem a agricultura como principal fonte de renda municipal. Contudo, cabe ressaltar que nesse município essa atividade também entrou na lógica do Agronegócio, materializado nas monoculturas do milho. De acordo com Machado e Machado Filho (2014, p) “[...] as monoculturas das grandes unidades de produção são insustentáveis social e ambientalmente e, do ponto de vista econômico requerem áreas cada vez maiores”. Essa estratégia de reprodução do capital, que tem como alvo o campo, “[...] agravou a situação de degradação social e ambiental que vivemos hoje” (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 307).

Assim, torna-se urgente e necessária uma educação que suscite nesses sujeitos sociais a reflexão dessa realidade, como também a possibilidade de autonomia para que, inseridos na Educação do Campo, possam decidir qual modelo de sobrevivência a ser seguido: a da agricultura camponesa, ou a da agricultura capitalista. Com base nessa compreensão, nosso olhar se dirige a educação no/do campo<sup>5</sup>, tendo em vista a sua condição assimétrica em relação à política educacional brasileira.

Os sujeitos sociais<sup>6</sup> residentes nos espaços rurais são colocados em uma situação de marginalização nas diversas políticas públicas sociais. A educação formal não é uma exceção, o que se observa é que, ao invés do fortalecimento das políticas educacionais ou da criação de uma política pública educacional para os povos do campo, são disponibilizadas para esse segmento social programas e políticas educacionais pontuais e compensatórias. Esses programas trazem benefícios parciais e/ou apenas preenchem uma parte da lacuna dos déficits que eles enfrentam por serem oriundos e residentes no campo, na medida em que as suas

---

<sup>5</sup> Ao apresentarmos o termo Educação *do/no* Campo nos referimos “a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo [...]” (CALDART, 2012, p. 261). No campo, pois a escola está no espaço dos sujeitos sociais, e do campo, porque esses sujeitos e seu espaço são instrumentos de aprendizagem.

<sup>6</sup> Os sujeitos sociais do espaço rural são: “pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria e outros grupos mais” (CALDART, 2002, p. 21).

condições materiais de existência não são historicamente respeitadas no momento da elaboração e execução das políticas públicas específicas.

A luta por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e ambientalmente sustentável, envolve valores éticos e morais construídos historicamente. É fundamental a visão integrada de mundo e de sociedade, a universalização dos direitos e dos instrumentos materiais, na qual os sujeitos/cidadãos estejam em condições simétricas para colaborar na construção do edifício social. Na sociedade, o ensino formal deve ser componente basilar na construção do pensamento ético ecológico<sup>7</sup> o qual oferecerá a cada sujeito social a ferramenta estrutural para ser/estar/viver na sociedade.

Assim, a motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa deu-se a partir da prática como educadora do Projovem Campo Saberes da Terra, e compreender que esse programa tem sua relevância, na medida em que, respeita-se a identidade dos sujeitos do campo, tem-se o olhar/agir para as práticas ambientais sustentáveis, “tendo a agroecologia como fundamento pedagógico para a promoção da sustentabilidade camponesa” (SOUZA e SANTOS, 2018, p.438) .

Contudo, existe o fato do programa possuir fragilidades, pois ao mesmo tempo em que inclui/exclui. Isso ocorre porque os saberes da terra inerentes à cultura camponesa e que acompanha o sujeito desde sua primeira infância, na maioria das vezes, não são levados em consideração, visto que é um programa direcionado somente para a educação de jovens e adultos e com limitação de faixa etária (18-29 anos). Além do mais, não é uma política pública de caráter efetivo e contínuo. Nessa perspectiva, questiona-se: De que maneira o Projovem Campo Saberes da Terra pode se tornar uma efetiva política pública educacional do campo?

A partir deste questionamento, objetivou-se com esta pesquisa analisar como estão sendo efetuadas as políticas educacionais do Campo, tomando como referência o Estado de Sergipe. De forma complementar, os objetivos específicos foram:

---

<sup>7</sup>Leonardo Boff (1993,1998) apresenta os conceitos dos termos ético ecológico separadamente, porém, fica evidente que é imprescindível que estes caminhem juntos. Para Boff “[...] a ética assume a moral, quer dizer, o sistema fechado de valores vigentes e de tradições comportamentais. Ela respeita o enraizamento necessário de cada ser humano na realização de sua vida, para que não fique dependurada nas nuvens. Mas a ética introduz uma operação necessária: abre esse enraizamento. [...] A ética, portanto, desinstala a moral. Impede que ela se feche sobre si mesma. Obriga-a à constante renovação no sentido de garantir a habilidade e a sustentabilidade da morada humana: pessoal, social e planetária (BOFF, 1998, p. 93-94). Em relação a ecologia, o autor aponta que “[...] A ecologia não tem a ver apenas com a natureza (ecologia natural), mas principalmente com a sociedade e cultura (ecologia humana, social etc.). (BOFF, 1993, p.15).”

1. Compreender a relação homem - natureza a partir da modernização conduzida pelo Estado para o espaço rural;
2. Apresentar a concepção de Educação do Campo e sua efetividade para um espaço rural sustentável;
3. Analisar o realizar e as contradições do Projovem Campo Saberes da Terra.

A justificativa da pesquisa, deu-se pela necessidade da potencialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra. Em primeiro lugar pelo direito ao acesso à educação, pois “a formação humana deve ser todo o fundamento da educação, porque através dela os sujeitos têm a possibilidade de se constituir como ser social responsável pelos seus atos, inclusive pelo seu refletir, de estar no mundo [...]” (JESUS, 2004, p.66). Cabe destacar, que essa formação humana, está fundamentada no universo dos sujeitos. O desenvolvimento do ensino-aprendizagem é pautado nas atividades e relações cotidianas dos educandos.

Ademais, no universo estudado, assim como é a realidade de boa parte do espaço rural brasileiro, há o uso desordenado de agrotóxicos<sup>8</sup> nas práticas agricultáveis, as quais muitos dos jovens do campo estão inseridos<sup>9</sup>. No entanto, com uma educação do campo efetiva é possível potencializar a relação homem-natureza, a partir das práticas agroecológicas já integradas ao conteúdo didático do Projovem Campo Saberes da Terra.

De acordo com Gliessman (2005, p.54) “a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”. Tais princípios tendem a se tornar mais efetivos com uma proposta educacional que respeite a identidade cultural dos moradores do campo e que faça parte do seu universo escolar desde os primeiros anos de ensino.

Sabe-se que os sujeitos do campo têm na agricultura a sua principal atividade laboral e sua identidade cultural. No entanto, a mesma vem se desenvolvendo de forma artificial,

---

<sup>8</sup>Com base na Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, os agrotóxicos são [...] produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais; cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002).

<sup>9</sup> No Livro Dicionário da Educação do Campo, Rigotto e Rosa (2012, p. 89) trazem dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (2009), acerca do uso intensivo de agrotóxicos, e apresentam que; “Desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representa 3,7 quilos de agrotóxicos por habitante. Em 2009, as vendas atingiram 789.974 toneladas”.

mediada pelo agronegócio. Contudo, os sujeitos do campo têm um modo específico de olhar para a agricultura, e, se a eles for disponibilizada uma educação enraizada nos saberes da terra, haverá menor probabilidade de optarem pela prática da agricultura convencional.

Para tanto, é necessário que tais políticas se realizem de maneira regular e continuada. Concordamos com Caldart (2004, p.15) ao afirmar que a educação do campo “é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria”. Caldart (2004, p.16), ainda salienta que “educação do campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular”.

Por esses motivos, é imprescindível que se tenham políticas públicas educacionais atuantes, com um currículo bem elaborado e integrador, que agreguem os jovens do campo e os motivem e dialoguem com o viver no/do campo de forma saudável/sustentável. O respeito à natureza assegura, para as gerações presentes e as futuras, melhores possibilidades de reprodução social e de vida.

A partir desse entendimento, esta pesquisa foi organizada em três capítulos. No primeiro, buscou-se trabalhar a problemática do “desenvolvimento” direcionado para o espaço rural. Ainda, buscou-se mostrar como a relação homem-natureza foi afetada a partir desse modo de “desenvolvimento”, que no campo foi imposto a partir do modelo de modernização da agricultura. Ademais, apresenta-se a agroecologia como alternativa a esse modelo.

No segundo capítulo, abordamos a educação como direito popular; a concepção da Educação do Campo, desde a inicial oferta como Educação Rural, que tinha como intuito preparar os sujeitos do campo para o trabalho, até a concretização do Educação do Campo com suas perspectivas e desafios. Mostrou-se também o caminhar das políticas Educacionais do Campo no Estado de Sergipe.

E no terceiro capítulo, apresentou-se o Projovem Campo Saberes da Terra, bem como sua materialização enquanto política Educacional do Campo, no município de Pedra Mole/SE. Foi feita uma análise descritiva do PPP do programa, dentro dos parâmetros da Educação do Campo, ainda foram apresentadas as atividades realizadas durante o desenvolvimento do programa a partir da pedagogia alternância. Por fim, buscou-se apresentar a relevância do Projovem Campo Saberes da terra e análise do mesmo como um instrumento necessário e inacabado.



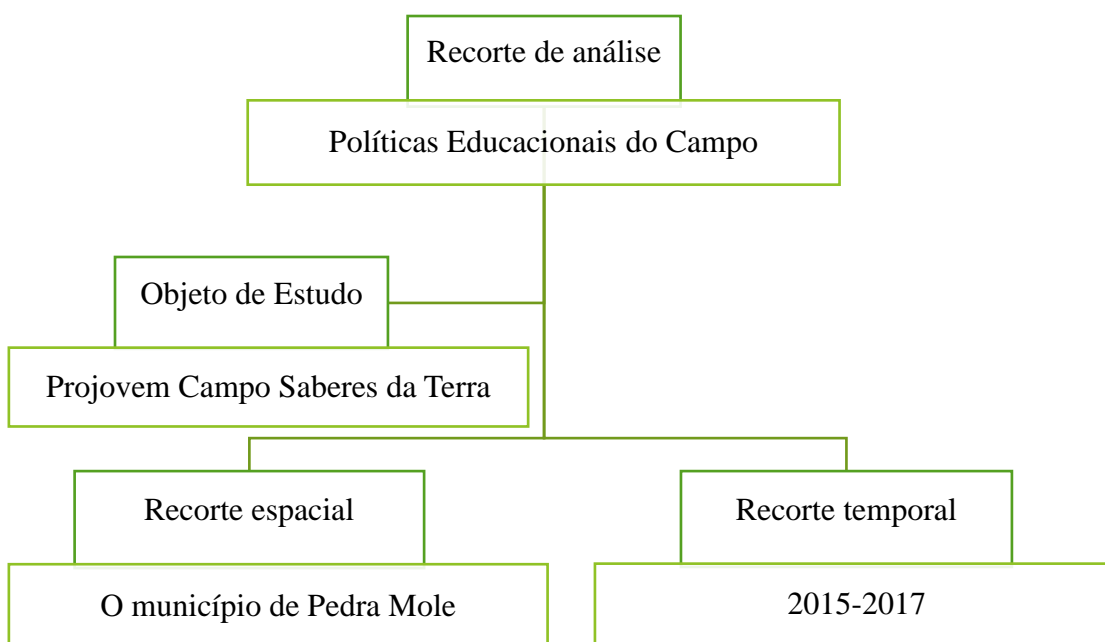
## CAMINHOS DA PESQUISA

### Recorte do objeto de análise da pesquisa

Dentro das possibilidades de políticas educacionais do campo, o nosso recorte de objeto de estudo é o Programa Projovem Campo Saberes da Terra, o qual foi implantado três vezes no Estado de Sergipe. No entanto, nosso recorte espacial foi o seu desenvolvimento no município de Pedra Mole/ SE.

Como recorte temporal temos o período letivo de 2015-2017, uma vez que foi nestes anos que o programa se realizou no município de Pedra Mole. No modelo esquemático apresentado na figura 1 podem ser observados os elementos de recorte do objeto da pesquisa.

Figura 1- Modelo esquemático de recorte do objeto de análise da pesquisa



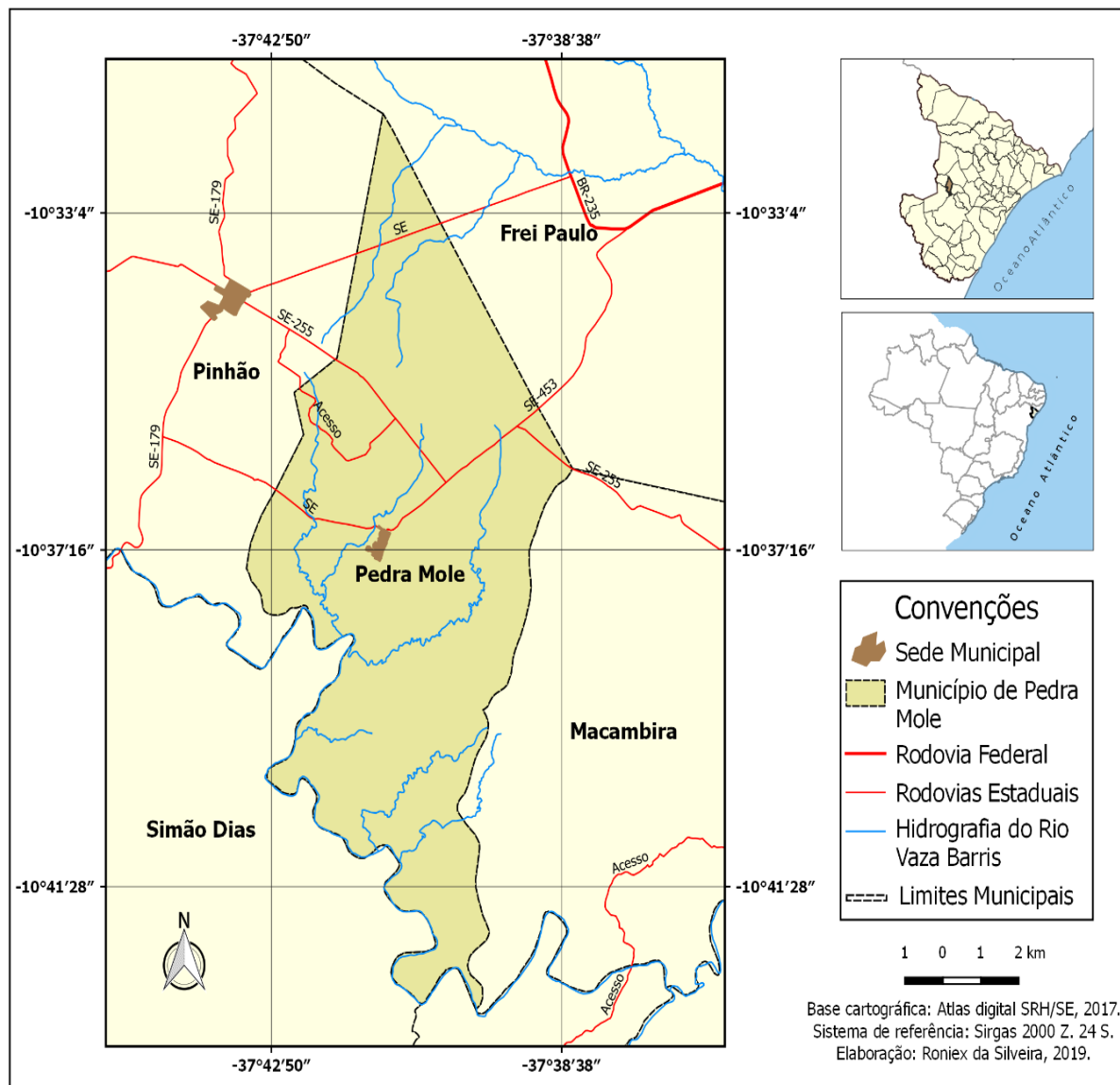
Fonte: Adaptado de Oliveira, 2015.

### Caracterização da Área de Estudo

O município de Pedra Mole (figura 2), localiza-se na região Centro-Oeste do estado de Sergipe fazendo limites ao Norte com o município de Frei Paulo; ao Sul com o município de Simão Dias; ao Leste com o município de Macambira e ao Oeste com o município de Pinhão. Possui área territorial de 82,026 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 36, 26 hab./Km<sup>2</sup>. Distancia-se

da capital (Aracaju) 92 km, tem como principais vias de acesso a BR-235; BR- 101; SE-235; SE-453.

Figura 2- Mapa de localização do município de Pedra Mole/SE, 2019.



Fonte: SILVEIRA, R, 2019.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), este município foi criado, por meio da Lei nº 1.231 de 21 de novembro de 1963. Possui quatro povoados: Tapado, Gravatá, Manuíno e Serra. Localiza-se na mesorregião do agreste central Sergipano, e está inserido no bioma caatinga. A agricultura (baseada na produção do milho), e os serviços municipais são as principais fontes de renda do município.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 o município de Pedra Mole possui uma população de 2.974 habitantes, destes, 1.777 residem na zona rural, enquanto 1.197 são

residentes da zona urbana. Levando em consideração os dados populacionais apresentados e o modo de vida da população municipal, pode-se considerar, Pedra Mole como um município rural uma vez que 59,7% dos habitantes residem nesse espaço (Tabela 01). Estima-se que o município em 2018 tenha uma população de 3.236 habitantes, de acordo com o IBGE (2010).

Tabela 1- Distribuição da população, por situação do domicílio e sexo, do município de Pedra Mole, (IBGE–2010).

Domicílios \ Sexo	Total		Homem		Mulher	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total	2.974	100	1.496	50.4	1.478	49.6
Urbano	1.197	40.3	590	19.9	607	20.4
Rural	1.777	59.7	906	30.5	871	29.2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Org.: SANTOS, J., 2019.

O entendimento das características populacionais do município é importante para a leitura da dinâmica socioambiental local em sua relação com a dinâmica global e o modo de produção. Dessa forma, torna-se necessário averiguar como está distribuída a população na área de estudo, tendo em vista a melhor compreensão da totalidade do espaço em análise e a construção de uma nova realidade com base na que está posta. A população rural do município está distribuída nos 449 estabelecimentos rurais, os quais perfazem 8.361 hectares conforme exposto na tabela 2. Segundo o INCRA, o módulo fiscal<sup>10</sup> de Pedra Mole equivale a 70 hectares, utiliza-se esse dado como parâmetro para delimitar as classes de propriedades em minifúndio, pequena, média e grande.

---

<sup>10</sup> “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares”. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>.

Tabela 2- Malha Fundiária do Município de Pedra Mole, 2006.

Variáveis		Estabelecimentos agropecuários		Área dos estabelecimentos	
		Unidades	%	Hectares	%
CLASSIFICAÇÃO	GRUPO DE ÁREA EM HECTARES				
<b>Minifúndio</b>	Mais de 0 a menos de 10 ha	361	80,4	639	7,62
	De 10 a menos de 20 ha	47	10,47	722	8,64
	De 20 a menos de 50 ha	10	2,23	287	3,44
<b>Pequena</b>	De 50 a menos de 100 ha	10	2,23	753	9,00
	De 100 a menos de 200 ha	10	2,23	1642	19,64
<b>Média</b>	De 200 a menos de 500 ha	9	2,00	2716	32,48
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	0,22	X	X
<b>Grande</b>	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	0,22	X	X
	De 2.500 ha e mais	-	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-	-
	Total IBGE	449	100	8361	100
	Total da soma	449	100	6759	80,82

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006; INCRA, 1993.  
Org.: SANTOS, J., 2019.

Nesse contexto, a grande propriedade possui uma área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. A média propriedade tem um imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. A pequena propriedade possuiu área de 1 (um) e de 4 (quatro) módulos fiscais. Por fim, encontra-se na malha fundiária municipal o minifúndio que é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal, no qual encontra-se pequena parcela (17,6%) dos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra.

Ocorre que é notório a concentração de minifúndios no município onde os mesmos detêm 93,10% do número de estabelecimentos e no entanto ocupam menos de 20% da área total. Esta questão torna-se ainda mais preocupante uma vez que nesta classificação encontram-se os Assentamentos de Reforma Agrária promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em Pedra Mole o grupo de pequena propriedade equivale a 4,46% dos estabelecimentos nesta categoria, ocupando 28,64% do total da área. Tem-se, 2,22% das propriedades consideradas de médio tamanho, ocupando mais de 32,48% da área total dos estabelecimentos. No município existe uma propriedade considerada de grande tamanho, pois presume-se que ela tenha mais de 15 módulos fiscais.

As regras do IBGE o desobriga de divulgar a área quando os estabelecimentos de um grupo de área chegam até 3 propriedades e, devido a isto, duas propriedades, uma média e outra

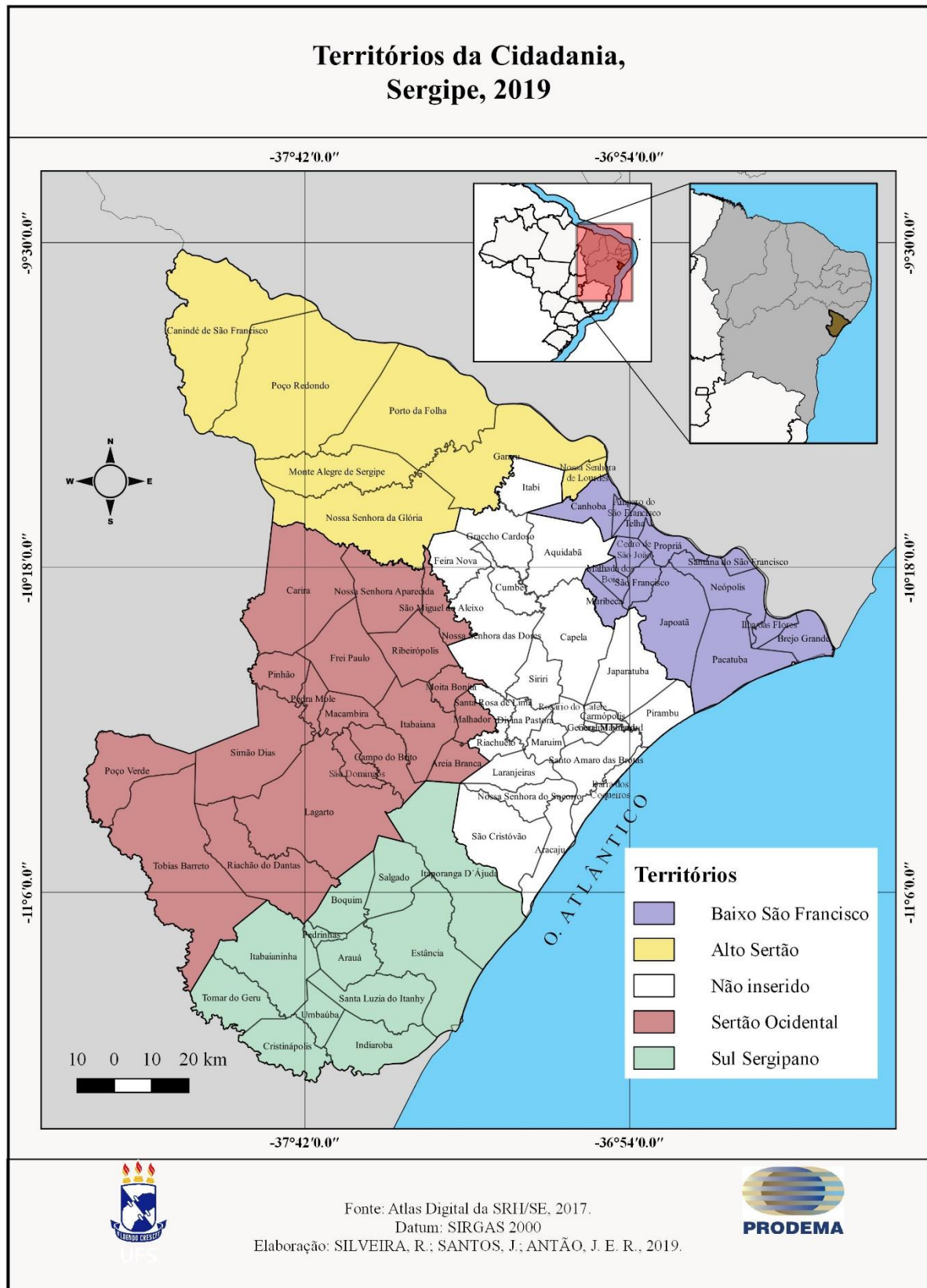
de grande extensão, não são informadas às áreas e nem o percentual que estas ocupam em relação ao total do município. Ou seja, a ausência de tais informações contribui para mascarar a realidade da concentração de terras no município, pois esconde as grandes propriedades.

É possível através da soma dos dados sugerir que essas duas propriedades ocupem 19,18% da área total dos estabelecimentos, ou seja, ambas ocupam uma área maior que os 408 minifúndios (90,87%), revelando a expressiva concentração de terra e a presença do latifúndio no município. Os mesmos dados oficiais do IBGE (2010) apontam a inexistência dos produtores sem terra no município (Tabela 2), contudo, através da pesquisa descobriu-se a existência de camponeses acampados na busca de conquistar a sua propriedade, como também 82,4% dos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra, podem ser caracterizados como produtores sem área, uma vez que, não possuem terra e compõem o grupo de trabalhadores que lutam pelo acesso à terra no município.

Ademais, um dos pré-requisitos para realização do programa Projovem Campo Saberes da Terra num determinado município é que o mesmo esteja dentro dos Territórios da Cidadania (figura 3). Em Sergipe os territórios da cidadania estão organizados em: Sul Sergipano, o Baixo São Francisco, o Alto Sertão e o Sertão Ocidental.

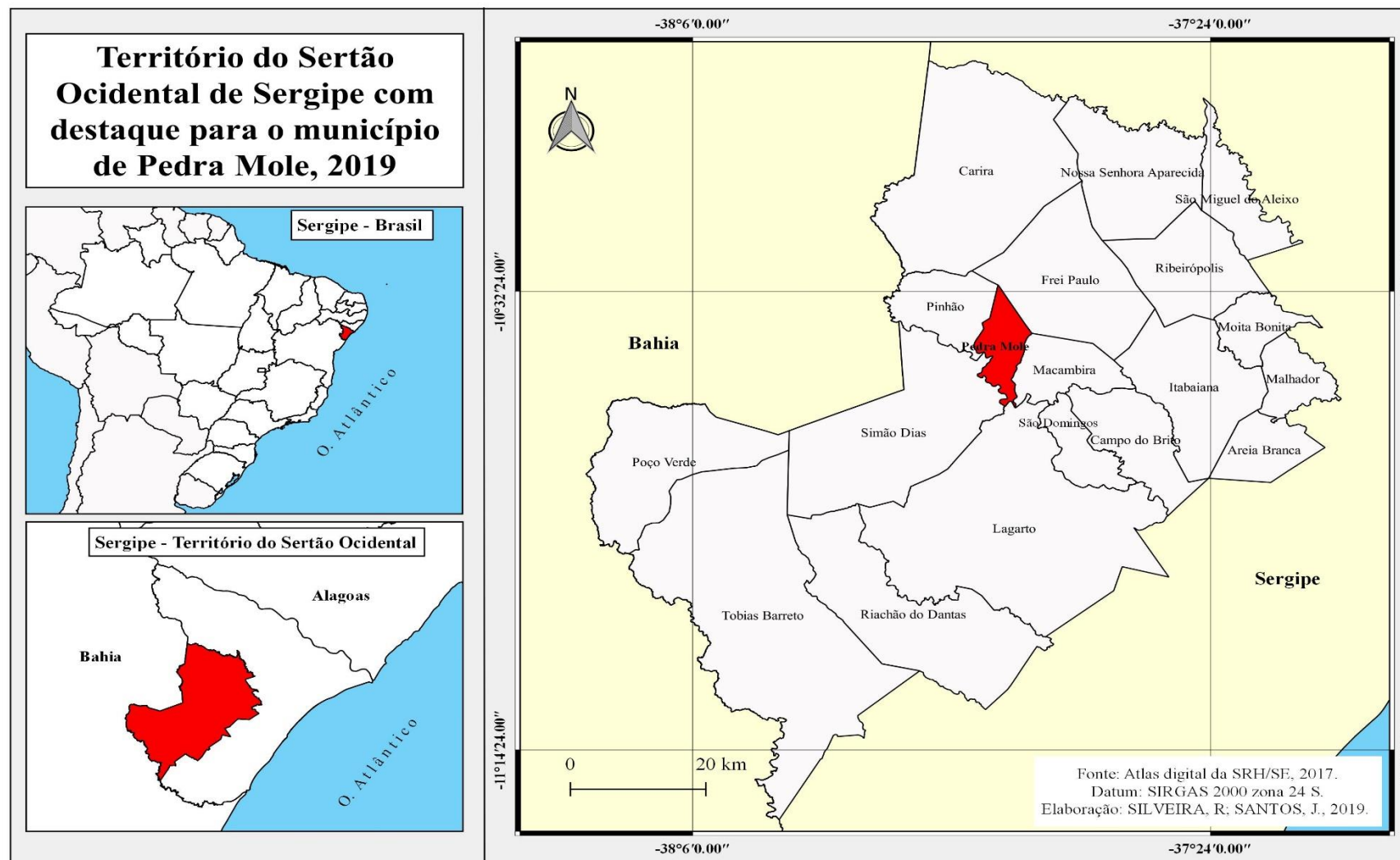
O território do Sertão Ocidental ( figura 4), é composto por 19 municípios, a saber :São Miguel do Aleixo, Carira, Macambira, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Lagarto, Malhador, São Domingos, Moita Bonita, Riachão do Dantas.

Figura 3- Território da Cidadania do Estado de Sergipe.



Fonte: SILVEIRA, R.; SANTOS, J; ANTÃO, J.E.R., 2019

Figura 4- Território do Sertão Ocidental Sergipano, com destaque para o município de estudo (Pedra Mole) integrante da pesquisa empírica.



Fonte: SILVEIRA, R.; SANTOS, J., 2019.

Localizado na região nordeste, o território do Sertão Ocidental, de acordo com o IBGE (2010) abrange uma área de 6.683,80 Km<sup>2</sup>, possui uma população total de 455.524 habitantes, dos quais 193.099 vivem na área rural, o que corresponde a 42,39% do total. Possui 38.698 agricultores familiares, 1.471 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola.

Os territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2009). De acordo Carvalho (2011):

Os territórios da cidadania foram implantados, conforme o decreto oficial de 25 de fevereiro de 2008, em áreas economicamente mais deprimidas, com IDH inferior, com maior organização social, maior número de beneficiários do programa Bolsa Família e com maior concentração de agricultores familiares, assentados, quilombolas e povos indígenas, priorizando as populações rurais historicamente aliadas das políticas de desenvolvimento e o interior do país. Além disso, os territórios da cidadania utilizaram as configurações territoriais dos Territórios Rurais (CARVALHO, 2011, p. 58).

Com o decreto de 25 de fevereiro de 2008, ao instituir o Programa Territórios da cidadania (PTC), apresentou-se como objetivo “[...] promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça, e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (BRASIL, 2008).

Nessa mesma perspectiva atua o Projovem Campo Saberes da Terra (objeto de análise da pesquisa). Assim, a Educação do Campo apresenta-se como estratégia para a superação das desigualdades sociais do meio rural, bem como alternativas para um desenvolvimento sustentável, que se faz cada vez mais urgente e necessário. De acordo com Siqueira, (2014, p. 48), o mundo agrícola está dividido em dois grupos: “um que explora a terra em busca de lucros, e que para isso desconsidera o que quer que possa ser gerador de consequências, e outro, que vive da terra”.

Nesse sentido, viver da terra, considerando-a como um bem natural coaduna com as práticas agroecológicas. As práticas ambientais sustentáveis ancorados nos princípios agroecológicos trabalhadas no Projovem Campo Saberes da terra buscam exatamente o resgate daqueles que “vivem da terra”, e preocupam-se com as consequências causadas por aqueles que exploram a terra, exclusivamente em busca do lucro.



## Método e procedimentos metodológicos

Esse estudo foi desenvolvido sob a égide da pesquisa quali-quantitativa. As questões qualitativas estão ancoradas nas falas dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Os dados quantitativos referem-se aos dados estáticos a respeito das características populacionais e a produção agrícola municipal.

De acordo com Richardson (2011, p.79) “[...] a abordagem qualitativa do problema além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Faz-se também como pesquisa exploratória, pois assim, é possível, proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar por meio da pesquisa bibliográfica (ANDRADE, 2002). Conforme Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.12).

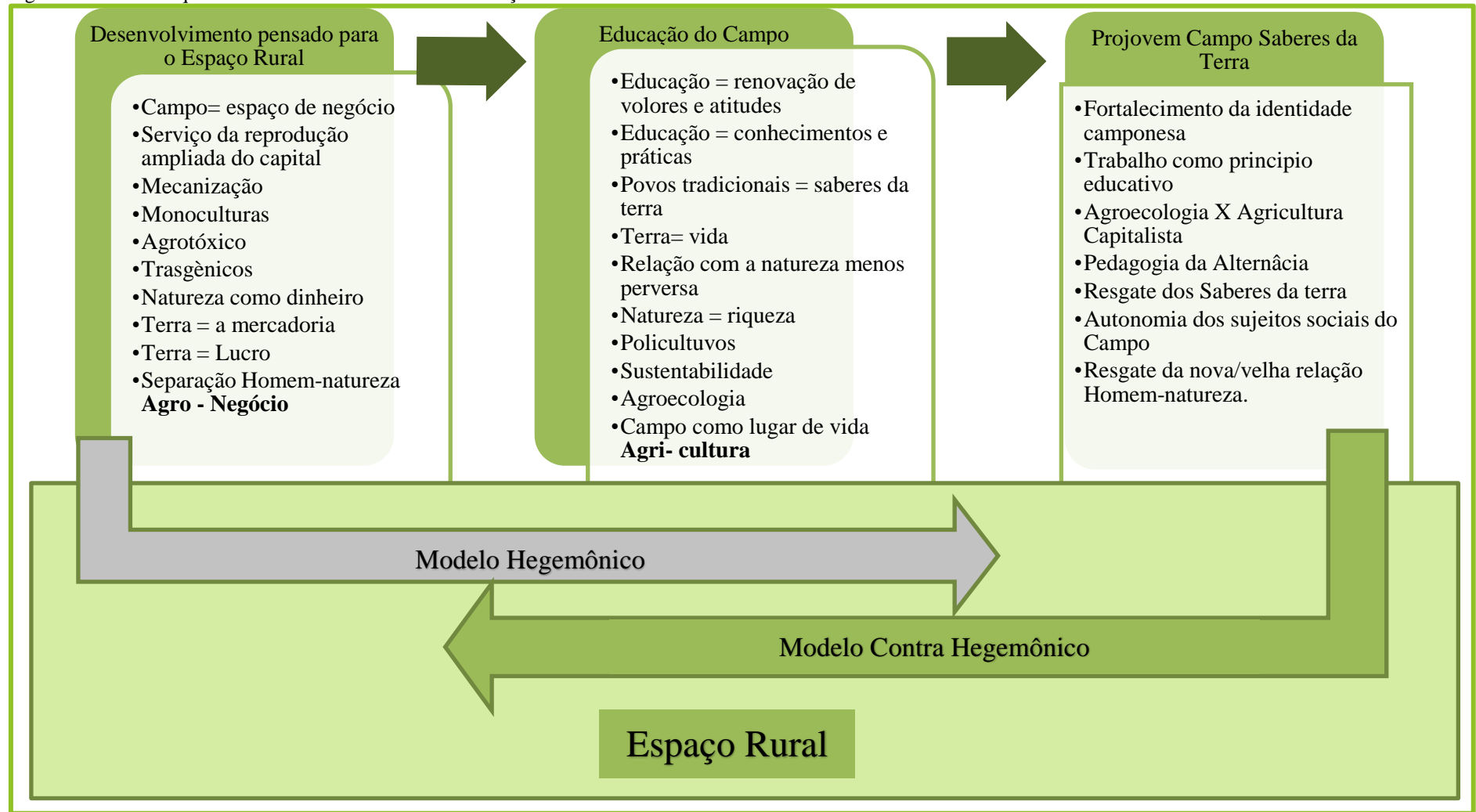
Para tanto, esta pesquisa está apoiada no método fenomenológico, com ele é possível explicar os momentos entendidos e vividos, considerando os sujeitos envolvidos na pesquisa, e não somente o olhar do pesquisador. Para Masini (2001) esse método não se resume em uma descrição inerte, e sim possibilita analisar os fenômenos além de nossa percepção enquanto investigador.

O Método Fenomenológico surgiu como uma corrente filosófica e teve como percussores Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. De acordo com Husserl (2006), a fenomenologia busca a realidade, não individuais, singulares, mas sim na essência. Nessa perspectiva procura entender a totalidade, a saber: os discursos históricos, sociais, políticos, sentimentais e da vivência do ser humano.

Na busca de dados secundários, foram consultados sites de órgãos federais tais como: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério da Educação – MEC, nos quais foi possível encontrar informações acerca de dados populacionais, informações pertinentes às atividades fontes de renda do município, a exemplo da agricultura.

Na construção do arcabouço teórico da pesquisa foram desenvolvidos três eixos temáticos interdependentes, como apresentado no modelo esquemático (figura 5), e estarão em diálogo no decorrer da pesquisa.

Figura 5- Modelo esquemático: eixos temáticos do Arcabouço Teórico



Org.: SANTOS, J. ,2019

Assim, buscamos no primeiro eixo, com a temática do “Desenvolvimento pensado para o espaço Rural” compreender como se deu esse fenômeno e quais as suas implicações no meio social, econômico e ambiental. Para tanto, buscou-se leituras (quadro 1) que subsidiassem a discussão acerca desse eixo temático.

O segundo eixo temático, ancorado em leituras sobre a Educação do Campo (quadro 2), faz-se importante, uma vez que surge como estratégia possível de amenizar os danos, sociais, econômicos e ambientais ocasionado pela modelo modernização do espaço rural implantado pelo estado brasileiro, que se faz presente no primeiro eixo temático. A Educação do Campo representa as lutas por direitos dos sujeitos sociais do campo, bem como, afirma-se no combate aos “pacotes” (tanto agrícolas como educacionais). Ademais, combate a tentativa de fazer dos sujeitos sociais do campo instrumentos de implantação de um modelo que ignora a relação homem-natureza.

O terceiro eixo temático, refere-se ao Programa Projovem Campo Saberes da Terra e o analisa enquanto Educação do Campo no município *locus* da pesquisa. É válido salientar que seu desenvolvimento nessa localidade, deu-se pelo fato dessa está inserido em um dos Territórios da Cidadania e, enquadrar-se nos critérios, estabelecidos, a saber: baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH); presença de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; número de beneficiários do Programa Bolsa Família; baixo dinamismo econômico; índice de educação. Consequentemente, por ser um município rural necessitado de políticas públicas.

Para este eixo, além de buscar subsídios nos materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação, buscou-se textos que também fazem uma análise acerca do programa (quadro 3). Assim, regido pelos princípios da Educação do Campo, o Projovem Campo Saberes da Terra foi desenvolvido no município de Pedra Mole. Foi a partir do diagnóstico inicial da turma, e por também, conhecer a dinâmica econômica, social e ambiental do município, que suscitou a necessidade de desenvolver essa pesquisa. Na “nova” dinâmica produtiva municipal, uma das principais fonte de renda, está sendo regida sob a égide da agricultura capitalista, (baseada nas monoculturas, nas sementes transgênicas, e no uso intensivo de agrotóxicos), e assim como costumeiramente acontece, exclui o trabalhador rural de seu espaço, de trabalho e de vida.

Sob essa perspectiva de análise, na coleta de dados, buscou-se por meio de questionários semiestruturados compreender a relevância do Projovem Campo Saberes da Terra, para os sujeitos sociais beneficiados pelo programa. Quais desafios e perspectivas para esses jovens e

adultos do município de Pedra Mole, diante da dinâmica socioeconômica excludente das monoculturas do milho e da falta de uma escola/educação que respeite sua identidade. Respectivamente, realizou-se a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) do programa, buscando investigar se o mesmo está dentro dos princípios da Educação do Campo.

De forma complementar, buscou-se por meio de entrevistas com os trabalhadores do campo, quais implicações esse modelo de produzir traz para a comunidade. Também, buscou-se por meio de entrevistas com os feirantes que comercializam seus produtos na feira livre da cidade, confrontar as informações trazidas pelo arcabouço teórico sobre a insegurança alimentar, exclusão do trabalhador rural, entre outros fatores ocasionados pelas monoculturas.

Para essa pesquisa também houve um diálogo com o Secretário de Educação e o Secretário de Agricultura do referido município, com a Coordenadora do Núcleo de Educação do Campo (NECAM) da Secretaria do Estado de Sergipe (SEED), bem como o Coordenador do EJA Campo do município de Simão Dias. Assim, a Pesquisa de Campo foi de grande relevância, pois segundo Gonsalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p. 67).

Buscou-se com esses sujeitos trazer as perspectivas e desafios vivenciados por aqueles que lutam por igualdade e a emancipação<sup>11</sup> dos sujeitos residentes e trabalhadores do espaço rural, sejam aqueles que são atendidos pelas políticas públicas, muitas delas disfarçadas em projetos em programas, sejam aqueles que lutam por uma continuidade e/ou uma política pública efetiva para o campo. Assim, pode-se confrontar as ideias dos autores que compõem o arcabouço teórico desse estudo, com as falas dos sujeitos que fazem parte da amostra selecionada para esta pesquisa. Com isso, possibilitou-se a percepção e integração dos conceitos e teoria com que é vivido diariamente

A participação dos sujeitos sociais da pesquisa saberes ocorreu de forma voluntária, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No contato com os participantes da pesquisa destacamos para cada um deles a importância da sua participação no

---

<sup>11</sup> Para Soares (2010, p. 15), a ideia de prática emancipatória é compreendida como aquela que oportuniza aos indivíduos uma prática pedagógica que forme o trabalhador em sua dimensão social, sabendo se reconhecer como cidadão de direitos e deveres políticos e sociais.

estudo e informamos (solicitando o consentimento) que as entrevistas seriam gravadas. Os dados (os discursos dos sujeitos obtidos em 16 entrevistas e 12 questionários) foram analisados a partir da compreensão fenomenológica, para tanto realizou-se uma síntese geral, composta pela análise dos dados obtidos. A partir dessa síntese foi realizado um diálogo com as temáticas que nortearam nossa pesquisa, bem como, subsidiaram a construção de quadro e tabelas presentes no texto.

Quadro 1: Síntese das referências do eixo temático - Livros e Artigos.

AUTOR	TÍTULO	ANO	TEMÁTICA
<b>ALTIERI, Miguel.</b>	Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável	1998	Apresenta os objetivos e conceitos da agroecologia, dos agroecossistemas tradicionais; Programas de desenvolvimento rural baseadas na agroecologia; A agroecologia dos sistemas de produção em larga escala; Análise econômica da agricultura sustentável.
<b>CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio.</b>	Agroecologia: enfoque científico e estratégico.		Apresenta a Agroecologia como uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores.
<b>LEFF, Enrique.</b>	Agroecologia e saber ambiental		Conhecimentos que promovem esta mudança de paradigma, sobre o próprio sentido do saber agroecológico; O renascimento do ser: da natureza, da produção, do agrônomo, do cientista, do técnico, do camponês e do indígena; a reconstrução do ser que finda sobre novas bases e o sentido da produção que abre as vias para futuro sustentável
<b>CARVALHO, Marcos de.</b>	O que é Natureza		Concepção da natureza a partir das sociedades construídas pelo homem ao longo dos séculos; os interesses dominantes que percorrem a história das relações entre o homem e o meio-ambiente.
<b>CORRÊA, Roberto Lobato.</b>	Espaço: um conceito-chave da geografia		Aborda as concepções acerca da categoria de Espaço
<b>MORAES, Antônio Carlos Robert.</b>	Meio Ambiente e Ciências Humanas		Expressa a preocupação com o tratamento dado à problemática ambiental nas ciências humanas.
<b>GLIESSMAN, Stephen.</b>	Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável		Produção científica destinada a interpretar (e propor) novos sistemas produtivos no campo que sejam <i>realmente</i> alternativos e viáveis ao modelo agroindustrial implantado em tantos países, inclusive em vastas regiões agrícolas do Brasil.
<b>CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS.</b>	Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável		Apresenta a Agroecologia como ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas.
<b>DUPAS, Gilberto.</b>	O mito do progresso: novos Estudos		Analisa a quem o progresso serve, quais são os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie e que catástrofes futuras ele pode gerar.
<b>CAPORAL, Francisco Roberto.</b>	Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.		Aborda os aspectos relacionados aos evidentes limites ecológicos para a sustentabilidade da agricultura da Revolução Verde, mas, também, nas questões estruturais do modelo de monocultivos que implantamos e que tendem a repercutir nas condições de saúde, de alimentação e, sobretudo, nos riscos para a soberania e segurança alimentar do povo brasileiro, inerentes ao modelo, devido a suas diferentes formas de subordinação aos complexos industriais de caráter monopolista.

Continua ...

<b>SANTOS, Roberto de Souza.</b>	Meio Ambiente e Espaço Geográfico: Uma análise sociedade-natureza		Este artigo analisa a construção do espaço geográfico e relaciona essa construção com o meio ambiente a partir da modernidade. Aborda ainda a construção do espaço geográfico como obra da atividade humana a partir do conhecimento técnico-científico e do trabalho humano.
<b>MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro.</b>	A dialética da agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno		Apresenta a agroecologia como forma de agricultura que retoma as concepções agronômicas pré-revolução verde. e transgênicos; a análise dos pilares científicos da agroecologia; a descrição de experiências de vários países são temas, além de outros, abordados sob a ótica que os autores definem como a favor da vida.
<b>TORRES, Juliana Rezende; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa.</b>	Educação Ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana		Aborda o desenvolvimento de uma educação escolar voltada à formação de sujeitos críticos e transformadores. Para que o sujeito inserido nessa educação possa atuar em realidade no sentido de transformá-la, sendo consciente das relações existentes entre sociedade, cultura e natureza.
<b>SANTOS FILHO, Agripino Alexandre dos.</b>	Crise ambiental e moderna: um diagnóstico interdisciplinar		Aborda a complexidade da ideia de crise; como também a ideia de natureza pelos pensadores: Francis Bacon, Galileu Galilei e René Descartes.
<b>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.</b>	A globalização da natureza da natureza da globalização		Discuti sobre a natureza do processo de globalização e as contradições que ele gera no campo ambiental.
<b>COSTA, Manoel Baltasar Baptista da.</b>	Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas.		Apresenta uma breve história do processo de consolidação da agricultura convencional, desmistifica os argumentos da “eficácia” do modelo convencional ao detalhar a dimensão dos interesses econômicos da indústria química e de tecnologia, e dos investidores financeiros, na construção do projeto hegemônico do agronegócio. Discorre também sobre as contribuições da agroecologia tanto na dimensão energética quanto na econômica e sociocultural. Percorrendo os caminhos pouco conhecidos da história da agroecologia no Brasil, nos mostra a importância da atuação dos movimentos populares e do engajamento da população como um todo para a consolidação de uma agricultura fundamentada na sustentabilidade, na justiça e na equidade social.

Org.: SANTOS, J., 2019.

Quadro 2- Síntese das referências do eixo temático 2 - Livros e Artigos.

AUTOR	TÍTULO	ANO	TEMÁTICA
<b>WERTHEIN, Jorge;</b> <b>BORDENAVE, Juan Díaz</b>	Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas.	1981	Debate sobre a educação oferecida para o espaço rural, e alternativas para essa educação.
<b>LEITE, Sérgio Celani.</b>	Escola rural: urbanização e políticas educacionais.	1999	A educação urbanizada que é levada para as escolas dos espaços rurais.
<b>FERNANDES, Bernardo Mançano</b>	Por uma Educação Básica do Campo.	1999	Debates a partir do texto-base da Primeira Conferência Por uma Educação Básica do Campo; Discussão acerca do olhar da política vigente sobre o Campo.
<b>CALDART, Roseli Salete</b>	Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção (Coleção Por uma Educação do Campo); Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo (Coleção Por uma Educação do Campo).	2002 2004	Reflete sobre a identidade construída pelos sujeitos que lutam por uma Educação do Campo.
<b>JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo</b>	Questões paradigmáticas da construção de um projeto político pedagógico da educação do campo (Coleção Por uma Educação do Campo).	2004	Os limites paradigmáticos que cerca a construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda às necessidades/peculiaridades dos sujeitos da Educação do Campo.
<b>FERNANDES, Bernardo Mançano;</b> <b>MOLINA, Mônica Castagna</b>	O Campo da Educação do Campo (Coleção Por uma Educação do Campo).	2004	Reflexão sobre o conceito de paradigma e discussão de algumas diferenças dos paradigmas da educação rural e da Educação do campo.
<b>ARROYO, Miguel G.</b>	Por um tratamento Público da Educação do Campo (Coleção Por uma Educação do Campo).	2004	O avanço do reconhecimento da necessidade de um tratamento público e do direito à educação dos povos do Campo.
<b>HERINQUES, Ricardo</b>	Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas	2007	Marcos Institucionais; Histórico sobre a Educação do Campo; Educação do Campo: conceitos e princípios envolvidos; Organizações que marcaram a Política Educacional para o Campo; A legislação brasileira e a Educação do Campo.
<b>SOUZA, Maria Antônia</b>	Educação do Campo: Políticas, práticas pedagógicas e produção científica.	2008	Apresentação da Educação do Campo e sua inserção na agenda política educacional; Práticas pedagógicas nas escolas de assentamentos; Produção acadêmica da pós-graduação coma atemática de educação e movimentos sociais.
<b>QUEIROZ, João Batista Pereira de</b>	A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.	2011	Contribuições dos movimentos Sociais para a Educação do Campo.

Continua ...



Continuação ...

<b>CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.).</b>	Dicionário da Educação do Campo.	2012	Síntese de compreensão teórica da Educação do Campo com base na concepção produzida e defendida pelos movimentos sociais camponeses; Seleção de verbetes referentes prioritariamente a conceitos ou categorias que constituem ou permitem entender o fenômeno da Educação do Campo ou que estão no entorno da discussão de seus fundamentos filosóficos e pedagógicos.
--	----------------------------------	------	--

Org.: SANTOS, J., 2019.

Quadro 3: Síntese das referências do eixo temático 3 - Teses, dissertações e Monografia.

AUTOR	TÍTULO	ANO	TIPO	AValiação DO PROGRAMA
<b>SANTOS, Elizana Monteiro dos</b>	Trabalho coletivo, interdisciplinaridade e auto-organização dos educandos: Contribuições da LEDOC para práticas educativas contra hegemônicas na experiência do Projovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal	2017	DISSERTAÇÃO	O Programa demonstra a fragilidade das Políticas Públicas para a Juventude Camponesa, pois não tem continuidade. Criou-se uma expectativa nos educandos com a retomada dos estudos e agora, há a apreensão quanto ao futuro dos mesmos.
<b>FERREIRA, Maria Geovana Melim</b>	A educação popular nas práxis do Projovem Campo Saberes da Terra no Espírito Santo	2015	DISSERTAÇÃO	A não continuidade de programa, e a forma aligeirada da oferta da EJA constituída como ação descontinua de políticas compensatórias. Apresenta-se como uma educação contra hegemônica, e com base na educação popular e do campo, o Projovem campo saberes da terra, materializa-se nas práticas de integração, a partir da alternância que tem como princípios educativos o trabalho e a pesquisa.
<b>FERNANDES, Luciana Pinto</b>	Projovem Campo Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre	2015	DISSERTAÇÃO	Tem seus princípios baseados na Educação do Campo e, a partir da oferta do Ensino Fundamental e da qualificação social e profissional em Agricultura familiar e Sustentabilidade, proporcionou, aos jovens das comunidades rurais, um vínculo de pertencimento, reconhecimento e valorização em relação ao campo.
<b>OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de</b>	As políticas públicas em Educação do Campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo - Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária.	2015	TESE	Programa carregado de lógica do Capital, configura-se como uma proposta com intuito de silenciar os conflitos em torno da luta por uma Educação do Campo, por uma educação emancipadora.
<b>SOUZA, Karla Tereza Amélia Fornari de</b>	Educação do Campo e emancipação humana: contribuições do Projovem Campo Saberes da Terra (edição 2008) em Pernambuco.	2014	DISSERTAÇÃO	Apesar dos desafios, o programa, apresenta-se como uma proposta pedagógica que tem como ponto de partida e de chegada a realidade dos sujeitos envolvidos. Tem também como finalidade melhor compreender e transformar os impactos na vida e no trabalho dos envolvidos e de suas famílias.
<b>DOREA, Ricardo Teles</b>	Análise do Programa Projovem Campo Saberes da Terra: limites e contradições da política de gestão e formação na educação do campo.	2014	DISSERTAÇÃO	A proposta pedagógica do Programa é pautada pela Pedagogia da Alternância para valorizar o jovem do campo, sendo considerada como relevante no processo de luta dos Movimentos Sociais. No entanto, é a partir da análise da sua implementação aparecem os limites e contradições na sua execução, bem como a descontinuidade do Programa

Continuação ...

				impossibilita a efetivação de uma política pública de educação.
<b>SOUZA, Jerry Adriano de</b>	Sabores da terra, saberes da terra- pedagogia da alternância e olericultura orgânica: a experiência do Projovem Campo Saberes da Terra na comunidade rural do Sítio Córrego, Apodi/RN.	2011	MONOGRAFIA	ProJovem Campo Saberes da Terra desenvolve um papel de grande relevância na educação dos jovens dessa comunidade, tendo em vista que é uma forma de Educação no Campo que estimula e oportuniza a permanência de Jovens agricultores/as no sistema formal de ensino, através da Pedagogia da Alternância, permitindo aos jovens numa oportunidade de elevar sua escolaridade, enfatizando a sua realidade despertando-o para atuar nessa realidade como protagonista social, independente, autônomo e acima de tudo, um ser cidadão, buscando sempre uma melhoria de vida para si e sua comunidade.

Org.; SANTOS, J., 2019.

## CAPÍTULO I

### O DESENVOLVIMENTO DIRECIONADO PARA O ESPAÇO RURAL: ANÁLISE DA RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA

---

Nesse capítulo, buscou-se trabalhar as problemáticas trazidas pelo “desenvolvimento” direcionado para o espaço rural. Uma delas foi a desestruturação da relação homem-natureza. No campo, essa desarmonização homem-natureza seu deu a partir do modelo de modernização desse espaço, bem como do seu modo de produzir, a partir de máquinas modernizadas, do uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas, das monoculturas. Em contraponto, apresenta-se a Agroecologia como alternativa a esse modelo.

A agroecologia está inserida nos debates da Educação do Campo. Contudo, nessa pesquisa, pontuamos a Educação do Campo, como estratégia para a reflexão dos danos causados pelo desenvolvimento capitalista. E com isso, possibilitar a mudança de práticas a partir do resgate dos saberes tradicionais da agricultura camponesa que foram “esquecidos” com a modernização do campo. Em Pedra Mole, *locus* da pesquisa, a tentativa de resgate dos saberes da terra, deu-se com o desenvolvimento do Projovem Campo Saberes da Terra.

Constantemente discute-se na academia, nas organizações sociais e no Estado a busca por um desenvolvimento do espaço rural, todavia o modelo de “des-envolvimento”<sup>12</sup> direcionado para a sociedade com a promessa de progresso e igualdade para todos, vem sendo questionado. Tal desenvolvimento afetou e continua afetando a relação sociedade-natureza. Nessa concepção, a natureza<sup>13</sup> é tida como um recurso passível de exploração para atender a um modelo de desenvolvimento de caráter mercantil, contraditório e desigual.

Com esse modelo, o ambiente e a sociedade passam por variados desafios, sendo eles; o efeito estufa, a perda da diversidade biológica, a poluição do ar, da água, o desmatamento, a

---

<sup>12</sup> Porto – Gonçalves em seu livro *A natureza da globalização e a natureza da globalização*, apresenta a ideia de desenvolvimento, e salienta que esse pressupõe a dominação da natureza, assim, “des- envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 81).

<sup>13</sup> De acordo com Santos Filho (2015) “Não podemos dizer o que é Natureza, mas apenas o que ela significa para determinada sociedade, em certo tempo e local. Assim, o conteúdo do conceito de Natureza é determinado culturalmente na medida em que as representações da Natureza são indissociáveis das relações sociais praticadas pelos seres humanos durante o processo de construção da nossa história, e segue a trilha do desenvolvimento cultural das sociedades” (SANTOS FILHO, 2015, p. 61).

perda da fertilidade natural dos solos, a produção demasiada de lixo tóxico. Frente a esses desafios, a partir dos anos de 1960 se ampliou o debate acerca dessas problemáticas. Sobretudo, quando se identificou que com o advento do capitalismo e da globalização, a natureza, antes considerada uma fonte inesgotável de recursos, passou a ser sinônimo de dominação. Assim, as contradições do mundo moderno, e o sentido de “desenvolvimento” levantou a questão sobre os limites da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2017).

A busca pelo crescimento econômico além de afetar a relação homem-natureza desencadeou uma série de problemas socioambientais para a humanidade. A natureza ao invés de ser considerada como bem natural, passou a ser vista como um recurso a ser explorado sem limites. Porto - Gonçalves (2017, p. 63) enfatiza que “[...] o desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza”. Desse modo, foi pensada para o espaço rural uma ascensão econômica pautada em práticas que causam impactos negativos à natureza, a partir da mecanização da produção agrícola, o uso de sementes geneticamente modificadas e de insumos tecnológicos os quais são nocivos à natureza e a sociedade.

Diante do exposto, a Educação do Campo se apresenta como possibilidades de atenuar as desigualdades existentes no espaço rural, uma vez que essa foi pensada para reforçar a identidade camponesa, como também, para confrontar o modelo de desenvolvimento homogêneo e hegemônico pensado para o espaço rural. Com isso, entendermos que, através da Educação do Campo os sujeitos sociais dessa educação poderão ter autonomia frente aos pacotes tecnológicos levados para o espaço rural em nome do progresso <sup>14</sup> e do desenvolvimento.

A inserção do sujeito social nessa educação deve possibilitar uma reflexão acerca de sua realidade e conseqüentemente, libertá-lo das amarras impostas pelo capitalismo, em nome do “desenvolvimento” rural. O sujeito que faz parte da educação libertadora defendida por Freire (1981), tem a autonomia de escolher seu modo de vida, de se relacionar com a natureza, na medida que utiliza também como conteúdo de aprendizagem, o seu modo de existir, de ser e seu modo de vida no espaço que vive.

---

<sup>14</sup> De acordo com Dupas (2007, p. 73) “esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimentos e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais”.

### 1.1. O espaço geográfico: concepções teóricas

De acordo com Santos (2010), para estudar o espaço geográfico é preciso analisar as relações humanas com o meio espacial, a partir de suas vivências, cultura, modo de vida e de trabalho. A partir de autores, que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento geográfico, tais como: Aristóteles, Immanuel Kant, La Blache, Ratzel, observamos as mudanças nas concepções do conceito de espaço.

O espaço geográfico pode ser definido e apresentado nesta pesquisa como as ações cotidianas dos seres humanos. Essas ações expressas nas atividades culturais, econômicas e sociais fazem com que o espaço seja modificado e adaptado de acordo com as “necessidades” humanas. Para Santos (2010):

No espaço terrestre, o homem cria um espaço para viver e garantir a sua existência. Constrói campos de cultivo (agricultura) cidades, estradas, indústrias, campo de pastagem do gado, represa, rios, extrai recursos minerais e vegetais da natureza. Ao fazer isso, ele modifica a natureza. Transforma a natureza, o espaço natural, segundo suas necessidades. Produz um novo espaço. Esse espaço produzido pelo homem recebe o nome de espaço geográfico (SANTOS, 2010, p.63).

Nesse sentido, a história de formação do espaço geográfico brasileiro é marcada pelas ações de apropriação, de novos lugares, riquezas e dos bens naturais, esses atos marcaram a formação socioambiental. Essa realidade não é muito diferente do que se vivencia atualmente. Os homens apropriam-se da natureza como se fossem donos e não parte dela (MORAES, 2005).

Nessa relação de apropriação o espaço geográfico vai sendo reconfigurado a partir das atividades desenvolvidas. Suas características vão dividindo os sujeitos, os quais criam e vão se adaptando a novas técnicas de cultivo e de trabalho, para Santos (2000, p.12 ) “as técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso”, essas cada vez mais são aprimoradas e modificam o espaço e as relações sociais. Essa construção espacial, caracteriza-se a partir do modo de produção desenvolvido. Porém, a discussão desse conceito apresenta-se, em alguns casos, pouco aprofundado como salienta Corrêa:

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência a simples localização (CORRÊA, 2003, p.15).

A partir disso, verifica-se que em algumas definições sobre o espaço geográfico os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais são desconsiderados. Contudo, quando o homem começa a interagir com a natureza ele produz e reproduz espaços, assim as relações do homem com a natureza e as atividades desenvolvidas vão dando uma nova configuração ao espaço e criando outras relações, uma delas a relação de poder. Para Alves (2006, p.134), o espaço “é produto das relações entre homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que o constituíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade”.

Desse modo, a presença do homem ao se apropriar do ambiente e do território a partir do trabalho modifica o espaço geral, ou seja, o natural, construindo espaços específicos, como o urbano e o rural (espaço foco dessa pesquisa). De tal modo, dentro da totalidade do espaço geográfico, com o avanço das técnicas e com o desenvolvimento do capitalismo, o meio rural (sobretudo no Brasil e na periferia do mundo) foi considerado um espaço de atraso agravando ainda mais as desigualdades sociais, econômicas no campo. Esse processo resultou na segregação socioespacial dos sujeitos do campo, aprofundando o processo de migração e de subalternização.

Esse pensamento foi construído para que o espaço rural se adaptasse as técnicas e entrasse na lógica mercantil, que é pautada na produção de monoculturas para a exportação, na mecanização e nos latifúndios. Com essa reconfiguração espacial, os camponeses foram expropriados de seu local de origem com a finalidade da implementação de novas técnicas para o incremento de pacotes tecnológicos importados.

Uma das consequências dessas atividades e transformação do espaço geográfico, são os impactos negativos sobre o ambiente. A relação homem-natureza não é mais de pertencimento, mas sim, de exploração, isso tudo em busca desse modelo técnico de desenvolvimento. Esse, não exclusivamente de um espaço igual para todos, mas, o desenvolvimento econômico de poucos, que detêm os meios de produção e os grandes latifúndios, enquanto muitos, estão à margem da pobreza e esquecimento.

O espaço rural pensado para suprir as necessidades alimentares na escala local, e do espaço urbano, tornou-se meio de desenvolvimento capitalista, dos grandes proprietários de terra. Tal fato acentua ainda mais a desconstrução da relação original homem-natureza.

## 1.2. Relação homem-natureza

De acordo com Carvalho (2003), a natureza se quer teria sido reconhecida enquanto “outro”, ou seja, distinta da realidade humana, se as relações sociais não tivessem conduzido esta separação entre o “mundo natural” e o “mundo social”. Com essa distinção de mundo natural e mundo social, a natureza passou a ser concebida como “principal fornecedora de mercadorias para o intenso comércio pós-medieval, ou como fonte de matérias primas para a industrialização dos tempos modernos” (CARVALHO, 2003, p.23).

Sendo assim, a natureza deixa de ser concebida como divina, a visão sacra da natureza foi desconstruída, passando agora a ser vista como “máquina perfeita” para a manipulação e dominação humana. Isso, tornou-se evidente com o desenvolvimento da sociedade e seu desdobramento espacial. Para Carvalho,

[...] com o advento da cidade e do campo, abriu caminho para que, a partir da consolidação das “distâncias” sociais entre os homens, estes pudessem ver, pensar e conceituar natureza e sociedade como coisas distintas, isto é, percebessem “distâncias” também entre si e as coisas naturais (CARVALHO, 2003, p. 29-30).

Essas distancias entre homem e natureza foram acentuadas como o passar do tempo, com a “modernização” das sociedades, homem e natureza distanciavam-se cada vez mais. Tomando como base o contexto histórico apresentado por Carvalho (2003) em seu livro *O que é Natureza*, com a substituição da monarquia por uma república democrática na Grécia, prevaleceu a igualdade de direitos, porém iniciou de forma restrita para alguns aristocratas, e depois foi ampliada para os demais cidadãos. Com esse “jogo democrático”, evidenciou-se a exclusão dos não cidadãos, nesse contexto, *os homens do campo*, os quais deveriam centrar-se no trabalho produtivo.

Chegando aos tempos atuais e nos direcionando para o campo Brasileiro, dos cidadãos excluídos, com a consagração da indústria, principal centro dinâmico das relações sociais e econômicas e com a chamada fase mercantil marcada pela propriedade privada, lucro e relações de poder, a natureza tornou-se submissa ao emprego das máquinas, produtos químicos na indústria e na agricultura. Desse modo, a natureza deixou de ser reconhecida com “mãe nutriente”, dos tempos passados, e passou a ser manipulada como máquina, em que “o homem conhece as regras de seu funcionamento” (CARVALHO, 2003).

Nessas relações, promove-se a devastação dos recursos naturais, a poluição, desequilíbrio ecológico, como também a exclusão econômica e social de uma parcela



expressiva da população. Com isso, destaca-se a crise socioambiental. Fica evidente a preocupação com a sustentabilidade, e a busca por alternativas que propiciem a superação das desigualdades sociais e a depleção dos recursos naturais.

Todavia, o Brasil é um país historicamente destacado como produtor e exportador de produtos agrícolas. A agricultura está baseada nas monoculturas, nas tecnologias químicas e mecânicas, na mobilização intensiva do solo a partir do uso das máquinas, e em práticas e processos produtivos incompatíveis com a conservação dos recursos naturais. De acordo com Costa (2017), com a revolução industrial foi consolidada a apropriação desigual de riqueza, o consumo exacerbado de energia e matéria-prima, essas ações são apresentadas como características das relações capitalistas e da sociedade de consumo.

Assim, a separação homem-natureza é um fenômeno histórico e não natural. A natureza passou a ser produto para manter as relações de mercado. Diante disso, fica evidente que as ações humanas em busca do “capital” separaram o homem da natureza. O tempo da natureza não é mais respeitado, atende-se agora o ritmo mercantil, o qual se nutre da exploração do trabalho humano e da natureza. Como nos aponta Mészáros:

A destruição do meio ambiente, a serviço do capital, assumiu proporções tais que mesmo que amanhã se reverta o processo, seriam necessárias várias décadas para produzir mudanças significativas visando neutralizar a articulação perniciosa, auto-impelida e auto-sustentada do capital, que deve perseguir sua “racionalidade”, expressas em termos imediatamente econômicos, por meio da linha de menor resistência; ademais implicações potencialmente letais de se brincar com a natureza pelo uso imprudente da ‘biotecnologia’, ‘clonagem’ e pela modificação genética descontrolada de alimentos (MÉSZÁROS, 2006, p. 121).

Percebe-se que historicamente, o homem perdeu sua identidade enquanto natureza, e isso gerou e ainda gera a degradação ambiental. A crise ambiental possui características fortes da sociedade atual, a partir do desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente injusto, principalmente no processo de modernização da agricultura. Nesse contexto, uma temática que tem avançado como um ideário da sociedade são as práticas Agroecológicas (COSTA, 2017).

### 1.3. Agroecologia: reaproximação social da natureza

#### 1.3.1. Histórico da Agricultura no Brasil

Há mais de 500 anos, antes da chegada dos Portugueses ao Brasil “os índios tinham o seu jeito de viver e de produzir”. Com a chegada dos Colonizadores, as terras dos índios foram roubadas. Implantaram grandes plantações de monoculturas para exportação para a Europa utilizando mão- de- obra escrava indígena e negra (MUTUANDO, 2005, p. 08),

No século XVII, o controle sob as terras passou da Coroa Portuguesa para a Monarquia. As terras eram doadas pela Coroa e Império aos grandes latifundiários, os quais invadiram as terras indígenas com o consentimento da Coroa. Desse modo, as terras ocupadas, formaram-se em “grandes ciclos da monocultura no tempo da escravidão” (MUTUANDO, 2005, p.08). Com a crise desse modelo no início do século XIX, devido ao combate do tráfico de escravos, e a formação dos primeiros quilombos pelos negros que fugiam das fazendas, surge a necessidade e pressão, na segunda metade desse século (XIX) da redistribuição de terra com a finalidade de “dar condições para que os camponeses pudessem produzir” (MUTUANDO, 2005, p. 09).

Assim, em 1850 as elites criam a Lei das Terras, com essa Lei a Coroa legalizava a posse daquelas que já tinham sido beneficiados por suas doações, mas aquelas pessoas que não possuíam terras, teriam que comprar. É válido destacar que essa lei beneficiou apenas os latifundiários. De acordo com Martins (1999, p,76) a Lei de Terras, “longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas.”

Por conseguinte, as monoculturas dos latifundiários foram se expandindo. Em contrapartida a esse modelo, estava a agricultura camponesa, essa que foi inibida ao longo da história do Brasil. Destarte, esse fato foi intensificado no século XX após a segunda Guerra Mundial, com a chamada Revolução Verde<sup>15</sup>. A agricultura brasileira adotou as máquinas e os produtos químicos usados no período da Guerra, assim:

Iniciando um processo de “modernização” na agricultura brasileira. Ela ficou conhecida como “modernização conservadora”, pois conservou as terras nas mãos dos latifundiários e garantiu os recursos para o seu desenvolvimento, mas conservou as

---

<sup>15</sup> [...] a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização [...]. Afirmam que a Revolução Verde foi veículo de desigualdade social, bem como obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, visto que eles se tornaram dependentes de empresas globais fabricantes dos pacotes tecnológicos (PEREIRA, 2012, p.687).

desigualdades sociais. Os bancos e os órgãos oficiais de extensão rural e influenciaram diversos países e famílias agricultoras a adotarem pacotes tecnológicos. Assim, o conhecimento tradicional dos agricultores foi sendo substituído pelas máquinas e agroquímicos (MUTUANDO, 2005, p. 11, grifo do autor).

Esse pacote tecnológico da agricultura trouxe grandes consequências, uma delas o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas em ambientes rurais. Também é válido ressaltar os impactos ambientais, como a degradação dos solos, contaminação dos recursos naturais devido ao uso intensivo de agrotóxicos, entre tantos impactos negativos. Nesse sentido, Altieri (1998) interpreta essas práticas como um padrão *insustentável*, e salienta:

Infelizmente, esta aventura, no início bem-sucedida, não está livre de problemas. Hoje, há provas suficientes de que a perda do solo arável, manuseio inadequado do solo e poluição são fatores chave na estagnação da produtividade das colheitas. A falta de acesso dos produtores menos favorecidos a insumos caros, bem como questões básicas de igualdade sócio-econômica, obstaculizaram, em muito, a modernização da agricultura nos países em desenvolvimento (ALTIERI, 1998, p.8).

Nos dias atuais vemos a grande crise socioambiental que cresce a todo momento. Os pequenos agricultores perdendo sua identidade para acompanhar os avanços tecnológicos da agricultura convencional. Esse avanço não é positivo para todos<sup>16</sup>. É válido ressaltar também que nossos alimentos estão cada vez mais cheios de veneno, e o solo sofre cada vez mais com as constantes degradações.

Diante disso, busca-se alternativas menos agressivas para o desenvolvimento da agricultura, de modo que essa respeite a relação homem/natureza. De tal modo a agroecologia surge como alternativa ao desenvolvimento da agricultura capitalista.

### 1.3.2. Agroecologia: caminhos para a Agricultura sustentável

O termo agroecologia surgiu na década de 1930, nessa época tinha sentido de ecologia aplicada à agricultura (Gliessman, 2005). Ficou conhecida como disciplina, a qual estudava especificamente os agroecossistemas e posteriormente somou-se a outras contribuições, tornando-se popular nos anos 1980 e conhecido no Brasil em 1989 a partir dos trabalhos de Miguel Altieri. Para Altieri (1998) os pequenos agricultores são o ponto de partida para o

---

<sup>16</sup>Altieri destaca o motivo de modernização não ser positiva para todos “Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos” (ALTIERI, 1998, p. 15).

desenvolvimento da agricultura sustentável<sup>17</sup>. Devido aos poucos recursos, eles têm menos acesso aos insumos tecnológicos e mantém poucas relações com o mercado.

A agroecologia surge como uma nova forma de abordar a agricultura, onde há o respeito à natureza, ao homem e todas as suas relações são desenvolvidas de forma integradas. Como também, denota-se como um método, um processo de produção agrícola que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu (MUTUANDO, 2005; MACHADO; MACHADO FILHO 2014; COSTA 2017).

A agroecologia representa o resgate da identidade e das atividades realizadas pelos pequenos agricultores. Esse resgate também é proposto pela educação do campo, a qual, além da escolarização, oferece aos sujeitos envolvidos nela, a reflexão em busca de um espaço sustentável, ou seja, em busca do desenvolvimento rural sustentável. Como se pode notar, por meio da agroecologia é possível produzir sem agredir o ambiente. De acordo com Altieri:

A emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1998, p. 17).

Para alguns autores, a exemplo de Leff (2002) a agroecologia é definida como um conjunto constituído por “ciências, técnicas e práticas” para uma produção sustentável daqueles que vivem no campo. A agroecologia está diretamente ligada ao resgate dos saberes tradicionais. Esses saberes dos sujeitos do campo contribuem para a implementação de alternativas sustentáveis, as quais “devem” substituir as práticas convencionais, que vieram com a *revolução verde*. Práticas predadoras da agricultura capitalista, que trata a terra de forma violenta. Contudo, Caporal salienta que:

A Agroecologia não resolverá os problemas e danos causados pelo homem à natureza, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, se não que busca simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais

---

<sup>17</sup> De acordo com Gliessman (2005, p.53) com uma agricultura sustentável, pelo menos “ - teria efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea; - preservaria a recomposição da fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; - usaria a água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; - dependeria, principalmente, de recurso de dentro do agroecossistema, incluindo comunidade próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico; - trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; e – garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas adequadas e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e futuras gerações neste planeta de recursos limitados (CAPORAL, 2009, p.897).

A agroecologia é um exemplo de práticas para o desenvolvimento sustentável, pois ela tem papel fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso é uma alternativa para minimizar ou até mesmo reduzir as consequências causadas pelo desenvolvimento da agricultura convencional. A agroecologia apresenta alternativas sustentáveis para a produtividade contínua do solo.

Nesse sentido, para Leff (2002, p. 37) “a agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos”. É válido ressaltar que, o uso desordenado de agrotóxicos, insumos químicos, e sementes geneticamente modificadas agredem, não somente o solo, mas também a saúde humana. Com isso, na visão de Caporal e Costabeber (2002):

Agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado. Não apenas isso, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Portanto, a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p 13, grifo do autor).

Os saberes e experiências dos agricultores, povos indígenas, comunidades que vivem em florestas, quilombolas (esses que são considerados povos do campo) são de grande relevância para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Essa relevância advém do fato de que a experiência dessas comunidades se torna um ponto estratégico para o conhecimento sociocultural e ecossistêmico de cada região, do mesmo modo que valoriza sua participação nesse processo de transição (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Nesse sentido, uma das bases da agroecologia é a participação popular. De acordo com Mutuando (2005, p.17), “[...] esta participação é que permite a união entre os saberes populares e os científicos, fundamental para o alcance de uma agricultura mais ecológica e sustentável.” Cada pessoa carrega consigo saberes sobre sua realidade, esse é o caso das comunidades tradicionais, as quais sempre viveram numa relação harmoniosa com a natureza, conseqüentemente, possuem saberes valiosos sobre os ciclos naturais.

Todavia, a cultura hegemônica aborda os valores, os saberes do campo, ou de forma romântica ou de maneira desqualificada. Em contrapartida, os saberes populares são fortalecidos por meio da Educação do Campo. Essa que propõe como debate político o combate ao latifúndio e a agricultura centrada no negócio, bem como, o fortalecimento de um modelo popular de agricultura, baseado nos princípios agroecológicos.

## CAPÍTULO II

### **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

---

O campo confugira-se como um espaço de vida digna, fato que legitima a luta por políticas públicas específicas, e por uma educação própria para seus sujeitos. Todavia, há graves problemas de falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública que é oferecida a essa população. Foi justamente das contradições do campo que surgiu a necessidade de uma Educação, pensada em atender as pessoas que produzem vida, e respeitam a função social da terra, que também é produzir vida.

Percebe-se, que não há uma única lógica de reprodução no campo. Nos finais dos anos 90, evidenciou-se duas lógicas de reprodução, uma que consiste basicamente em pensar o campo como espaço de alta produtividade, de produção para satisfazer os interesses do capital. Assim, chegamos ao agronegócio, que funciona baseado na mecanização, concentração de terras, no uso dos venenos, um modelo que destrói a natureza e as relações socioambientais.

Porém, temos também outra lógica que confronta a do agronegócio, a forma camponesa de produzir, baseada na produção de alimentos saudáveis, novas relações, diversificação de culturas, respeito ao ambiente, ao tempo da natureza. Nesse sentido, faz-se importante ter clareza do campo enquanto espaço de contradições. E com isso, perceber a importância da educação no âmbito social.

É importante mencionar que, a preocupação com a natureza, com o ambiente, com um desenvolvimento sustentável é um dos princípios que norteiam a educação do campo. No entanto, é importante discorreremos sobre o contexto que permeia a educação ofertada as pessoas que vivem no e do campo. Sabe-se da necessidade da educação nas áreas rurais, e que esta educação, inicialmente intitulada como educação rural não correspondem às necessidades dos sujeitos sociais desse espaço.

#### **2.1. Do direito à Educação**

Quando se fala da educação para as camadas populares do Brasil, em específico os povos do campo, cabe ressaltar que não é uma demanda recente, principalmente quando nos referimos a essa população. Iniciada com os Jesuítas, com a vinda da Família Real Portuguesa,

a educação no Brasil somente era oferecida para a corte e para uma parte da população, aquela que detinha poder (FERNANDES 2015; SANTOS, 2013).

Assim, direcionada para as classes ricas, a educação formal no Brasil não era para todos os brasileiros. O governo entendia não ser necessário oferecer uma formação a toda população, mas sim, somente a parcela que possivelmente teria voz ativa na sociedade e que vislumbrava o governo. Inicia-se assim a cultura educacional no Brasil, uma educação que atende de forma diferente partes da população, sendo desse modo, de acordo com a divisão socioeconômica (FERNANDES, 2015).

Paludo (2012) relata que a educação popular passa por três grandes períodos. O primeiro momento, em meados da Proclamação da República (1889), chegando até 1930. Este é marcado pela transição do modelo agrário – exportador, para o urbano- industrial. Cabe ressaltar que:

Naquele tempo, as primeiras teorizações e práticas educativas alternativas foram as dos socialistas, anarquistas e comunistas, e remetiam a processos formais e não formais de educação, a partir de uma concepção educativa que tinha elementos de diferenciação tanto da pedagogia tradicional quanto da pedagogia da Escola Nova que ia emergindo (PALUDO, 2012, p. 282)

Assim, a revolução de 1930 assinalou o segundo momento, nesse período o Brasil passa por um “breve momento democrático” (PALUDO, 2012, p. 282), marcado pela disputa de tendências pedagógicas, buscando destaque no cenário educacional. Dentre elas estão: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia da Escola Nova, e a concepção de Educação Popular, esta última fortalecida pela teoria de Freire (FERNANDES, 2015). Logo, a Educação Popular foi intensificada nas camadas populares,

Por apresentar características educacionais, que iam muito além, da escolarização e de incluir a população na educação formal. A riqueza de sua proposta educativa, formava-se, em uma educação, baseada no desenvolvimento humano, assim como, no desenvolvimento de uma consciência de classe explorada, política e economicamente (FERNANDES, 2005, p. 104).

Fernandes (2015) ainda pontua, que o movimento da educação popular passaria por um fortalecimento nos anos de 1950, com a pretensão da população como um todo ter direito a educação pública e de qualidade. De acordo com Jesus:



Os movimentos de esquerda ligados às ligas Camponesas, colaboram para o aparecimento de movimentos populares, a saber: os centros populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>18</sup>, os quais visavam ao resgate dos valores culturais escolares e sociais dos trabalhadores do campo, realizando projetos de educação popular e alfabetização de adultos, tanto no espaço urbano como no rural<sup>19</sup> (JESUS, 2005, p. 24).

Todavia, com o Golpe Militar (na década de 1970), houve o retrocesso educacional, todas as políticas educacionais que refletiam o contexto real da época foram retiradas de cenário. Contudo, ao tempo que reprimiam a educação popular, criava-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o que objetivava expor números satisfatório de redução do analfabetismo. Desse modo, não existia preocupação com aprendizagem, tão pouco com a formação humana.

Somente na década de 1980 a importância da educação popular volta como pauta a partir dos movimentos sociais e de representações civis, no momento em que o país vivia um período de redemocratização. Assim, para Fernandes (2015), nesse momento também era proposta uma educação que valorizasse os homens e as mulheres do campo,

Uma educação que propusesse uma formação humana, intelectual e profissional [...] ao mesmo tempo, valorizando sua cultura, seus costumes, seu modo de trabalhar, ou seja, uma educação que respeitasse seu modo de vida, suas particularidades e, que, os impulsionassem para conquistas principalmente em relação aos direitos sociais (FERNANDES, 2015, p.105).

No terceiro momento vivido pela educação popular no período de 1978 até 1990, a mesma ganha força com o ressurgimento das lutas populares em prol da educação popular (FERNANDES, 2015). Para Paludo (2012), a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos relevantes da concepção de educação popular. Tem-se como referência significativa os sujeitos populares como protagonistas dessa luta.

---

<sup>18</sup> Para Barros (2014, p. 132) [...] “a educação de base buscava não só formar, mas, sobretudo, garantir, através desta formação, a transformação dos educandos em agentes comprometidos e promotores das transformações sociais”.

## 2.2. Da educação Rural à Educação Campo

A luta pelo direito à educação (e não qualquer educação) por trabalhadores do campo desencadeou diversas reivindicações, tanto para ter acesso, como pela qualidade de educação que era oferecida para os sujeitos sociais que residem no espaço rural. Assim sendo, faz-se necessário apresentar uma breve contextualização da Educação Rural à concepção da educação do campo no Brasil.

Em linhas gerais “o destinatário da educação rural é a população agrícola, constituída por aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (PETTY; TOMBIM; VERA 1981, p. 33-34). No entanto, a educação que era/é ofertada para essa população servia mais para formar mão de obra para o trabalho urbano.

A Educação Rural tem sua origem baseada no pensamento latifundiário empresarial. Nas primeiras décadas do século XX iniciou o debate a respeito da educação rural, tendo abertura no 1º Congresso de Agricultura do Nordeste brasileiro em 1923. Nesse congresso, pensou-se na educação para os pobres do campo e da cidade, com o sentido de preparar esses sujeitos para a proposta de desenvolvimento da produção agrícola (FERNANDES; MOLINA, 2004).

No que diz respeito a Educação Rural, em 1824 com a primeira constituição (oficialmente denominada Constituição Política do Império do Brasil) foi assegurada para todos os cidadãos a instrução primária gratuita, e assim continuou na Carta Magna de 1891. A classe média dessa época buscava por meio da educação a ascensão social. Os filhos das elites brasileiras iam estudar nas universidades fora do país. Já para o espaço rural a educação não era tida como uma preocupação<sup>20</sup>, uma vez que as classes monopolistas não viam a necessidade de levar a educação para os negros e os agregados. A produção agrícola daquela época era desenvolvida por meio de técnicas arcaicas e não era exigida uma preparação profissional, como também não havia o interesse de escolarizar essa população (JESUS, 2005).

---

<sup>20</sup> De acordo com Siqueira e Zúñiga (2016, p.146)., “No princípio da história brasileira, a educação não era vista como prioridade e, no meio rural, a escolarização não constituía motivo de preocupação, uma vez que se entendia que, para “pegar na enxada”, não era preciso estudo. Vale ressaltar que a produção rural naquele período era formada, principalmente, por negros, índios, e imigrantes europeus, parcela do povo que sofreu - e continua sofrendo - discriminação”.

De acordo com Jesus (2005), com o forte movimento migratório dos povos do campo, nas primeiras décadas de século XX, surge a intenção de levar a educação para a população rural, como meio de conter esse movimento. Porém, havia interesses por trás da oferta da educação rural, que notoriamente, não era emancipar essa população, mas sim, evitar problemas sociais nos centros urbanos, como o grande número de pessoas que saíam do campo, e principalmente, manter a mão-de-obra no espaço rural para atender o mercado capitalista.

Na década 1930 a insatisfação de diversos setores da sociedade com o sistema educacional motivou o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). E em 1934 a constituição assegurou o financiamento da educação rural, com a ressalva de não ser integrada ao trabalho, mas sim nos direitos sociais. Com essa constituição a responsabilidade de oferecer o ensino primário para o espaço rural foi transferida para o setor privado. Sendo assim, as empresas eram responsáveis pela oferta do ensino primário gratuito para os filhos dos trabalhadores, todavia, as empresas agrícolas foram isentas dessa obrigação (JESUS, 2005). Contudo,

a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. De acordo com essas Leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria “formar as elites condutoras do país” e o do ensino profissional seria oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (HERRINQUES *et al.*, 2007, p. 11).

A partir desse momento era oferecida para os filhos desses trabalhadores uma educação que visava apenas formar mão-de-obra para o mercado e fixar o homem no campo, com a finalidade de aumentar a produtividade e o aumento do lucro para o sistema capitalista vigente. Essa educação era ofertada por meio de projetos educacionais, que não tinham nenhuma relação com a realidade vivida pelos sujeitos do campo.

Como já mencionado, a proposta de educação rural não foi pensada com interesse de levar a escolaridade aos sujeitos do campo, mas também de formar mão de obra qualificada para atender o desenvolvimento dos espaços urbanos. Assim, foi ressaltada a urgência de modificar as estruturas educacionais da zona rural. Os autores Werthein, Bordenave (1981), no livro *Educação Rural no 3º Mundo* apresentaram algumas questões que evidenciaram a necessidade dessa mudança. Além de não atender as necessidades dos sujeitos que pertencem ao espaço rural; os conteúdos trabalhados e métodos de ensino eram claramente voltados ao espaço urbano; o calendário não atendia as características da produção local; problemas de evasão e repetição e analfabetismos eram nitidamente mais graves do que no espaço urbano;

existência de programas não formais; professores sem formação adequada e baixa remuneração e a escola desvinculada da realidade local.

Diferente disso, a educação do campo se propõe a preparar os sujeitos para um modo de vida crítico e para a luta pela igualdade e por seus direitos. Prepara para uma vida digna onde se vive com respeito a sua identidade e a dos demais seres vivos, assim como a terra, o ambiente, a natureza como um todo. Como afirma Caldart (2002, p. 33) “A educação do Campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como “guardião da terra” [...]. Aprender a cuidar da terra e aprender deste cuidado algumas lições de como cuidar do ser humano e da sua educação”. Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 25) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o “[...] sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”.

Ao nos referirmos em Educação do Campo, precisamos ter clareza que esta é “fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou trabalhadores rurais fortalecendo o caráter de classes de luta em torno da educação” (Souza, 2008, p.1089). Sendo a Educação do Campo, uma educação que valoriza o espaço rural, e contrapõe a visão que o camponês e o campo são atrasados.

É válido ressaltar, que quando falamos em Educação do Campo se faz necessário mencionar o pensador Paulo Freire (1921-1997). Suas contribuições acerca de uma educação transformadora, libertadora e emancipadora são de fundamental importância para a reflexão crítica dos sujeitos sociais da Educação do Campo. Nesse sentido, leva-se em consideração o cotidiano do educando para a partir dele, de uma forma dialógica o educando seja capaz de desenvolver uma consciência crítica e transformadora (SIQUEIRA; ZÚÑIGA, 2016).

Para tanto, desde a década de 1990 as conferências por uma “Educação Básica do Campo” têm sido de grande relevância, tanto em relação à luta por uma educação digna e de qualidade para os sujeitos do campo, quanto para a produção de conhecimento acerca desse tema. Isso vem permanecendo até as décadas atuais, fortalecendo assim essa luta, que segundo Correia:

A expressão Educação do Campo foi proposta em 1997 no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, e sendo melhor discutida na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, Luziânia (GO). Esta conferência teve o objetivo de mobilizar os povos do campo, que enfim

contestavam a educação rural historicamente oferecida e construíam uma nova proposta educacional, pensada a partir de suas próprias demandas (CORREIA, 2018, p.20).

De acordo com Caldart (2012, p. 258), a primeira conferência Nacional por educação do Campo também marcou a partir dos argumentos apresentados para o “batismo do que representaria um contraponto de forma e conteúdo ao que no Brasil se denomina EDUCAÇÃO RURAL”, assim,

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de *camponês*. Um conceito histórico e político [...] (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26)

Ainda nessa conferência foi reafirmado que o campo “é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (CALDART, 2004, p 10). Também foi discutido a falta de acesso e a qualidade da educação ofertada para esses sujeitos. Com a continuidade de mobilizações por meio da *Articulação Nacional Por uma Educação do Campo* foram surgindo conquistas, uma delas a aprovação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (*Parecer nº 36/2001 e Resolução nº1//2002 do Conselho Nacional de Educação*).

Com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, ficou estabelecido que a população do campo deve receber uma educação diferenciada daquela oferecida para os que vivem na cidade, adequando-se a especificidade de cada um deles. Para Munarim (2011, p.12). “A identidade da escola do campo é definida não exclusivamente pela sua situação espacial não urbana, mas prioritariamente pela cultura, relações sociais, ambientais e de trabalho dos sujeitos do campo que a frequentam”. Para tanto, agricultores, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, seringueiros, entre outros, devem receber uma educação que chegue até eles e os reconheçam como sujeitos desse processo.

De acordo com Caldart (2004, 2012), com a aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação, e a partir de debates realizados e no seminário nacional de educação em 2002, houve a alteração de: *Por uma educação Básica do Campo*, para *Por uma educação do Campo*.

A motivação para a mudança, deu-se pela compreensão de que o direito à educação compreende da educação infantil à universidade<sup>21</sup> (CALDART, 2012).

Em 2004 ocorreu a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, que contou com mais de mil participantes, entre representantes de órgãos do governo, organizações não governamentais, escolas de comunidades camponesas, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de professores, e também, movimentos sociais camponeses. Ao final da conferência todos esses sujeitos que demarcaram essa luta, assinaram a declaração final da conferência (CALDART, 2012). De acordo com Souza (2008, p. 1098), na declaração “fica explícita, a intenção de organizar, a partir de educação, um projeto de sociedade que seja justo, igualitário e democrático, que se contraponha ao agronegócio [...]”.

Nessa perspectiva, ver-se uma organização educacional preocupada com a formação humana, a partir da valorização da identidade e da cultura dos povos do campo e com o desenvolvimento sustentável. Contrapondo-se assim, com a concepção da Educação Rural, que reforçava a ideia do espaço rural como atrasado. No entanto, apesar das lutas acentuadas em busca de igualdade e um desenvolvimento justo, tanto para aqueles que vivem na zona urbana, como para os que vivem na zona rural, ainda são visíveis as desigualdades sociais e as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos do campo para se obter os direitos que são assegurados para todos os cidadãos, em especial o direito à educação de qualidade.

Nesse contexto, segundo o censo escolar (2016) embora o Brasil apresente um quantitativo significativo de escolas nas zonas Rurais (33,9 %) a realidade dessas escolas não é satisfatória, pois na zona rural 9,9 % das escolas não possuem energia elétrica, 14,7 % não tem esgoto sanitário e 11,3% não têm abastecimento de água. Já a realidade das escolas na zona urbana é bem diferente, esses percentuais são de 0,0%, 0,3% e 0,2 % respectivamente. Essa realidade é presente tanto nas escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental, quanto nas que oferecem os anos finais.

Assim, a educação do campo vem sendo marcada pela luta constata dos sujeitos sociais do campo, por políticas públicas que garantam esse direito à educação digna e de qualidade. É importante salientar a importância da educação “no Campo” e “do Campo”. Sendo que a primeira, é uma ressalva da importância do direito que o sujeito tem de ser educado onde vive.

---

<sup>21</sup> É esse pensamento que direcionamos para o Projovem Campo Saberes da Terra, que seja efetivo e que atenda desde o ensino infantil à graduação. A oferta fragmentada da educação para os sujeitos sociais do campo, aparece como uma das fragilidades do programa.

Já a segunda mostra a importância da inserção do sujeito como instrumento de aprendizagem, pensando em sua cultura, necessidades e em especial a sua identidade. Assim,

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador (LEITE, 1999, p. 99).

Em sua maioria, os sujeitos sociais do campo são caracterizados pela maneira de se relacionar com a natureza, com suas atividades e o modo com que são organizados. E nessa organização estão presentes todos os membros de uma família e sua mão de obra. Os sujeitos do campo são aqueles que lutam para permanecer nele, porém, com condições dignas de vida. Lutam também para serem reconhecidos pelo que são, seja ele agricultor, quilombolas, indígenas, ou sujeitos que lutam pela terra e pela reforma agrária. Além do mais, lutam pela educação, principalmente que seja voltada para sua realidade e que não haja a necessidade de sair do campo. Sendo assim,

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação (FERNANDES, 2004, p. 137).

Assim, de acordo com Caldart (2002, p.19), a educação do campo tem como perspectiva, educar os sujeitos do campo, com o objetivo de que eles “se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”. Assim, é preciso que a educação ofertada para os sujeitos do campo deixe de ser programas compensatórios, é válido ressaltar que alguns desses programas possuem um projeto político pedagógico, práticas pedagógicas e metodologias condizentes como que é esperado e proposto pela educação do campo. Todavia, sua função social é compensar uma parcela desses sujeitos, especificamente jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental no período regular.

Contudo, cabe ao setor público atender à luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação, que atenda às suas peculiaridades. De acordo com Caldart (2012), o Estado deve ser pressionado para a formulação de políticas que garantam a educação de qualidade para os sujeitos do Campo. *Educação do campo: direito nosso, dever do Estado!* Esse foi o lema da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Arroyo (2004, p. 58), salienta que o Estado, bem como os governos, não pode dar o mesmo tratamento a educação para os povos do campo, como foram tratados por séculos, “dentro da tradicional estrutura das escolas rurais”,

as quais não tiveram eficácia para a realidade da época. Tampouco serão eficazes para a realidade de hoje.

### **2.3. A Educação do Campo no Estado de Sergipe: síntese de uma política em construção**

Por ser dever do Estado, buscamos nessa seção apresentar uma síntese das políticas educacionais do campo desenvolvidas no Estado de Sergipe. Para tanto, buscou-se apoio em pesquisas recentes sobre o referido tema, por exemplo, na tese de Santos (2013) intitulada de *Educação do campo uma política em construção: desafios para e Sergipe e para o Brasil*, na tese de Gois (2017) sob o título de *Participação e controle dos movimentos sociais e sindicais na educação do campo: um estudo no estado de Sergipe* (2017), e na dissertação de Correia (2018) intitulada de *O fechamento das escolas do campo em Sergipe: territórios em disputa (2007-2015)*, também, buscou-se informações na secretaria do Estado de Sergipe, por meio do núcleo de educação do Campo (NECAM), através da sua Coordenadora.

Correia (2018) assinala que as lutas por uma Educação do Campo no estado de Sergipe, iniciam-se antes do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA, 1997). De acordo com a Coordenadora do NECAM, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) a partir de experiências com MST tornou o estado de Sergipe pioneiro na implementação de ações que desencadearam no desenvolvimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Assim, para Correia (2018, p. 82) o I ENERA (1997) foi o marco inicial de uma mobilização nacional pela Educação do Campo, “demandando a criação do PRONERA”.

Dentro das políticas e programas para a educação do campo, os quais foram citados pela coordenadora, e também nos estudos de Santos (2013); Gois (2017) e Correia (2018), constam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Escola Ativa, o Programa Projovem Campo Saberes da Terra, e o PROCAMPO (quadro 4).



Quadro 4: Síntese dos Programas Educacionais do Campo Desenvolvidos no Estado de Sergipe de 1997 a 2017.

PROGRAMA	BASE LEGAL	ANO DE IMPLANTAÇÃO	OBJETIVO	EXECUÇÃO
ESCOLA ATIVA	A lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996; Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2000, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.	1997	Melhorar o desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do Campo. Os sujeitos participantes desse programa são educadores (as), educandos (as), formadores de escolas com classes multisseriadas em escolas do campo. Como também, equipes técnicas secretárias municipais e estaduais de escolas com classe multisseriadas.	No Estado o programa atuava com pouco mais de 5% dos municípios, e atualmente esse programa está em fase de implementação em um novo formato.
PRONERA	Portaria nº 10/98 do Ministério de Política Fundiária Portaria/ INCRA/ nº837/2001. Portaria/INCRA/ nº 282 de 16/4/2004.	1998	Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, e tem como sujeitos participantes Jovens e adultos dos projetos de assentamento.	O PRONERA teve início no Estado em 1996 com a Educação de Jovens e adultos; ofereceu, em parceria com a UFS cursos de Pedagogia da Terra e Engenharia Agrônoma, além do curso de Residência Agrária, para profissionais já formados e que atuam nos assentamentos sergipanos. Atualmente o programa desenvolve, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), um curso tecnólogo em Agroecologia, com 50 alunos matriculados.
PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA	Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002; Parecer CNE/CEB nº 01/2006- aplicação da Pedagogia da Alternância; Parecer CNE/CEB nº 36/2001- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.	2005	Desenvolver políticas de Educação do Campo e de juventude para oportunizar jovens agricultores familiares a escolarização de Ensino fundamental na modalidade EJA, como também a qualificação social e profissional.	Em Sergipe tivemos três edições do programa (2009-2011, 2012-2014, 2015-2017), sendo a última nos anos de 2015 a 2017.
PROCAMPO	Resolução/ CD/FNDE nº 06 de 17 de março de 2009.	2009	Implementar cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior.	Em Sergipe foi criada a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo (PROLEC), onde foram aprovados 50 alunos, por meio de um vestibular especial.

Fonte: MEC/SECAD (2010), Adaptado, Santos (2013), Coordenadora NECAM (2018).

De acordo a coordenadora<sup>22</sup> do NECAM (2018) *as políticas educacionais para o campo no Estado de Sergipe ainda são políticas tímidas, pois as mesmas não têm muita continuidade. Há existência de iniciativas de políticas, e alguns programas no Estado.* Para Santos (2013),

Em Sergipe a Educação do Campo como política educacional começa entrar nos debates das equipes pedagógicas das secretarias municipais de educação ainda como projetos e programas do governo federal que o município aderiu [...] Alguns secretários de educação do Estado de Sergipe compreendem a Educação do Campo muito mais a partir das ações e discussões promovidas pelos movimentos sociais do que pelo assessoramento prestado pelo Ministério as Educação. Essa situação demonstra que são os movimentos sociais quem de fato tem desenvolvido a Educação do Campo e tem credibilidade social e respaldo da sociedade. A Educação do Campo apresentada pelo MEC aos municípios é entendida pelos gestores municipais, como programa do governo federal. Será implementada no município enquanto o MEC destinar recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades, não havendo recurso específico para o desenvolvimento dos programas não haverá ações de Educação do Campo nas escolas camponesas [...] A educação do Campo não é incorporada pelos gestores municipais e estaduais como uma política educacional do município. Para a maioria deles quem faz a Educação do Campo são os movimentos sociais do campo, como o MST, a FETASE, o MPA, entre outros (SANTOS, 2013, p. 250-251).

Nessa caminhada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social de grande relevância, pois dentro da pauta da luta pela terra, esse movimento incluiu também a luta pela educação. De acordo com Souza “Compreende-se que o MST seja um dos sujeitos coletivos centrais na elaboração da Educação do Campo, em função do acúmulo de experiências e conhecimentos construídos nos 20 anos de luta pela terra e pela escola pública” (2006, p.78). Para Correia (2018), em Sergipe aconteceram ações importantes do posto de vista legal, essas, por meio dos movimentos sociais e sindicais os quais conseguiram incluir a Educação do Campo na agenda de compromissos governamentais, para que assim, a lei fosse cumprida garantindo à educação a todos.

A coordenadora do NECAM apresentou algumas insatisfações acerca do desenvolvimento da educação para os sujeitos do campo. Ainda fez uma ressalva ao currículo da Universidade Federal de Sergipe em relação às licenciaturas, que na concepção dela deveria trabalhar a temática da Educação do Campo:

Eu acho que a Universidade tem uma dívida muito grande sabe, quando ela não leva esse currículo para ser discutido nos cursos de licenciatura.[...] O curso de pedagogia da terra não vê não, não tem na grade curricular, o curso de Pedagogia da Terra, não é diferente não, é a mesma coisa, aí o que é que o professor faz, uma adequação. Então, é desde da própria Universidade já vê isso, sabe. A minha eu fiz lá em Ijuí no Rio Grande do Sul, então assim foi uma construção diferente sabe, mas aqui eu vi como é

---

<sup>22</sup> As falas da Coordenadora do Setor de Educação do Campo do Estado de Sergipe foram concedidas por meio de entrevista em 27 de setembro de 2018, as falas foram gravadas com a autorização da Coordenadora e logo após transcrita para que pudessem fazer parte do corpus dessa pesquisa.

que foi [...]mas eu acho que a Universidade assim, estamos avançando, mas tinha que ser desconstruído sabe, porque o currículo, nós temos aí várias realidades que são muito diferentes, a periferia, qual conteúdo que se trabalha dentro da periferia, qual conteúdo que se trabalha no campo [...] (COORDENADORA NECAM, 2018).

Em relação às iniciativas Educacionais do campo de alguns municípios de Sergipe foram apresentadas a de Canindé de São Francisco, que para a Coordenadora *é uma referência interessante nessa política de Educação do Campo, eles conseguiram fazer dentro das suas diretrizes, lá no município, em que todas as escolas da rede no campo ou na sede tenham a disciplina de Educação do Campo*. Ela ainda salienta que embora a Educação do Campo não tenha que entrar como uma disciplina, mas essa é uma forma de reconhecer a importância, assegurando a existência da discussão da Educação do Campo.

Nos municípios de Lagarto e Boquim também foram criadas as diretrizes de Educação do Campo, mas, de acordo com a coordenadora, *com a mudança de governo, quer seja municipal, estadual e /ou federal muda tudo. Há o desconhecimento total que existe uma discussão, que existe um comprometimento com a educação do campo, muda-se tudo até o quadro de professores*. Esses que são capacitados para atuar naquela realidade, naquela área, que fizeram Pedagogia da Terra, Licenciatura em Educação do Campo, e muitas vezes são trocados por pessoas alheias à realidade do campo.

Ao mencionarmos a inserção da Educação do Campo nas diretrizes municipais, cabe ressaltar que, assim como todas as políticas públicas possuem um marco legal/normativo Sergipe também apresenta os seus para a Educação do Campo. Sendo estes compostos pela Constituição Estadual promulgada em 5 de outubro de 1989, alterada por meio de duas Emendas Constitucionais, nº 01/1990 e nº 40/2007; da Resolução Normativa nº 03/2010 de 30 de setembro de 2010 e o Plano Estadual de Educação (PEE) (2015-2015), aprovado pela Lei nº 8.025, de 04 de setembro de 2015 (GOIS, 2017).

Contudo, na concepção de Gois (2017) esses marcos representam na atualidade uma educação direcionada para a formação de mão obra para o mercado, distante das demandas dos sujeitos sociais do campo. Sob o mesmo pensamento, observa-se a estreita relação entre a Educação e os interesses do capital. Nessa perspectiva o Estado possibilita que o trabalhador tenha acesso a educação a partir da necessidade de mão de obra minimamente instruída e/ou capacitada para ser inserido no mercado de trabalho.

Sob outra perspectiva de análise, e lançando o olhar para os programas que se materializam no estado como Educação do Campo, para a coordenadora do NECAM, o

Projovem campo Saberes da Terra poderia se tornar assim como o PRONERA<sup>23</sup>, uma referência para se construir uma política de educação de jovens e adultos, de Educação do Campo. Nesse contexto, em 2018, no município de Simão Dias a partir da experiência do Projovem Campo, o qual foi desenvolvido no município nas três edições que o estado fez a adesão, deu-se início ao EJA campo, segundo o coordenador do projeto,

Esse projeto a gente iniciou agora nesse ano de 2018, tem sido muito assim, muito bonito de se ver, é um jeito diferente que assim, na legislação de EJA permite que cada município crie seu próprio formato de educação de jovens e adultos. Assim, criou-se essa proposta de Educação do Campo no município de Simão Dias a partir das experiências com programas educacionais do campo, a exemplo do Projovem Campo Saberes Terra. O Projeto EJA Campo está se desenvolvendo no Município Simão Dias, esse projeto tem possibilitado aos jovens, adultos agricultores oriundos da agricultura familiar de base camponesa, a oportunidade de elevação de escolaridade no ensino fundamental na modalidade EJA, com a qualificação social profissional em práticas agrícolas (COORDENADOR DO EJA CAMPO, SIMÃO DIAS, 2018).

Santos (2013) também explana a importância do programa Projovem Campo Saberes da Terra, e pontua que este é o principal programa da Educação do Campo coordenado pelo núcleo estadual. Na próxima seção apresentaremos o programa de forma detalhada, a fim de identificar a relevância do Projovem Campo Saberes da Terra para os sujeitos sociais inseridos no programa.

---

<sup>23</sup> O PRONERA atua em todos os níveis da escolarização, desde a alfabetização, ensino fundamental e médio, técnicos profissionalizantes de nível médio, nível superior e especializações. Além de, capacitar educadores e coordenadores que atuam em escolas de assentamentos (SANTOS 2013, COORDENADORA DO NECAM, 2018).

### **CAPÍTULO III**

#### **O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PEDRA MOLE/SE**

---

Nesse capítulo, apresentaremos o Programa Projovem Campo Saberes da Terra, bem como sua materialização enquanto política Educacional do Campo no município de Pedra Mole/SE. Além do mais, foi feita uma análise descritiva do PPP do programa, dentro dos parâmetros da Educação do Campo, ainda foram apresentadas as atividades realizadas durante o desenvolvimento do programa a partir da pedagogia da alternância. Também, buscou-se apresentar a relevância do programa para os sujeitos inseridos no mesmo, a partir de suas narrativas.

O Projovem Campo Saberes da Terra é um programa nacional de Educação de Jovens e Adultos, integrada a qualificação profissional, para agricultores familiares. Esse programa é desenvolvido por meio de uma ação integrada do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC). (BRASIL, 2008, p.16).

Registra-se que também estão incluídos no desenvolvimento do programa, o Ministério de Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República (BRASIL, 2008, p.16).

A justificativa para a realização do programa, dar-se pela necessidade de adoção de políticas que revertam a qualidade de ensino levado para os sujeitos sociais do campo. De acordo com Brasil (2008) existem mais de seis milhões de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, e há uma visível desigualdade entre os níveis de escolaridade dos sujeitos que vivem no campo e dos que vivem na cidade. Ademais, “[...] a sociedade brasileira possui uma dívida histórica com os jovens e adultos que vivem no campo e não tiveram oportunidade de frequentar a escola” (BRASIL, 2008, p. 20).

O programa apresenta os seguintes objetivos a serem alcançadas no decorrer de seu desenvolvimento e posterior a ele:

- Elevar a escolaridade e proporcionar a qualificação profissional inicial de agricultores (as) familiares;
- Estimular o desenvolvimento sustentável, com recorte agroecológico e enfoque territorial, como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo;
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo;
- Realizar formação continuada em metodologias e princípios político pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores (as) atuantes no Programa;
- Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica;
- Conceder auxílio financeiro aos educandos, minorando carências materiais que poderiam impedir sua frequência ou manutenção no curso (BRASIL, 2009, p. 20).

O Projovem Campo Saberes da Terra atende jovens e adultos<sup>24</sup> agricultores com faixa etária de 18 a 29 anos, que por vários motivos, principalmente pelo trabalho e inadequação do calendário escolar com o calendário agrícola, inviabilizaram a conclusão do ensino fundamental no período regular. O Projovem Campo prevê a escolarização associada à qualificação profissional e visa contribuir para a permanência dos jovens no campo.

Os jovens inseridos no programa recebem um auxílio financeiro (100 reais a cada dois meses) conforme a Medida provisória 411 de 28 de dezembro de 2007 que regulamenta o Projovem Campo Saberes da Terra. Para que os educandos recebam essa bolsa está condicionado à frequência mínima de 75% da carga horária. Essa frequência está compreendida nos dois tempos propostos pelo programa, o Tempo Escola e o Tempo Comunidade (BRASIL, 2008, p. 81).

O Programa tem uma carga horária de 2.400 horas, dos quais 1.800 horas são direcionadas para o tempo escola e 600 para o tempo comunidade. As turmas podem ser organizadas em período integral, com 10 horas diárias, período de 4h horas diárias semanais e turmas de finais de semana.

Em 2005 ainda como “O Saberes da Terra” esse programa contemplou 12 unidades da federação. (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC). Sendo em 2005 – 2006 a implantação do projeto piloto saberes da terra. Nesta fase 5 mil educandos foram formados,

---

<sup>24</sup> De acordo com Araújo (2012, p. 252), “a educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos do campo e da cidade aos quais foi negado ao longo de suas vidas o direito de acesso à e de permanência na educação escolar, seja na infância, na adolescência, ou na juventude. As razões para esta negação estão ligadas a vários fatores, como condições socioeconômicas, falta de vagas, sistema de ensino inadequado e outros.”

recebendo seu certificado correspondente ao ensino fundamental e a qualificação social e profissional inicial em Produção Rural Familiar.

Figura 6- Mapa da implantação do Programa Saberes da Terra no Brasil, na edição 2005.



Fonte: SILVEIRA, R.; SANTOS, J; ANTÃO, J.E.R., 2019.

Em 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou do processo de construção do Programa Integrado de Juventude, nele foram integrados seis programas existentes (Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Projovem da Casa Civil; Saberes da Terra e Escola de Fábrica do Ministério da Educação; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã do Ministério do Trabalho e Emprego). A partir de então, o Saberes da Terra passou a ser o Projovem Campo saberes da Terra. Em 2008, o projeto foi desenvolvido em 21 estados<sup>25</sup> brasileiros, dentre eles Sergipe (BRASIL, 2008, p.15).

---

<sup>25</sup> Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe pela região nordeste. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná pela região Sul. Da região Sudeste São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e do Norte participam Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins (BRASIL, 2009, p.17).



Figura 7- Mapa da implantação do Programa Saberes da Terra, no Brasil, na edição 2008, Brasil.

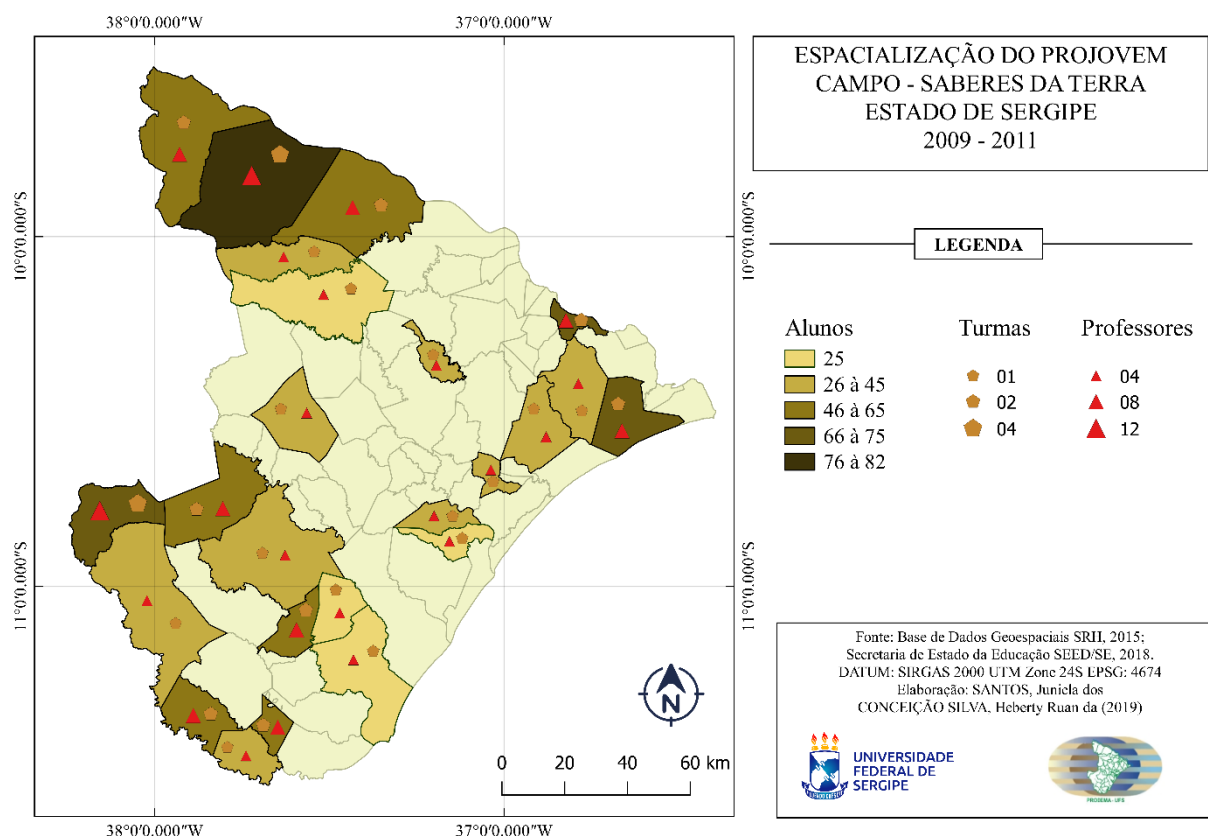


Fonte: SILVEIRA, R.; SANTOS, J; ANTÃO, J.E.R., 2019.

O Projovem Campo Saberes da Terra chega aos estados e municípios por meio de parcerias entre a Secretaria de Educação, Associações Municipais de Trabalhadores Rurais, entidades de movimentos sociais, dirigentes municipais os quais se articulam em busca desses

jovens. No Estado de Sergipe, a primeira demanda ocorreu no período de 2009 a 2011, contemplou 24 municípios (figura 8), e atendeu a 1.050 jovens e adultos agricultores.

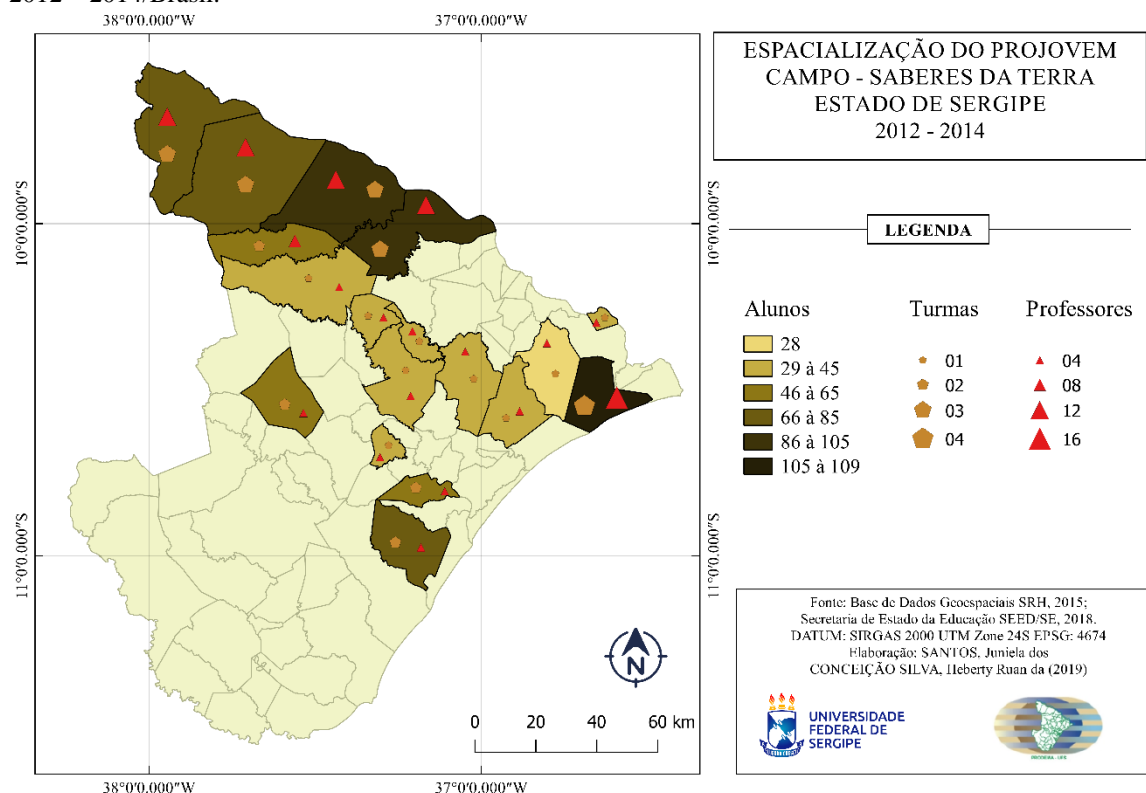
Figura 8- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra no Estado de Sergipe, entre 2009 – 2011/ Brasil.



Fonte: Base de Dados Geoespaciais, SRJL, 2015. SANTOS, Juniela dos, 2019.

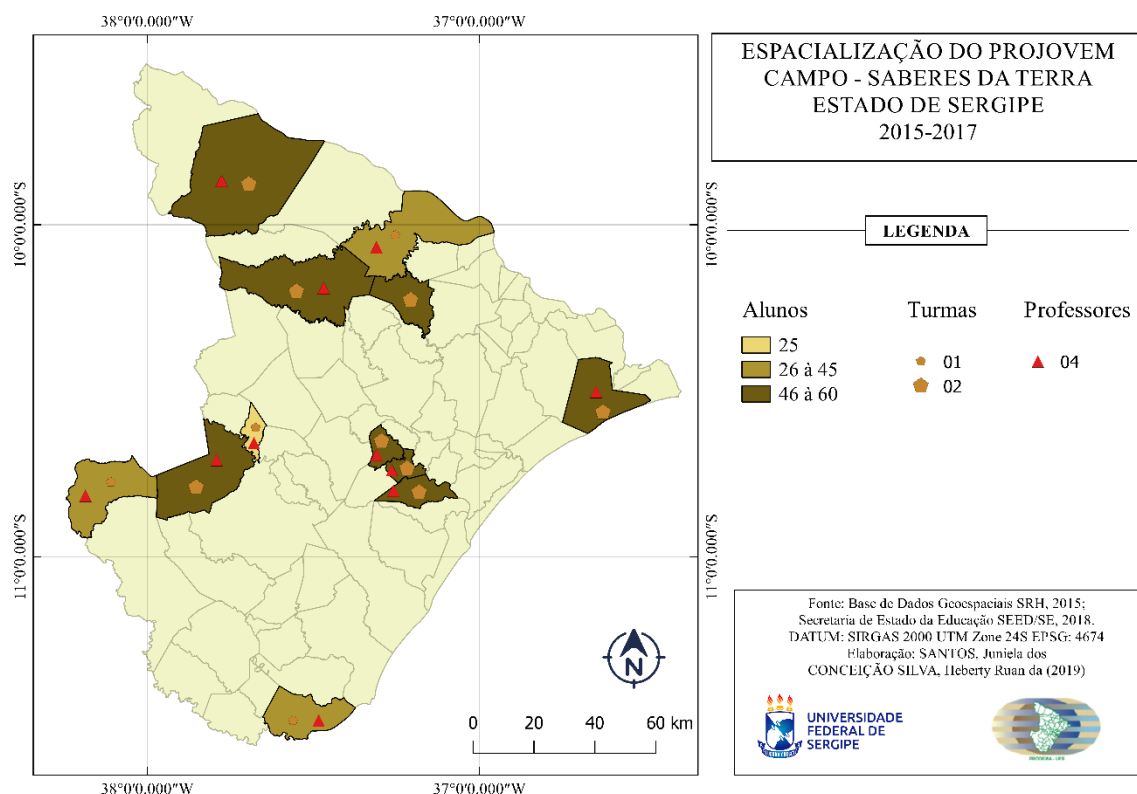
Na segunda demanda no período de 2012 a 2014 foram atendidos 1.000 jovens e adultos agricultores, distribuídos em 18 municípios (figura 9). Na última demanda de 2015 a 2017, o programa atendeu cerca de 600 educandos, distribuídos em 20 turmas nos seguintes municípios (figura 10): Gararu, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Indiaroba, Pacatuba, Malhador, Poço Verde, Gracho Cardoso, Laranjeiras, Riachuelo, Simão Dias e no município *locus* da pesquisa, Pedra Mole.

Figura 9- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, no Estado de Sergipe, entre 2012 – 2014/Brasil.



Fonte: Base de Dados Geoespaciais, SRJL, 2015. SANTOS, Juniela dos, 2019.

Figura 10- Mapa da espacialização do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, no Estado de Sergipe, entre 2015 – 2017/ Brasil.



Fonte: Base de Dados Geoespaciais, SRJL, 2015. SANTOS, Juniela dos, 2019.

O Projovem Campo promove a permanência e aprendizagem dos estudantes em suas comunidades, bem como apoia a formação continuada aos educadores, visando fortalecer o desenvolvimento sustentável nas comunidades do campo. Um diferencial desse programa é o modo de como o mesmo é estruturado. Tem-se a metodologia da Pedagogia da Alternância associada a aulas integradas de forma interdisciplinar, em que uma disciplina dialoga com as outras. Para Alves (2004, p.140), “a ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes específicos oriundos dos diversos campos do conhecimento”.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade inicia-se a partir do planejamento das aulas, pois o programa está alicerçado no diálogo entre quatro áreas do conhecimento, a saber: ciências humanas, ciências da natureza e matemática, linguagens códigos e suas tecnologias, e as ciências agrárias. As quais em seu desenvolvimento devem ser trabalhadas de forma contextualizada, e integradas aos saberes locais. Na intencionalidade de alcançar a interdisciplinaridade, o planejamento é construído de forma coletiva, a partir de um tema gerador, que parte da realidade dos sujeitos sociais inseridos no programa.

Aliada a interdisciplinaridade está a pedagogia da alternância, a qual possui dois tempos: o *Tempo Escola* e o *Tempo Comunidade*. Os saberes construídos e vivenciados nesses dois tempos são trabalhados de forma dialogada entre as disciplinas e dessa mesma forma, são socializados nas comunidades. O projeto político pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra apresenta essa metodologia da alternância, o tempo escola e o tempo comunidade, respectivamente, como:

A alternância é uma metodologia desenvolvida pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos.

Tempo Escola corresponde ao período em que o/a educando/a permanece efetivamente no espaço da unidade escolar [...] neste período, os/as educandos/as, educadores/as desenvolvem aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos.

Tempo comunidade corresponde ao período que o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe (BRASIL, 2008, p.62).

Dentro desses tempos são trabalhados os cinco eixos, os quais “agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de conhecimento para elevação da escolaridade.” (Brasil, 2008, p. 51). Os eixos temáticos são: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de produção e processos de trabalho no Campo; Cidadania, organização social, e

políticas públicas; Economia solidária e Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial.

Os conteúdos trabalhados nos eixos oportunizam a reflexão dos jovens sobre seus direitos e sua identidade. Muitos deles são filhos ou netos de agricultores e exercem a mesma profissão. Considera-se que, devido ao modelo de modernização agrícola, muitos perderam o espaço para o latifúndio e as monoculturas em um sistema capitalista desigual. Se esses jovens fossem inseridos desde sua infância numa escola onde sua realidade fosse respeitada e trabalhada, eles não precisariam ser inseridos num programa de educação para Jovens e adultos.

Com isso, intensifica a relevância de uma educação do campo em todos os níveis escolares. Quando o sujeito sai do ensino no/do campo, para o ensino regular, não há respeito a sua faixa etária nem a sua identidade. Seus valores culturais não são respeitados e/ou valorizados em sala de aula. O Projovem Campo Saberes da Terra, não é uma efetiva política educacional do campo, desse modo, considera-se como uma Política de Compensação, com objetivos meramente estatísticos. Todavia, essa política dispõe das condições metodológicas para sanar o tempo retirado desses sujeitos que não tiveram oportunidade de uma escolarização na faixa etária devida e assim, tornar-se efetivamente uma política de caráter estrutural.

É importante para esses sujeitos ter uma educação que trabalhe sua identidade e ensine como viver melhor em sua realidade, respeitando o meio ambiente e tendo uma visão sustentável, assegurando o seu direito de viver como sujeitos do campo, “homens e mulheres da terra”. No entanto, é preciso o fortalecimento do currículo das escolas do campo, e das políticas educacionais do campo. Políticas sólidas e constantes, com uma educação regular do ensino básico à graduação.

Percebe-se uma preocupação do programa, tanto com a elevação escolar, quanto com o desenvolvimento do campo e daqueles que nele vivem. A implementação do Projovem campo orienta-se por alguns pressupostos, dentre eles que “[...] a educação de jovens e adultos é uma estratégia viável de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial” (BRASIL, 2008, p.21).

Para além de fomentar a importância da educação do campo, o Projovem Campo Saberes da Terra proporciona para os sujeitos envolvidos neste programa, a partir de cada eixo trabalhado, em primeiro lugar, o resgate da identidade enquanto homem/mulher do Campo. À medida que esses sujeitos saem de “seu meio”, ou seja, do campo em busca de novas

oportunidades na cidade, muitos acabam perdendo sua identidade e não se reconhecendo mais como pequeno (a) agricultor (a), como um trabalhador (a) rural.

Dessa forma, com o desenvolvimento do Projovem esses sujeitos vão resgatando sua identidade, através dos textos debatidos em sala, muitos desses encontrados nos cadernos referentes a cada eixo temático - ofertados pelo programa aos educandos e educadores. É válido ressaltar que nos textos, para além dos conteúdos programáticos das áreas de conhecimento, os relatos de vida, as experiências que deram certo e podem servir de exemplo para aqueles que pretendem viver no e do campo, sem ser escravo do mercado, respeitando o meio ambiente e o seu modo vida, também faziam parte dos conteúdos a serem abordados nas aulas.

### **3.1. Um olhar para o Projeto Político Pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra**

No projeto político pedagógico de um programa e/ou escola estão direcionados os caminhos a serem seguidos durante o seu desenvolvimento. Esse projeto político pedagógico deve ser construído, a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos que serão beneficiados pelo programa/escola. Na concepção Veiga:

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais alunos e representantes da comunidade local (VEIGA, 2008, p.9).

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) determina para as instituições de políticas públicas diferenciadas que atendem pessoas que vivem e trabalha no campo a construção de um Projeto Político Pedagógico que possam contextualizar a organização e as metodologias à realidade da vida dos povos do campo. É necessário que o PPP não seja feito para o sujeito do meio rural, mas sim com e pelos sujeitos do campo (CALDART, 2004). No Art. 2º do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), estabelece como um dos princípios da educação do campo:

[...] II- incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho [...] (BRASIL, 2010).

Sob essa perspectiva de análise, o PPP de programa, apresenta-se como proposta de um instrumento integrado, e sua implementação orienta-se pelos seguintes pressupostos: a educação como direito dos jovens do campo; a educação de jovens na modalidade de EJA como elemento constitutivo da política pública nos sistemas de ensino; a educação de jovens e adultos como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial; a escolarização, o trabalho e a qualificação social e profissional como direito dos jovens do campo; a educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e sócio-ambiental (BRASIL, 2008).

A construção do PPP também está ancorada nos aspectos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), que estabelece a garantia de oferta de educação regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidade (Art. 4º). Bem como, o cumprimento da qualificação profissional inicial é assegurado de forma legal pelos artigos 39º, 40º.<sup>26</sup> da mesma lei (BRASIL, 2008).

Apresentam-se também como aspectos legais do programa o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo (Resolução 01/2002 do CNE/CEB), no Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei 4.530/2004). Esse último, tem como objetivo a implementação de programas de capacitação e formação profissional na área rural, bem como, implementar programas de estímulo à agroecologia e à produção orgânica, entre outros (BRASIL, 2008). Cabe destacar que o Projovem Campo Saberes da Terra vai ao encontro dos fundamentos e metas do plano referido.

O PPP do Projovem Campo Saberes da Terra, norteia-se em bases conceituais que criam a referência político-pedagógica do programa. Para tanto são apresentadas a concepção de campo, educação do campo, educação de Jovens e adultos, desenvolvimento sustentável, trabalho, economia solidária e qualificação social e profissional (BRASIL, 2008, p.40).

O Projovem Campo Saberes da Terra entende o campo como um universo socialmente integrado, porém com particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o difere de

---

<sup>26</sup> Art.39º A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva; Art. 40º A Educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho; Art. 41º O conhecimento na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (BRASIL, 2008).

qualquer espaço social e produtivo. O campo ainda é visto como “[...] espaço emancipatório, quando associado à construção da democracia e solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. (BRASIL, 2008, p. 40).

Nessa concepção, o campo é visto como espaço de vida, onde o sujeito pode viver, trabalhar, estudar. Essa emancipação do campo, virá a partir de uma educação libertadora, a partir do diálogo em sala de aula, do compartilhamento de saberes, tanto entre educadores e educandos, como entre esses sujeitos e a comunidade na qual o programa/ou educação oferecida para os povos do campo seja desenvolvida.

Já a Educação do Campo é concebida pelo Programa como estratégia de valorização da vida no campo, possibilitando para os sujeitos o direito de trabalhar e estudar nesse espaço, de forma satisfatória. Para a concepção da Educação de Jovens e adultos o PPP do Projovem Campo, orienta-se de acordo com a legislação da EJA, a resolução CNE/CEB 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Em síntese essa resolução assegura igualdade de formação, direitos e oportunidades em relação a educação de Jovens e Adultos, valorização do desenvolvimento dos conhecimentos e valores, bem como, assegurar aos participantes da modalidade EJA identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2008, p. 42).

Ademais, levando em consideração as particularidades do campo, o PPP do Projovem Campo Saberes da Terra pontua que o Desenvolvimento Sustentável começa pela vivência dos sujeitos do campo, a partir de seus saberes tradicionais. Em relação ao trabalho e a economia solidária, o programa concebe esses dois termos como instrumentos estratégicos para o combate da exclusão social. Sendo assim, a formação profissional e social oferecida por esse programa está diretamente ligada a realidade/produção campesina.

Os princípios políticos - pedagógicos que norteiam o programa são dirigidos pelas Referencias para uma Política Nacional de Educação do Campo<sup>27</sup> e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que são :a escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; compreensão dos tempo e espaços de formação dos sujeitos educativos; a escola vinculada à realidade dos sujeitos; a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; a

---

<sup>27</sup> Ver: BRASIL. Ministério da Educação. Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. (2004).



autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino; o trabalho e a pesquisa como princípios educativos (BRASIL, 2008).

Em relação a organização curricular do programa, esse, baseia-se “na construção de um currículo que tem como referência principal a formação humana e o modo de produção e reprodução da vida” (BRASIL, 2008, p. 50). Nesse sentido, leva-se em consideração as relações sociais, históricas, políticas e culturais das comunidades beneficiadas pelo programa. Assim, a formação integrada tem como objetivo atender a “[...] formação geral aliada à qualificação social e profissional”. Para tal feito, o PPP indica que é “necessário construir pontes entre os saberes da escolarização geral e os da qualificação social e profissional”. Seguindo esse pensamento, a organização curricular do programa está fundamentada no eixo articulador, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, o qual deve dialogar com os eixos temáticos (figura 11): Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia, Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo, Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial (BRASIL, 2008, p.50).

Figura 11 - Estrutura Curricular do programa Projovem Campo Saberes da Terra



Fonte: Brasil, Projeto Pedagógico (2008. p.51).

São a partir dos eixos temáticos que os conhecimentos da formação profissional e das áreas de conhecimentos se agregam. Cada eixo temático tem uma ementa básica (quadro 5), e essa ementa é agregada as áreas do conhecimento - Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, Linguagem Códigos e suas Tecnologias, bem como com as Ciências Agrárias. Essas que são chamadas a dialogar com os eixos temáticos.

Quadro 5- Projeto Político Pedagógico. Síntese das temáticas propostas para cada eixo temático do Projovem Campo Saberes da Terra.

<b>EIXOS</b>	<b>TEMÁTICAS PROPOSTA PARA ESTUDO</b>
<b>Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia</b>	As relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da Agricultura Familiar; problemas culturais, de gênero, etnia, geração e de identidade; ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de Agricultura Familiar e das relações campo-cidade.
<b>Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo</b>	As questões relacionadas à Agricultura Familiar e suas relações com os sistemas de produção; o papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; as práticas dos sistemas de produção locais e sua reprodução social; a produção e reprodução familiar, sua territorialidade e influências das relações de trabalho rural; compreender os processos de trabalho no campo, estudo das principais políticas agrárias e agrícolas que influenciam na produção familiar e realidades do campo.
<b>Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas</b>	As organizações sociais, o conceito de cidadania e princípios de ética; analisar os conceitos de Estado, Governo, educação no meio rural brasileiro e educação do campo; refletir as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do ensino e a valorização das manifestações culturais e sociais; refletir sobre as políticas de saúde, educação, esporte e lazer; Conselhos municipais e Cartas de Direito. Compreender as políticas para a Agricultura Familiar: crédito, assistência técnica, seguro safra, geração de trabalho e renda, mercados.
<b>Economia Solidária</b>	O campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; refletir sobre as formas de economia solidária no Brasil. Analisar conceitos de solidariedade, relações sociais e econômicas presentes na sociedade em geral, desenvolvimento humano e solidário.
<b>Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial</b>	Estudar, pesquisar e refletir sobre conceitos básicos de desenvolvimento e sustentabilidade, evolução histórica do termo Desenvolvimento Sustentável, princípios e fundamentos da Agroecologia; importância do uso racional dos recursos naturais, Políticas Públicas; experiências de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, práticas sustentáveis nas unidades familiares de produção.

Fonte: Brasil, Projeto Político Pedagógico, 2008.

Para a contemplação da qualificação profissional inicial, o PPP dispõe de um arco ocupacional<sup>28</sup> o qual está direcionado para a produção rural familiar, e centrado em cinco

<sup>28</sup> Os Arcos ocupacionais no Projovem Campo Saberes da Terra são conjuntos de ocupação relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, neste caso a agroecologia (BRASIL, 2008, p.53).

ocupações (quadro 6), objetivando que o educando tenha uma qualificação profissional ampla, que reforce os saberes tradicionais de produção camponesa, estimulando a relação homem-natureza de forma harmoniosa. É válido destacar que a qualificação profissional, direcionada pelo programa, preza também pela construção do fortalecimento do desenvolvimento sustentável e solidário, baseados nos princípios agroecológicos (BRASIL, 2009).

Quadro 6: Arco ocupacional do Projovem Campo Saberes da Terra

Arco	Ocupações
<b>Produção Rural Familiar</b>	1. Sistema de Cultivo
	2. Sistemas de Criação
	3. Extrativismo
	4. Agroindústria
	5. Aquicultura

Fonte: Brasil, 2009

Sugere-se no PPP que as atividades desenvolvidas a partir do arco ocupacional sejam escolhidas em conjunto com o público alvo do programa. Assim é elaborado um projeto educativo pelos educadores juntos com os educandos a partir de um diagnóstico da comunidade, e assim avaliar o que pode ser desenvolvido, que possa contemplar a profissionalização inicial dos educandos, nos parâmetros da agroecologia.

Dessa maneira, cabe afirmar que o Projeto Político Pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra, atende as peculiaridades da Educação do Campo, tanto para a formação social, com a elevação da escolaridade, respeitando a identidade do campo, como também na qualificação profissional inicial dos educandos, uma vez que se busca aprimorar as atividades desenvolvidas nas comunidades dos sujeitos inserido nesse programa. Assim, corroboramos com a ideia de Fernandes (2015) quando assinala que o Projovem Campo Saberes da Terra proporciona aos jovens das comunidades rurais um vínculo de pertencimento, reconhecimento e valorização em relação ao campo.

Ademais, faz-se uma ressalva aos sujeitos direcionados desse programa, uma vez que o público alvo direcionado no PPP são os “agricultores familiares”. Porém, compreendemos que os sujeitos desse programa são os camponeses, termo esse carregado de história pelas lutas, por terra, por educação. Já agricultura Familiar é concebida nessa pesquisa como força de trabalho do camponês. O termo agricultura familiar está sendo utilizado como meio de desmistificar a falta de políticas públicas no campo, uma vez que os agricultores familiares estão sendo subsidiados pelo crédito ofertado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF)<sup>29</sup>, assim entende-se que o campo se modernizou, não existindo mais contradições nesse espaço.

Contudo, dentro de que está disposto no PPP do Projovem Campo Saberes da Terra, há a valorização da identidade da escola do campo, por meios das temáticas de cada eixo, bem como, as metodologias adequadas para os alunos do campo, por exemplo a Pedagogia da Alternância. A alternância é uma proposta pedagógica que valoriza o jovem do campo, tornando-se assim, de grande relevância, pois, tem como ponto de partida e chegada à realidade dos sujeitos envolvidos (DOREA 2014; SOUZA 2014).

### **3.2. Pedagogia da Alternância à luz da Turma Família Agrícola em Pedra Mole**

#### **3.2.1. A turma Família Agrícola**

A turma Família Agrícola era composta por 17 educandos matriculados (2015), sendo que desse total 82, 3% dos educandos (figura 12) permaneceram até o final do curso, 64,7% concluíram o ensino fundamental, e 17,6% elevaram a série de ensino. A turma era majoritariamente composta pelo público feminino, 82,4% dos educandos eram mulheres e 17,6% homens. As atividades eram desenvolvidas no Colégio Estadual Augusto Franco, localizado no espaço urbano do município de Pedra Mole.

Figura 12- Certificação dos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra (2015-2017), Pedra Mole/SE, 2018.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

---

<sup>29</sup> Criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 1.946, o Pronaf é mais conhecido pelo crédito oferecido aos agricultores familiares.

Os educandos do Projovem Campo Saberes da Terra são provenientes do próprio município, 82,4% residentes do espaço urbano do município e 17,6% acampados e/ou assentados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mesmo sendo a maioria residentes do meio urbana do município, o cotidiano desses sujeitos possui forte ligação com trabalho no campo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p 23) apresenta a seguinte reflexão acerca dos pequenos núcleos urbanos “[...] o relevante parece ser as “cidades”, mesmo que essas não passem de pequenos e médios centros que gravitam em torno do trabalho, da produção, da cultura e dos demais recursos “rurais”. Deste modo, pode ser caracterizada a dinâmica do município de Pedra Mole.

O cotidiano da turma Família Agrícola gira em torno do trabalho no campo, o qual foi elencado como uma das justificativas apresentadas pelos educandos para a não continuidade dos estudos. Segundo relatos foram muitos os motivos que os fizeram abandonar a sala de aula antes de ser inserido no Projovem Campo Sabres da Terra, desde a falta de oportunidade, ter que ajudar aos pais na lida com a roça e com isso não ter estímulo para ir à escola, como também o casamento precoce.

Esses jovens são filhos (as), netos (as) e também são agricultores, mas, por vezes, não se identificam como agricultores (as) “devido a uma distorção construída sobre a identidade do homem do campo”. No contexto histórico brasileiro, o espaço rural foi tido como atrasado, em contraponto, o espaço urbano, tido como moderno. Desse modo, de forma processual, o agricultor foi estigmatizado cultural e socialmente como: “matuto, caboclo, jeca, caipira” (MATOS; ALENCAR, 2003, p. 18).

Assim, além de ter um espaço estigmatizado, a falta de oportunidade de emprego para os jovens rurais, faz com que esses saiam muito cedo município e conseqüentemente da escola em busca de uma melhor condição de vida em cidades maiores, mas o fato de não ter escolaridade, torna-se um empecilho fazendo que os mesmos retornem. Assim, Matos e Alencar (2003, p. 19), corroboram com esse pensamento, quando apresentam, que “de fato, muitos trabalhadores (as) e principalmente a juventude rural, tem optado por migrar para os centros urbanos, expondo-se à miséria, à violência, à mendicância, e a concorrência “desleal” em um mercado exigente e escasso de vagas”.

Em nossa leitura, essa migração campo/cidade não é de fato uma opção, mas sim, uma necessidade que é fruto da atuação do modelo de desenvolvimento projetado pelo Estado-

Capital, que pode ser visualizado a partir das condições materiais ou a falta delas no município de Pedra Mole. No município, as oportunidades de trabalho estão diretamente ligadas aos serviços municipais, que para adentrar nesses, no mínimo esses jovens deveriam ter o ensino fundamental completo. Outra oportunidade é na agricultura, todavia, com a modernização da produção agrícola, as oportunidades de trabalho no município reduziram ainda mais. De acordo com Melo,

[...] a proposta de modernização do campo brasileiro esteve acompanhada de um projeto de educação denominada [...] ‘educação deformadora’. Nessa proposta se observa a perda da autonomia individual a partir da fragmentação da realidade por parte dos conteúdos estabelecidos pelos currículos mínimos nacionais. Conteúdos estes que insistem em valorizar apenas aspectos voltados para o mercado. Essa educação formal provoca impactos negativos junto às comunidades, quando impõe valores e costume de outras realidades (MELO, 2015, p. 21).

Deste modo, ressalta-se a importância de uma educação que respeite a identidade e peculiaridade dos sujeitos do campo. Promovendo um olhar de pertencimento, e a reaproximação da relação homem-natureza, que está desconstruída a partir do pensamento mercadológico. Com a Educação do Campo, a partir da pedagogia da alternância os sujeitos são preparados para uma participação maior na comunidade, pois o trabalho é tido como princípio educativo. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2012), o trabalho como princípio educativo afirma o entendimento do meio de produção e reprodução de vida de cada ser humano.

### 3.2.2. A pedagogia da alternância: práticas da Turma Família Agrícola

Iniciada nos anos de 1930 a pedagogia da alternância foi fruto das reivindicações de pequenos agricultores franceses. Estes estavam insatisfeitos com as políticas educacionais de seu país que não atendia de forma satisfatória as especificidades da educação rural. No Brasil as experiências com a pedagogia da alternância, deram-se com as primeiras Escolas Famílias Agrícolas.

A alternância na formação escolar, entre a escola (Tempo Escola) e a comunidade (Tempo Comunidade), caracteriza a Pedagogia da Alternância, essa que para Martins, Rocha e Lobo (2011, p 07), [...]visa a valorização da identidade do homem do campo, adequando-se a seu ritmo de vida e produção.” Para esses autores a pedagogia da Alternância tem como um dos objetivos a valorização da identidade do homem do campo, e salientam que:

A principal finalidade da pedagogia da alternância é a permanência do educando na escola visando facilitar o amadurecimento dos mesmos, sua inserção social, tornando



o conhecimento científico aplicável, promover a formação profissional, elevação da escolaridade e estimular o desenvolvimento sustentável (MARTINS; ROCHA; LOBO, 2011, p. 07).

É importante salientar que a Educação do Campo traça estratégias como a pedagogia da alternância para que esses sujeitos se identifiquem com a escola. Desse modo a finalidade da educação do campo é tornar esses sujeitos escolarizados, e com sua identidade fortalecida. Fazendo assim que os mesmos não saiam do campo por achar esse um espaço atrasado. Para isso que se busca organizar esses tempos de modo que a escola acompanhe o período de colheita, plantio, valorizando assim, a realidade desses sujeitos. Assim, para Gimonet:

Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de período em situação sócioprofissional e em situação escolar. Mas a alternância significa, sobretudo, uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito. (GIMONET, 1999, p. 44).

Assim a pedagogia da alternância se constrói na continuidade das atividades pedagógicas, mesmo havendo uma descontinuidade de tempos e espaços. No Projovem Campo Saberes da Terra a alternância é desenvolvida por meio de dois tempo-espacos específicos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. É no tempo escola que educadores e educandos socializam em sala de aula os saberes técnicos- científicos das áreas do conhecimento. A partir dos conteúdos conceituais discutidos em sala de aula mediante o direcionamento dos eixos temáticos, são norteadas pesquisas que desencadeiam no tempo comunidade.

As aulas da turma Família Agrícola desenvolvidas no tempo escola (figura 13), davam-se de forma dialogada, educando e educador compartilhando saberes. Para Freire (2005, p.90), “[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideais de um sujeito no outro [...]”. Assim, defende-se uma pedagogia que esteja voltada à inserção dos educandos em seu processo de ensino e aprendizagem.

De acordo como Torres, Ferrari e Maestrelli (2014. p. 15), a educação libertadora e dialógica defendidas por Freire (2005) desencadeiam em processos pedagógicos de conscientização dos educandos que, ao distinguirem “sua vocação ontológica e histórica de ser mais no mundo, poderão agir de forma crítica e consciente para a transformação das situações-limite” vivenciadas por eles.

Figura 13- Debate de conteúdos em sala de sala na Turma Família Agrícola, Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2017



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Em sala de aula também eram desenvolvidas atividades em grupo (figura 14), através das quais os educandos podiam trocar ideias e socializar seus conhecimentos uns com os outros, no intuito de construir e reforçar a relação da coletividade. Podendo agir de tal modo, em torno das relações existentes entre sociedade, cultura e natureza (TORRES; FERRARI; MAESTRELLI, 2014).

Figura 14- Produção de Cartazes, tempo escola na Turma Família Agrícola do Projovem Campo Saberes da Terra- Pedra Mole/SE, 2015.

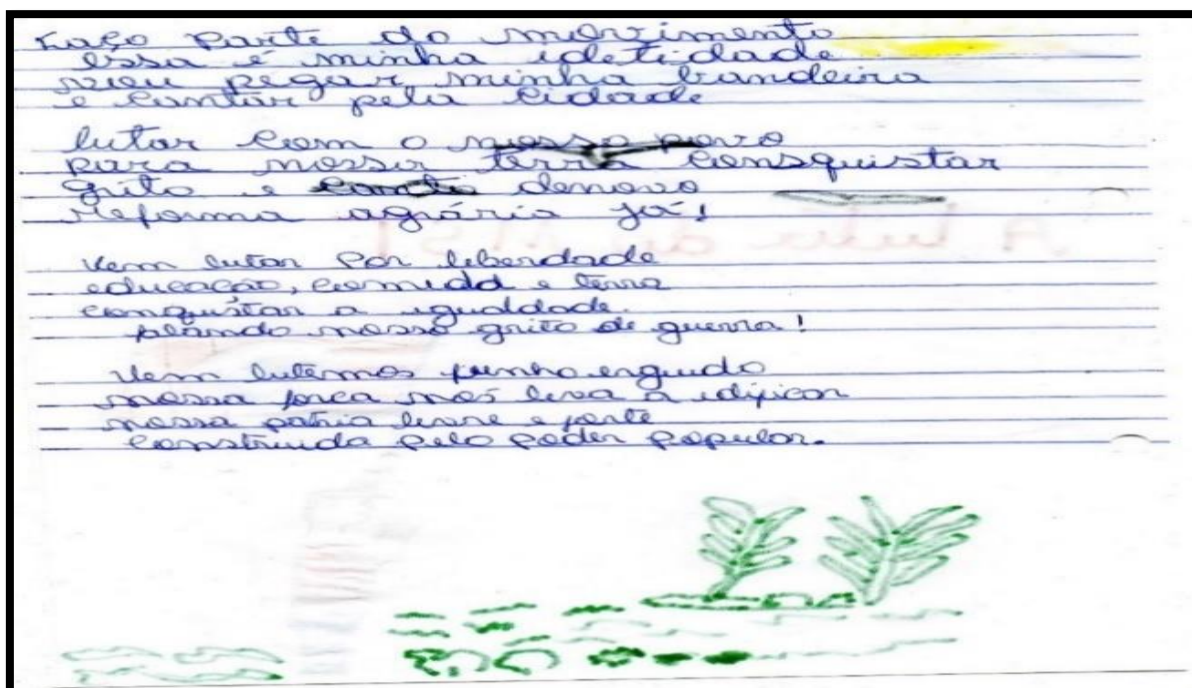


Fonte: Arquivo pessoal, 2015



Além dos conteúdos próprios para cada área do conhecimento, eram trabalhados assuntos de cunho social, por exemplo o histórico de luta do MST, que é de grande relevância para o desenvolvimento da educação do campo, devido à pertinência com a formação crítica cidadã. Nesse contexto, dentro das atividades desenvolvidas no Tempo Escola foram confeccionadas Cordéis, e um deles (figura 15) foi desenvolvido pelos educandos, com o tema: *A luta do MST*.

Figura 15- Literatura de Cordel produzido pelos educandos durante o tempo escola na Turma Família Agrícola-Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2016.



Esse cordel foi construindo em meio aos debates da identidade camponesa, e os entraves que os sujeitos sociais do campo passam para ter acesso aos direitos pertinentes a todos cidadãos, que seja ele do espaço urbano, quer seja ele do rural. De acordo com Lucini (2007), na percepção de muitos, adentrar no MST possibilita a consolidação de seus sonhos, ademais,

[...] além da conquista material [...] a alegria do pertencimento. Estar ligada ao outro, sentir-se pertencendo a uma comunidade, pode significar a necessidade humana do enraizar-se, de ser com os outros, de identificar-se e participar de uma comunidade que tem um projeto, que sonha com um futuro (LUCINI, 2007, p.17).

Contudo, para além da participação efetiva do movimento na luta por direitos para os sujeitos residentes no campo, existe a presença dos educandos que fazem parte do movimento. E, lamentavelmente, há o histórico de desconhecimento da biografia do movimento. Este movimento foi consolidado em 1984, porém, a atuação do movimento iniciou em 1978, dando origem ao MST. As lutas dos movimentos sociais ligadas à terra persistem desde a colonização. Contudo, a luta desse movimento não se centra somente por terra, mas também nas demandas educacionais para o campo (SOUZA, 2006).

Nas atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade, o qual os educandos ampliam os conhecimentos problematizados em sala de aula, o MST também esteve materializado, a partir do assentamento São José da Quixabeira, no qual duas educandas eram residentes. Com a pesquisa foi observada a necessidade de produzir alimentos saudáveis, respeitando e mantendo a relação homem- natureza. Uma vez que o uso do agrotóxico em nossos alimentos cresce desordenadamente<sup>30</sup> e o assentamento, lamentavelmente, adentrou na lógica do monocultivo do milho. Nesse contexto, foi levado para o Assentamento por meio dos educandos (figura 16), alternativas para produzir seus alimentos de forma saudável e sustentável.

---

<sup>30</sup> “No Brasil [...] Além de se permitir o uso de alguns venenos proibidos no exterior, o país ostenta o título macabro de maior consumidor de venenos para a agricultura do mundo [...]” (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 93-94).

Figura 16 - 1ª Partilha dos Saberes. Educandos do Projovem Campo Saberes ensinando aos moradores do Assentamento como implantar uma horta orgânica em suas casas de forma alternativa, e reaproveitando materiais que poderiam ser descartados no Meio Ambiente, Pedra Mole, 2015.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Na partilha de Saberes <sup>31</sup> foi feito um diálogo acerca do resgate da identidade local/camponesa, como também sobre a agroecologia como modo de vida. Nesse sentido, “[...] a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional” (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009, *apud* GUHUR; TONÁ, 2012, p. 66). Ademais, para um aprofundamento maior sobre a produção de alimentos orgânicos dentro da lógica da produção agroecologia, a turma família agrícola fez uma visita numa produção agroecológica no município de Simão Dias (figura 17).

---

<sup>31</sup> Após cada pesquisa concluída, os educandos socializavam os conhecimentos construídos com a comunidade (BRASIL, 2008).

Figura 17- Visita a uma produção de Hortaliças Orgânicas em Simão Dias/SE, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Com os conhecimentos adquiridos nessa visita ( de como produzir sem agredir o solo, respeitando o ambiente e sem uso de produtos prejudiciais à saúde humana), e os conhecimentos compartilhados com os demais colegas que também estavam presentes, os educandos da turma família agrícola, puderam em sala de aula (tempo escola) dialogar acerca do tema, organizar a pesquisa a ser realizada com a comunidade como a temática *Sistemas de produção e processos de trabalho no campo*.



Figura 18- Banner apresentado pelos educandos na feira livre, com o tema Transgênico X Agroecologia na Partilha de Saberes da Turma Família Agrícola na Feira Livre de Pedra Mole/SE, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A lógica do monocultivo do milho faz parte da realidade do município de Pedra Mole, as sementes transgênicas e o uso dos agrotóxicos também. Assim, a partilha ocorreu na feira livre do município de Pedra Mole, pois, tinha-se o objetivo de alcançar o maior número de pessoas da própria comunidade, para que os educandos compartilhassem os conhecimentos a cerca desse modelo de produção, que causam danos socioambientais com a comunidade.

De tal modo, os materiais produzidos foram expostos na feira livre da cidade (figura 19), e os educandos convidavam a população a conhecer e dialogar sobre as atividades desenvolvidas na turma Família agrícola. A temática dos transgênicos chamou atenção da comunidade, principalmente pelo varal dos rótulos de alimentos consumidos diariamente, os quais apresentam o símbolo da presença de organismos transgênicos. Nesse sentido, foi apresentado para a comunidade os malefícios que estão atrelados a eles. De acordo com Machado e Machado Filho, (2014, p. 111) “Os materiais transgênicos podem provocar resistência a antibióticos; produzir a dispersão de genes de resistência a fármacos e inúmeros outros riscos que são desconsiderados pelas multinacionais, no afã de aumentar seus lucros”.

Dados como esses apresentados por Machado e Machado Filho (2014) foram compartilhados com a comunidade, alertando sobre a ineficácia, em especial das sementes

transgênicas usadas no monocultivo do milho. Essas que adentraram nas vidas dos pequenos agricultores com a promessa de melhoria de vida, mas o que de fato acontece é a dependência desses sujeitos. Para contrapor esse sistema de produção, foi apresentado para a população a agroecologia. Essa que representa o resgate dos saberes tradicionais dos camponeses, e em sua gênese não há danos à saúde humana e nem ao ambiente, respeitando assim a relação homem natureza. Nesse sentido, cabe aqui apresentar a fala do secretário de educação municipal, uma vez perguntando sobre uma possível inserção da Educação do Campo no município, o mesmo relatou não ser um pensamento atual, contudo, diante do cenário vivenciado:

Pensou-se em fazer uma horta na escola, visto a crescente produção do monocultivo do milho. Também foi pensada uma atividade de reeducação alimentar junto com a secretária de saúde. As famílias não produzem mais alimentos “saudáveis” para o seu sustento, só querem produzir o milho, com isso, vê-se a possibilidade de se fazer uma atividade também junto à secretária da agricultura (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRA MOLE, 2018).

Na fala do secretário, ele aponta a necessidade de uma parceria com as secretarias de saúde e agricultura para uma atividade de sensibilização com a temática de reeducação alimentar, entretanto, não visualiza a Educação do Campo como estratégias para a reflexão sobre os danos causados pela agricultura capitalista. O trabalho como princípio educativo, possibilita o resgate dos sabres tradicionais, com os quais não era necessário utilizar os pacotes tecnológicos na produção agrícola.

Figura 19- 2ª Partilha dos Saberes, educandos do Projovem Campo Saberes da Terra apresentando a comunidade de Pedra Mole os trabalhos produzidos sobre os Transgênicos, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Para a temática do terceiro eixo *Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas*, no tempo escola foram debatidos os conteúdos referentes a esse tema. A partir do que foi discutido, as pesquisas para o tempo comunidade tiveram como centro a categoria de análise políticas públicas. Para Molina (2012):

Elas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais [...] (MOLINA, 2012, p. 586).

A partir desse entendimento os educandos construíram um questionário com perguntas buscando conhecer as políticas públicas ofertadas para o homem do campo no município de Pedra Mole. E assim foram feitas entrevistas junto aos secretários de Saúde, Educação e Agricultura (figura 20).

Figura 20- Pesquisa realizada pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra junto as Secretarias de Educação, Saúde e Agricultura referente as Políticas Públicas Municipais de Pedra Mole, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A partir dos resultados das entrevistas ( as políticas públicas apresentadas pelos entrevistados, que são desenvolvidas pelo município para a comunidade e em específico para o trabalhador(a) do campo), foram feitos outros debates em sala de aula e a socialização dos resultados obtidos, para que fosse possível em conjunto produzir materiais para Partilha. Foram

confeccionados para apresentação um painel descrevendo as políticas públicas a partir de imagens, slides apontando tudo que foi colhido com as entrevistas e uma mandala<sup>32</sup> que faz um apanhado geral das políticas públicas que são desenvolvidas no município. Cabe destacar que na entrevista com o secretário de educação da época (2016) foi constatado não haver políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no município. Esse fato foi reafirmado em entrevista com o secretário atual (2018), ele apresenta a seguinte fala:

No momento não possui nenhuma atividade ligada ao campo ou educação do campo nas escolas do município, possui o livro da educação Rural, porém os professores não trabalham como o mesmo, pois a realidade dos camponeses do livro é da região sul e sudeste e não condiz com a realidade do município, no próximo ano letivo (2019) esse livro já não virá mais para escola (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PEDRA MOLE, 2018).

Apesar de não haver políticas Educacionais do Campo no município, o atual secretário de educação salienta a importância da educação do Campo *“Vejo a importância da educação do campo para o município, existe um número muito pequeno de pessoas com ensino médio, assim como também o fundamental maior, muitos deixam os estudos no 5º ano, apesar disso, esse ano tem apenas 70 alunos matriculados na EJA”*. Ela atribui essa pouca quantidade de alunos que concluem o ensino fundamental maior e o ensino médio, a saída dos jovens do município em busca de trabalho, ou até mesmo, as faltas acumuladas no período da colheita do milho. Essa é uma das poucas alternativas de trabalho no campo do município.

Contudo, os dados coletados nas pesquisas desenvolvidas no tempo comunidade desse eixo foram apresentados em duas partilhas. A primeira ocorrendo no Acampamento Chico Mendes II – Macambira<sup>33</sup> (figura 21). E o segundo momento ocorreu na escola de desenvolvimento do programa (Figura 22), o público alvo foram a comunidade e os familiares dos educandos, que foram convidados à escola para compartilhar com seus filhos, irmãos, pais e amigos, tudo o que foi aprendido nesse eixo.

---

<sup>32</sup> A expressão mandala provém de uma palavra da língua sânscrita, falada na Índia antiga, e significa, literalmente, um círculo, ainda que também (como composto de manda = essência e la = conteúdo) seja entendida como “o que contém a essência” ou “a esfera da essência” ou ainda “o círculo da essência” (Green, 2005, p. 7). A mandala confeccionada pelos educandos da Turma Família Agrícola apresentou as principais políticas públicas direcionadas para a população do município.

<sup>33</sup> No ano de 2016 o acampamento Chico Mendes II (atualmente Assentamento implantado em 19 de janeiro de 2018), era residência de uma educanda do Projovem Campo Saberes da Terra. Apesar de estar situado no município de Macambira, o assentamento encontra-se numa localização de ligação com mais dois municípios, Frei Paulo e Pedra Mole.



Figura 21 - Primeiro momento da Partilha de Saberes do 3º Eixo no Acampamento Chico Mendes II-Macambira/SE, realizado pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Figura 22 -Segundo momento da Partilha de Saberes do 3º eixo realizado no Colégio Estadual Augusto Franco pelos educandos do Projovem Campo Saberes da Terra, Pedra Mole/SE, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016

No quarto eixo *Economia solidária*, em sala de aula foi dialogado sobre a relevância da Economia Solidária e “ [...] dos vários elementos que a compõem, na perspectiva de contribuir para a transformação das relações autoritárias e individualistas impostas à Agricultura Familiar,

resgatando, fundamentando e fortalecendo a cultura camponesa da solidariedade” (BRASIL, 2010, p. 19).

A partir da pesquisa junto à comunidade, e inicialmente com o diagnóstico da turma ficou evidente que o modelo de produção vigente segue a lógica da agricultura capitalista, que possui características que a economia solidária se contrapõe. Diante disso, buscamos por meio de pesquisa, investigar a existência de cooperativas, associações, ou ações com iniciativas solidárias no município.

Assim, para a execução das atividades do Tempo Comunidade do quarto eixo *Economia solidária*, após a definição da temática, do *locus* da pesquisa e dos elementos a serem estudados, o grupo de educadores, juntamente com os educandos, criou um roteiro para a visita técnica ao assentamento São José da quixabeira localizado no município, a fim de realizar entrevistas com um grupo de mulheres criadoras de aves, que na época tentavam se organizar a fim de montar uma cooperativa, e buscar uma alternativa para o modo produção existente no assentamento.

Seguindo o mesmo modelo da visita ao grupo de mulheres em Pedra Mole, com a utilização de um roteiro previamente elaborado, os educandos fizeram uma visita a Agroindústria Doce Lar<sup>34</sup>, localizada no Assentamento Caraíbas, Japarutuba/SE (figura 23), junto com a turma Família Agrícola também foi o grupo de mulheres do Assentamento, para que pudessem buscar e compartilhar conhecimento com um grupo consolidado e com princípios socioeconômicos sustentáveis.

A intencionalidade presente nessas atividades foi a de propiciar o confronto dos trabalhos desenvolvidos entre os dois empreendimentos, ambos localizados em áreas de assentamento de reforma agrária. Com isso, os educandos puderam perceber a importância da formalização das ações cooperativas, das parcerias para a comercialização dos produtos e de todos os desafios enfrentados por um grupo de produtores independentes em áreas de assentamento.

---

<sup>34</sup> A agroindústria Doce Lar na época da visita (2017) era composta por 26 mulheres que plantavam mandioca e cana de açúcar para a sobrevivência de suas famílias, porém buscavam alternativas para a autônoma e aumento da renda familiar. Assim, por meio do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Sergipe, as famílias que moravam no Assentamento Caraíbas receberam capacitação e aprenderam a fazer produtos derivados da mandioca. Foi quando o grupo de mulheres começou a mudar de vida. Por meio de capacitações, o grupo aprendeu a diversificar a produção, que era basicamente cana e mandioca. Então começaram a produzir produtos derivados da mandioca, como tapioca, biscoitos, bolos. Destarte, elas conseguiram montar a Agroindústria Doce Lar, comercializar seus produtos para programas do Governo Federal como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Essas duas visitas possibilitaram a compilação de muitas informações para a elaboração dos materiais utilizados durante a Partilha de Saberes realizada na escola. Esta partilha contou com a presença dos familiares dos educandos e das criadoras de aves do assentamento São José da Quixabeira, que puderam perceber os pontos negativos do sistema capitalista desenvolvido no assentamento, e como as mesmas podem mudar essa realidade<sup>35</sup>.

Figura 23- Atividade de Campo do 4º eixo, realizada no assentamento Craibas no município de Japaratuba. Visita a Agroindústria Rural Doce Lar, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Para o desenvolvimento do quinto eixo *Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo* o grupo considerou importante tentar compreender as relações que regem a produção do território em Pedra Mole. Para tanto, destacou-se o monocultivo do milho como sendo seu principal agente dinamizador. E a partir dessa delimitação o grupo direcionou a pesquisa em duas vertentes, foram elas: os rebatimentos ambientais desse tipo de prática agrícola, e as relações de trabalho produzidas em questão.

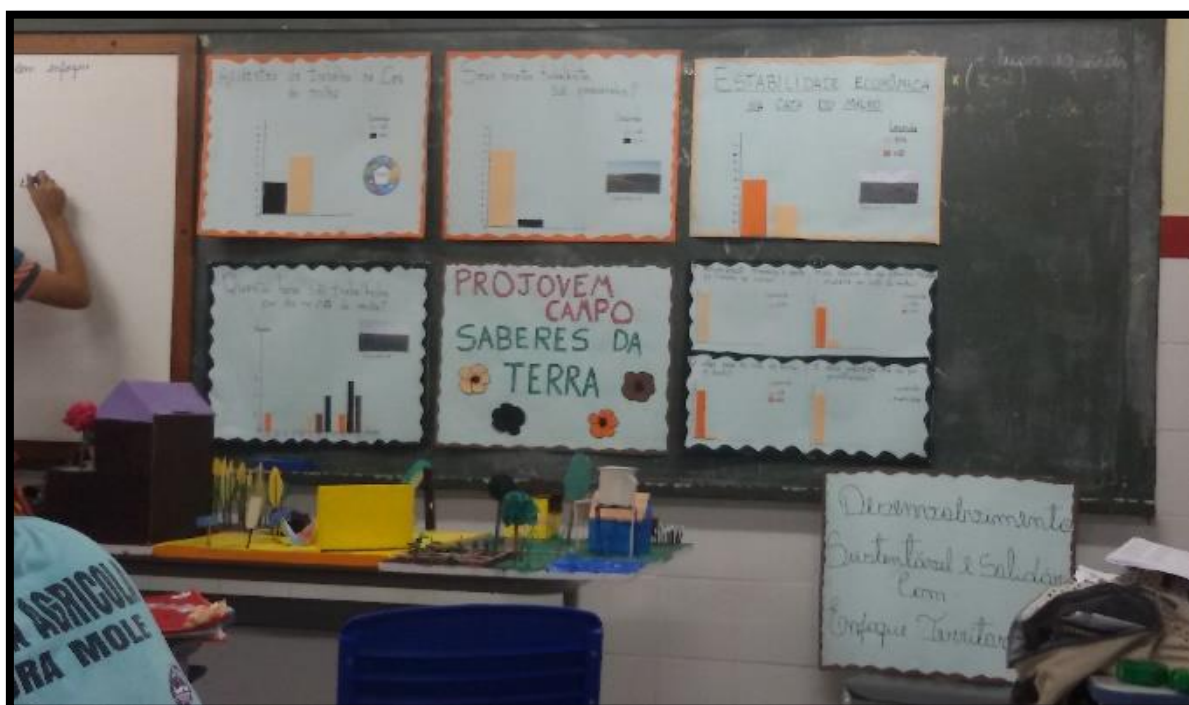
---

<sup>35</sup> Na entrevista realizada com um assentado, foi colocado que a monocultura do milho era a alternativa que os assentados tinham para uma condição melhor de vida. Cabe ressaltar que ainda na fala desse entrevistado, existe um número significativo de arrendatários no assentamento, e esses donos das terras são “utilizados” como mão de obra para quem arrenda suas terras. A falta de orientação, na fala do entrevistado de “assistência” é a justificativa para esse modo de produzir no assentamento. Assim, cabe a reflexão da necessidade de uma escola no/do campo nos assentamentos, que a partir da pedagogia da alternância os sujeitos sociais inseridos nessa metodologia, possam na escola discutir a importância de um assentamento, ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável, e no assentamento, junto com sua família colocar em prática tudo o que foi compartilhado na escola.



Para a identificação dos impactos ambientais foi desenvolvida uma atividade de campo na qual foram destacadas as mudanças percebidas na paisagem, as quais estão diretamente relacionadas com os danos causados pela produção do monocultivo do milho. Também foi aplicado questionário com a comunidade acerca das relações do trabalho, foi questionado: quantas horas são trabalhadas por dia na cata do milho; se os direitos trabalhistas são assegurados; e se a mecanização diminuiu a oferta do trabalho no campo. A partir dessas perguntas foram elaborados cartazes (figura 24), os quais foram apresentados para a comunidade na feira livre do município de Pedra Mole.

Figura 24- Atividades apresentadas na Partilha de Saberes do 5 eixo pela Turma Família Agrícola no município Pedra Mole/SE, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Na partilha foram apresentados para a comunidade os impactos que a agricultura capitalista causam, ao ambiente. Além dos impactos ambientais advindos desse tipo de atividade, também foi colocado em destaque os rebatimentos que esse tipo de produção, derivada sobretudo de sementes geneticamente modificadas, dos agrotóxicos, podem ter a médio e longo prazo à saúde humana. E, assim, salientar a importância de trabalhar com a proposta de valorização do campo e com a adoção de práticas de cultivo ecologicamente corretas e saudáveis.

Nesse contexto, as práticas ecologicamente corretas e saudáveis, tanto ao ambiente como a saúde humana são desenvolvidas no Projovem Campo Saberes da Terra em conjunto com as atividades nos tempos escola e comunidade. Na turma Família, foram desenvolvidos os quintais ecológicos, o qual será discutido a seguir.

### 3.2.3. Quintais produtivos e produção alternativa ecológica à luz da Agroecologia

O Projovem Campo Saberes da Terra tem o trabalho e a pesquisa como princípios educativos. Desse modo, os educandos “devem ser incentivados a elaborar e desenvolver projetos produtivos” (BRASIL, 2009, p. 56). Sendo esses baseados nos princípios agroecológicos, da sustentabilidade, e da cooperação.

De acordo com o projeto base do Projovem Campo saberes da Terra (BRASIL, 2009), o projeto produtivo deve ser escolhido pelos educandos, a partir de suas realidades e necessidades. O projeto desenvolvido faz parte do processo educativo e deve ser desenvolvido em conjunto com os educadores. Essa atividade também deve considerar as potencialidades e interesse do coletivo, a partir de experiências e iniciativas que tenham como objetivo a melhoria das condições de trabalho, produção e vida.

O projeto produtivo, no contexto do espaço rural, e da Educação do Campo é de grande relevância, visto o modelo hegemônico de produzir. A natureza virou mercadoria, os sujeitos do campo são apenas força de trabalho. Diante disso, torna-se necessário o resgate dos modos de produção tradicionais. Nesse sentido,

É necessário rever as ações e resgatar modos de produção tradicionais que usavam somente produtos orgânicos, recuperando a força produtiva do solo, com o uso adequado de adubação, sem prejudicar o ambiente e para que as pessoas tenham confiança de que estão se alimentando de produtos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos (SOUZA, 2011, p. 24).

Nesse sentido, as práticas do projeto produtivo da turma Família Agrícola foram desenvolvidas nos quintais dos educandos, e tinha como objetivo implantar quintais produtivos como alternativa de geração de renda, sustentabilidade e diminuição dos índices de êxodo rural. Como também objetivava implantar a produção orgânica como alternativa de alimentação saudável, demonstrar a importância da transição agroecológica como alternativa frente a agricultura convencional; resgatar a identidade camponesa a partir da valorização da terra; estimular o trabalho cooperativo como ferramenta de valorização do modo de vida camponês.

Como anteriormente mencionado, o projeto é pensando de acordo com a realidade dos educandos e do município, antes de iniciar o plantio dos quintais, foi dialogado em sala de aula o que deveria ser nosso projeto experimental, que contempla a capacitação profissional inicial dos educandos. Diante disso, foi pensado nos quintais produtivos, justificado pela falta da diversidade de cultivos no município. Nos Quintais produtivos para além do acesso à alimentação saudável, da relação com o meio, com a terra, de forma sustentável, há o resgate do ser, do ser trabalhador rural, do ser camponês.

Os educandos eram responsáveis pela produção e manutenção dos quintais, sob a supervisão e auxílio dos educadores, em especial o de Ciências Agrárias, que compartilhava com os educandos práticas agroecológicas para a produção dos quintais. As práticas agroecológicas eram aplicadas a partir do preparo do solo, que é fundamental por ser a base de uma boa produção. Na agroecologia, busca-se mobilizar o solo o mínimo possível, para que esse não perca a matéria orgânica (MUTUANDO, 2005; COSTA, 2017; MACHADO; MACHADO FILHO 2014). E assim era feito pelos educandos da turma Família Agrícola (figura 25).

Figura 25- Quintais Produtivos, no preparo da área a ser plantada pela Turma Família Agrícola- Pedra Mole/SE. 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A adubação orgânica foi uma prática agroecológica desenvolvida pela turma (figuras 25, 26). Essa tem a finalidade de “aumentar ou manter a fertilidade do solo, são práticas fundamentais para garantir a longa vida da produção e da terra” (MUTUANDO, 2005). A



compostagem também foi outra prática compartilhada e utilizada pelos educandos. Rica em nutrientes e com o objetivo de melhorar o solo, a compostagem é um processo de transformação de materiais orgânicos, a exemplo: esterco, palhas, restos de alimentos. Assim, nos quintais foram produzidos: coentro, quiabo, alface, couve, maracujá entre outros.

Figura 26 - Educandos na adubação do solo para a implementação dos quintais produtivos da Turma Família Agrícola, Pedra Mole/SE, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Figura 27- Educandos na manutenção dos quintais produtivos. Produção de Hortaliças da Turma Família Agrícola-Pedra Mole/SE. 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 28 – Implementação da 2ª Produção de Hortaliças da Turma Família Agrícola, no município de Pedra Mole/SE, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Os educandos também utilizaram a prática da adubação verde (figura 28), uma prática muito antiga, que também objetiva aumentar a capacidade produtiva do solo, nela se utiliza matéria orgânica ainda não decomposta, a saber: folhas, galhos, raízes. De acordo com Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia nega os procedimentos custosos e destrutivos do agronegócio, como também busca solucionar problemas criados pela “revolução verde”, por meio de práticas e processos simples e eficientes, como o próprio cerne da natureza.

Assim, a produção dos quintais ecológicos, como foi denominado pelos educandos e educadores da turma Família Agrícola, foi desenvolvido como uma alternativa para o modo de produção da agricultura capitalista que também se instalou no município, e desse modo apresentar e/ou resgatar nos educandos e familiares as práticas tradicionais, bem como uma relação mais harmoniosa como o ambiente. Para Machado e Machado Filho,

A agroecologia, como nós compreendemos, dispõe dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade. Consequências inexoráveis do agronegócio. Assim como se pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos pode-se, também, produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p 37).

Contudo, os quintais produtivos e a alternância dos tempos desenvolvidos pela pedagogia da alternância, foram de fundamental importância para que os educandos e seus familiares entendessem melhor a dinâmica do município. Como também, o resgate das práticas da



agricultura camponesa, as quais foram minimizadas pela prática do monocultivo do milho. O desenvolvimento dos quintais a partir das práticas agroecológicas buscou também resgatar as relações de solidariedade, do trabalho coletivo, da atividade de subsistência, e da relação homem- natureza a partir do respeito e cuidado com a terra.

Nesse sentido, o Projovem Campo Saberes da Terra, tornou-se relevante e necessário para a manutenção das práticas agroecológicas, da agricultura camponesa. Todavia, lamenta-se a não continuidade do programa para a manutenção e fortalecimento de tais práticas necessárias diante do modelo agrário/agrícola que se encontra no município de Pedra Mole, o qual afeta as relações sociais, econômicas e ambientais.

### **3.3. O Projovem Campo Saberes da Terra em Pedra Mole/SE: relevância de um produto necessário e inacabado**

É importante pontuar outras informações socioeconômicas sobre o município de Pedra Mole, antes de fazer considerações e apresentar a percepção dos educandos acerca do Programa Projovem Campo Saberes da terra diante de sua realidade. Bem como as narrativas de outros sujeitos sociais que se fizeram de grande relevância para essa pesquisa.

Conforme dados do IBGE (2010), o *PIB per capita* do município é de R\$ 6.766,62. Todavia, o próprio instituto ao detalhar a renda domiciliar torna visível a concentração de renda que o município apresenta, pois 86,4% da população economicamente ativa recebe até um salário mínimo. Outro detalhe é que os menores rendimentos estão concentrados no espaço rural. É evidenciado através da tabela 3 que apenas 0,2% da população economicamente ativa recebem acima de 10 salários mínimos.

Tabela 3 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita por sexo no município de Pedra Mole, 2010

Variáveis	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	870	506	364	345	212	133	525	294	231
Até 1/8 de salário mínimo a 1 salário mínimo	752	436	316	289	180	109	463	256	207
Mais de 1 a 2 salários mínimos	70	37	33	38	21	17	32	16	16
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14	8	6	9	6	3	5	2	3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8	5	3	5	3	2	3	2	1
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1	1	-	-	-	-	1	1	-
Mais de 10 salários mínimos	2	1	1	1	-	1	1	1	-
Sem rendimento	23	18	5	3	2	1	20	16	4
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010

Os dados do IBGE (2010) revelam que, 16,3% dos habitantes estão na extrema pobreza, sendo que 10,9% dos habitantes estão no espaço rural, enquanto 5,4% estão no espaço urbano. Cabe destacar ainda a estimativa de que 58 famílias, o que corresponde a 5,8% dos habitantes estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo 41,3% na área urbana e 58,6% na área rural (BRASIL, 2018). Essa realidade nos leva a questionar o modelo de desenvolvimento que foi direcionado para o espaço rural de Pedra Mole.

Ao observar os dados referentes das famílias inscritas no Cadastro único<sup>36</sup> no ano de 2018, identificou-se 943 famílias, o que corresponde a 2.320 pessoas, de um total de 3.236 habitantes (estimativa para 2018), equivalente a 71,6% dos habitantes. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (SAN, 2018), das 943 famílias do Cadastro Único, 69,6% delas apresentam uma renda até R\$85,00 (oitenta e cinco reais) por pessoa; 4,2% das famílias apresentam renda entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa; 10,6% das famílias possuem renda entre R\$ 170,01 (cento e setenta reais e um centavo) e meio salário mínimo por pessoa e 15,5% das famílias têm a renda acima de meio salário por pessoa.

Esses dados sinalizam e revelam a realidade do espaço geográfico do município de Pedra Mole, sem muitas expectativas, visto o baixo índice de empregabilidade e consequentemente de condições de vida. Nessa perspectiva, foi questionado para os educandos

<sup>36</sup> O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda para Programas Sociais do Governo Federal.

sobre as oportunidades e dificuldades de trabalho no município, a negativa à oportunidade foi massiva, um aspecto importante, é a consciência, que a falta de estudos é um elemento crucial para a não empregabilidade destes. Outro aspecto importante, é como se apresenta a relação de poder no município, bem como a falta de condições materiais para o desenvolvimento desses sujeitos (quadro 7).

Quadro 7- Percepção dos educandos da Turma Família Agrícola sobre as oportunidades e dificuldades acerca da temática Trabalho no município de Pedra Mole, 2018.

Em sua cidade há oportunidade de trabalho? Quais Dificuldades?	
Código	Unidade de Significado
Educando 01	<i>Não. Porque a maioria precisa de estudos completos.</i>
Educando 02	Não, as dificuldades são todas.
Educando 03	Não, falta oportunidade
Educando 04	Falta de oportunidade, falta de políticas públicas
Educando 05	Não, porque a maioria das pessoas precisam completar os estudos
Educando 06	<i>Não, porque é uma cidade pequena e de poucas áreas de trabalho, temos que ir atrás de trabalho em outras cidades.</i>
Educando 07	<i>Não, porque aqui só trabalho quem é da prefeitura</i>
Educando 08	<i>Não, porque aqui o que fala mais alto é seu voto, se votou no candidato, tem emprego, se não, fica sem oportunidade.</i>
Educando 09	Não, falta de oportunidade e estudos.
Educando 10	Não, tem muito pouca oportunidade, porque a cidade é pequena
Educando 11	Não, porque tudo povo faz política.
Educando 12	Não, falta de oportunidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A falta de oportunidade de trabalho, estende-se também para o desenvolvimento das práticas agrícolas. O campo desse município também se “modernizou”, antes os pequenos produtores, mesmo não sendo os proprietários das terras, produziam suas roças (policultivo) por meio de arrendamento, parcerias (plantava capim, fazia limpeza da área ou dividia a produção com os donos das terras). Infelizmente, hoje já não há mais essa prática. Os latifundiários do município não arrendam mais para os camponeses, ou eles próprios produzem, ou arrendam para terceiros produzirem em suas terras via agronegócio, assim:

[...] à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. Já no início do ano 2000, verifica-se, por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Esse deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica à concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.87).

Dessa maneira, cabe salientar que o índice da policultura do município vem caindo continuamente, e a monocultura do milho vem ganhando espaço. Outro fato lamentável que acontece no município de Pedra Mole, é o dos pequenos produtores rurais assentados pela reforma agrária<sup>37</sup>, os quais também estão seguindo o viés do agronegócio, sendo assim contraditórios a luta do movimento<sup>38</sup> que fazem parte. Na tabela 4, apresenta-se a involução da produção agrícola no município de Pedra Mole.

Tabela 4- Involução da produção agrícola no município de Pedra Mole, 1995-2016.

Produto das lavouras temporárias e permanentes	Variáveis			
	1995	2010	2016	2017
	Pedra Mole (SE)			
<b>Total</b>	..	..	..	..
<b>Algodão herbáceo (em caroço)</b>	1	-	-	-
<b>Amendoim (em casca)</b>	-	-	-	-
<b>Banana (cacho)</b>	-	-	-	-
<b>Coco-da-baía</b>	-	-	-	-
<b>Fava (em grão)</b>	17	2	-	-
<b>Feijão (em grão)</b>	290	589	-	48
<b>Girassol (em grão)</b>	...	1	-	-
<b>Laranja</b>	-	-	-	-
<b>Mandioca</b>	475	880	-	-
<b>Maracujá</b>	-	-	-	-
<b>Milho (em grão)</b>	576	14.300	2.688	13.050
<b>Tomate</b>	-	-	64	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017.

Observa-se na tabela 4 que o município até o ano de 1995, possuía uma diversidade maior de cultivos, no qual a mandioca o milho e o feijão compunham os três principais cultivos, e que também eram os principais ingredientes da dieta alimentar. No entanto, constata-se que a lógica da vida está sendo substituída pelos mandamentos do mercado. O milho transgênico e a inserção dos pacotes de venenos no município de Pedra Mole colocam em risco a soberania alimentar<sup>39</sup> dos habitantes da localidade e consequentemente o meio natural. Há de se destacar

<sup>37</sup>De acordo com Stedile (2012, p 659), a Reforma Agrária é “um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndio, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral”

<sup>38</sup> Para Caldart (2000, p,22) “O MST está se tornando um símbolo de contestação social não simplesmente porque contesta, ou seja, pelo jeito que contesta. Sua contestação adquire força cultural e simbólica, porque suas ações enraízam em uma questão social que é forte e é justa. Forte porque mexe com a própria estrutura social de um país historicamente marcado pelo latifúndio, parente da escravidão. Consensualmente justa porque não há argumentos éticos contra a ideia que aterra, bem natural e carregado de uma simbólica quase mágica, deve estar nas mãos de quem deseja trabalhar e a fará produtiva aplacando a fome de milhões de pessoas, outro mal incompatível com o chamado “mundo moderno” [...]”

<sup>39</sup> “A soberania alimentar é a capacidade que um país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro alimento que, mais por razões culturais

a redução no volume de produção do cultivo do milho transgênico entre 2010 para 2016, colocando em xeque o discurso da invencibilidade desse tipo cultivo.

Outro fato interessante, mostra-se na dinâmica da feira livre do município (quadro 8), o que reafirma a lógica da involução da produção agrícola, apenas 1(um) dos 7 (sete) feirantes que comercializam legumes, verduras e frutas é do próprio município. Apenas 2 (dois) afirmam produzir seus produtos e 1(um) comercializa produtos orgânicos. Os demais não produzem e/ou não sabem como esses alimentos são produzidos.

Quadro 8- Entrevista com os feirantes da feira livre do município de Pedra Mole Sergipe, 2018.

FEIRANTES	PRODUTOS
FEIRANTE 1: Mora em Itabaiana, compra o que que vende (em Itabaiana, sem informações dos procedimentos utilizados no manejo da produção), não produz o que vende por não ter onde produzir. Obs.: Vem diretamente para Pedra Mole.	Verduras, frutas, legumes.
FEIRANTE 2: Mora em Pedra Mole, compra tudo o que vende. Quando tem a roça, vende o que produz, esse ano perdeu a produção de abóbora, “o tempo não ajudou”. “Hoje em dia ninguém faz mais roça, só os ricos, não fazem como antigamente, só arrendam também para os ricos plantarem o milho”.	Laranja e abóbora
FEIRANTE 3: Mora em Terra Vermelha (Macambira), possui um pequeno pedaço de terra (familiar), às vezes produz macaxeira para a venda. Os outros produtos comercializados são comprados.	Banana, tapioca, feijão, farinha, às vezes macaxeira
FEIRANTE 4: As feirantes (mãe e filha) são de Itabaiana, compram tudo o que vendem (não produzem).	Verduras, frutas, legumes.
FEIRANTE 5: Feirante de Itabaiana, compra todas as mercadorias que vende “com a correria que a gente anda, não tem como a gente produzir nada, aí a gente compra tudo”. Esse feirante primeiro vende na feira do município de Mocambo/SE e em seguida vai para Pedra Mole.	Verduras, frutas, legumes.
FEIRANTE 6: Feirante mora no município de Malhador/SE, produz a maioria das mercadorias que vende. Produz em sua própria terra, e utiliza apenas o esterco na manutenção de sua produção “sem o esterco não dá nada”.	Batata doce, macaxeira, inhame, banana
FEIRANTE 7: Produz a maioria do que vende no terreno de seu pai no Povoados Rio das Pedras “Minha filha, para não dizer que tô mentindo, disse tudo que você tá vendo, só essas laranjas eu comprei, o resto eu que plantei tudo, está tudo fresquinho, tirado domingo”. “Eu já usei veneno, porque trabalhei para os outros e tinha que usar, agora eu não uso, porque ele faz mal tanto para o alimento como para quem está passando”. “O cuidado com as plantações é a base de sal, mijo de vaca”. “A gente vende em vários lugares, hoje a gente vende em mocambo e depois vem para cá”.	Coentro, quiabo, macaxeira, laranja, coco, alface, couve, feijão

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A fala do feirante do município (feirante 2), “*Hoje em dia ninguém faz mais roça, só os ricos, não fazem como antigamente, só arrendam também para os ricos plantarem o milho*”, será reforçada nesse texto, a partir das narrativas de outros sujeitos sociais do campo, os quais

---

que agrícolas, não são produzidos. Mas, a dieta básica – calórica/ proteica – é suprida com alimentos cultivados livremente dentro de suas fronteiras. A soberania alimentar é precondição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 85).

avaliam de forma negativa<sup>40</sup>, esse “novo” modelo de produção desenvolvido no município. A modernização da agricultura atende somente o mercado, e tem um caráter socialmente excludente.

Cabe salientar que em 1964 com o golpe militar a revolução verde passou a ser política agrícola oficial no Brasil. Com isso foram levados para os produtores agrícolas assistência técnica gratuita. Todavia, estas eram subsidiadas pelos “pacotes tecnológicos”, no entanto, para receber o benéfico de crédito, obrigatoriamente os agricultores deveriam estar enquadrados no programa oficial, e quem não estivesse dentro do estabelecido não receberia o crédito. Assim posto, os financiamentos “deveriam prever, obrigatoriamente, “insumos modernos” – agrotóxicos, fertilizantes e sementes certificadas” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 56).

Nesse contexto, como antes mencionado, lamentavelmente, a prática das monoculturas do milho (figuras 29 - 30), entrou nos assentamentos de trabalhadores. Todavia, a justificativa para o ingresso desse camponês no sistema da agricultura capitalista, de acordo com o assentado entrevistado, é a obtenção de uma maior margem de produtividade e consequentemente lucro. Assim, seduzidos pelos “benefícios” dos monocultivos, e pelos incentivos de acesso ao crédito, os mesmos adentram nessa lógica perversa.

---

<sup>40</sup> Cabe destacar que as formas de produzir apresentadas nas falas dos entrevistados como *as roças de antigamente*, também tem seus pontos negativos, pois, nenhum dos entrevistados, concluíram seus estudos alegando ter saído da escola quando crianças, para ajudar seus pais na lida da roça. Essa também é a realidade de alguns dos educandos da Turma Família Agrícola. E da maioria dos cidadãos de Pedra Mole, assim como dos meus pais, meus tios, meus avós.



Figura 29- Foto capturada por veículo aéreo não tripulado (DRONE) da Monocultura do milho no Assentamento São José da Quixabeira, no município de Pedra Mole/SE, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Figura 30- - Foto capturada por veículo aéreo não tripulado (DRONE) da Monocultura do milho no Assentamento São José da Quixabeira, no município de Pedra Mole/SE, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Nessa lógica que integra os pacotes da Revolução Verde, nota-se um fato interessante, o discernimento desses sujeitos que o uso dos agrotóxicos, das máquinas, e de tudo que perpassa no desenvolvimento das monoculturas, causam danos tanto para a saúde humana, quanto para o ambiente.

Rapaz uso veneno na roça, não vou negar porque uso, só não uso em casa, que eu planto feijão e uma macaxeira aí limpo na enxada, mas agora na roça grande uso veneno. A grande dificuldade do pequeno agricultor é o problema do veneno, porque a gente não pode, isso a gente não pode, e se não tiver o veneno a gente não tem a roça grande (TRABALHADOR RURAL ASSENTADO PELO MST, 78 ANOS, 2018).

Assim, fica evidente como para o entrevistado o “desenvolvimento econômico”, materializado pelo monocultivo do milho, em sua fala apresentado como “a roça grande”, faz-se necessário, por ele enxergar nessa prática um meio de manutenção de vida. Mesmo sabendo os danos atrelados a tal prática. Essas temáticas foram trabalhadas no desenvolvimento do Projovem Campo Saberes da Terra, esse fato coloca em questão a urgência de uma Educação do Campo, que intenciona educar e reeducar, possibilitando que os sujeitos dessa educação aprendam/resgatem o cuidar da terra, do ambiente, do ser humano.

Diante do exposto, a educação pode contribuir como uma política pública de fortalecimento ao espaço rural, que prime pela subsistência da vida e que possa modificar a relação homem-natureza. Para tal, acolhemos as palavras de Fernandes (1999), quando diz que:

Um projeto de educação que contribua com a realidade camponesa é fundamental para a modernização da agricultura brasileira. A agricultura familiar camponesa é reconhecida pela sua produtividade e por sua resistência histórica na sociedade moderna. [...] existe a urgência de investimentos na interpretação e produção do conhecimento da agricultura camponesa. Um primeiro passo é o de reconhecermos a necessidade da escola do campo (FERNANDES, 1999, p. 47)

A educação ligada ao trabalho camponês contribuirá para que esses não caiam na armadilha dos pacotes tecnológicos que degradam a biodiversidade. Consequentemente, não colaborem para a degradação do solo, com uso intensivo de máquinas e de agrotóxicos, mas que reforcem as práticas de cuidados com ambiente e consequentemente com a manutenção da sua vida saudável.

Para tanto, cabe ressaltar a importância de uma escola, que além de ensinar o português, a matemática, a geografia, a história, estimule seus educandos a resgatar (sejam eles ainda as crianças, jovens ou adultos) as formas tradicionais de produzir. Também é importante frisar a relevância desses sujeitos, enquanto sujeitos de sua educação, os quais contribuirão com o professor no compartilhamento de conhecimentos.

Os sujeitos sociais do campo do município da pesquisa salientam a importância da agricultura e das escolas nos assentamentos, bem como pontua a falta de orientações para uma forma de produzir que não seja pela via do agronegócio. De acordo com o assentado,



A agricultura tem importância muito grande, mas se não tivesse esse remédio tóxico, aí era melhor, se tivesse outro produto. Era bom se chegasse informação, porque a gente tem um quando aparece em dois e dois anos, quando aparece para dar informação, aí desaparece. É importante ter uma escola no assentamento, porque os meninos iam para a escola pela manhã e ajudavam os pais pela tarde, no assentamento tem uma escola, mas está “desautorizada”<sup>41</sup>. Merecia ter um gestor que se manifestasse e colocasse professor lá, lá também existe gente capacitada para trabalhar lá (TRABALHADOR RURAL ASSENTADO PELO MST, 78 ANOS, 2018).

Diante do exposto, é possível afirmar que, muitos desses trabalhadores rurais que estão produzindo pelo viés do agronegócio, estão nesse pacote, na maioria das vezes, por falta de incentivos para uma produção orgânica, sustentável, em que o lucro não é o principal fator que norteia sua produção. Mas sim, a emancipação e autonomia do sujeito enquanto camponês, que vê o campo não somente com espaço de produção agrícola, mas também de vida.

Para que essa emancipação aconteça é preciso ter um novo olhar para o campo, ou melhor, ressignificar seu olhar, para o modo de produção que era feita antes da explosão dos pacotes tecnológicos. Os pequenos produtores acabaram sendo cooptados pelo discurso e pelo dinheiro que veio junto com o agronegócio, com os monocultivos. Contudo, esse dinheiro não é distribuído de forma justa para todos que estão envolvidos nessa produção, visto que os empréstimos ofertados através dos bancos, que visam a monocultura em grandes proporções de terra, não prioriza a agricultura camponesa, que é a de subsistência, mas também o que alimenta o trabalhador urbano.

Para o Secretário de Agricultura do Município de Pedra Mole, os pequenos produtores não veem possibilidade de autonomia pelo viés da produção orgânica. Ele aponta que:

A secretaria faz visita ao produtor e a gente incentiva o produtor para que ele diversifique a sua atividade produtiva, projetos de hortas já falei com todos para sair dessa área do agrotóxico. É o seguinte, como já falei anteriormente, a maioria dos produtores infelizmente perguntam se tem remuneração, ou o que ele vai ganhar, aí eu respondo, remuneração não tem, mas vai ganhar saúde, para você, para sua família, o que você vai ganhar de bem-estar, você vai sair um pouco dessa cadeia dos agrotóxicos que vem matando o nosso município a realidade é essa, vem matando o ser humano a cada dia, mas poucos se importam com isso. Você passa a informação, você conversa com o produtor, incentiva na prática, ajuda na teoria e os que querem você dar continuidade e aqueles que não querem infelizmente você não pode forçar. Basicamente todos os agricultores de nosso município faz a produção do milho, em pequena ou em grande escala [...] (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE PEDRA MOLE, 2018).

---

<sup>41</sup> Ao buscar mais informações sobre a escola “desautorizada”, foi relatado pelo assentado (2018), que o Assentamento foi contemplado com um projeto de construção da escola, porém, o gestor Municipal teria que arcar com a manutenção da mesma. Todavia, foi alegado que seria mais viável enviar um transporte para a locomoção dos alunos, do assentamento até a escola da sede municipal. Essa é uma realidade típica dos sujeitos sociais do campo, são tirados de seu espaço para ter acesso à educação, muitas vezes, nessas escolas a identidade de um assentado/acampado é negada ou marginalizada.

Apesar da fala do Secretário de Agricultura do Município de Pedra Mole, houve relatos da dificuldade de produzir roças (policultivo) no município, devido à falta de incentivo e espaço para produzir, a trabalhadora rural mencionou como produzia antes dos monocultivos, sobre às mudanças e as consequências do modo atual de produzir:

A terra não era minha, era arrendada, agora arrendada como? Capim, quando o legume estava grandinho a gente plantava o capim para o dono da terra. Hoje em dia tá mais difícil e a gente não faz, os donos não dão mais o terreno, plantam só o milho, os donos mesmo plantam aquele milho estreitinho, quando arrenda, arrenda para os outros fazendeiros, os ricos, para plantar as roças. A gente pobre não faz a roça, a gente, lavrador, não faz mais roça. Antigamente era melhor porque o que plantava dava para comer, e às vezes tirava um pouquinho para vender, nós mesmo era difícil vender, mãe mesmo não vendia, mãe mesmo botava tudo no vaso, para dar a nós tudo para nós plantar a roça, às vezes a gente vendia um saco, dois. O milho mesmo se batesse 20 sacos, vendia 10 e ficava com 10 para criar uma galinha, um porco. O resto tudo fazia duas, três tarefas de roça (TRABALHADORA RURAL, 75 ANOS, 2018).

Esse modo de produzir relatado na entrevista pode e deve ser resgatado, pois o sistema de monocultivo seja ele qual for, gera danos a biodiversidade e a saúde humana. Essa realidade, torna-se ainda mais preocupante, pela má distribuição de terras, a maioria dos produtores do município não possui terras. Suas produções, suas roças eram feitas ou são (raramente isso acontece atualmente) por uma forma diferente de arrendamento como relatado pela entrevistada. Outro trabalhador rural, ao ser questionado sobre esse “novo” modelo de produzir no município relatou qual a principal dificuldade, em sua concepção, do pequeno agricultor produzir uma roça:

É, financeiramente o pequeno agricultor não tem financiamento, e antigamente não precisava tanto de máquina, era tudo na mão, e todo mundo tinha uma rocinha para plantar o feijão, o milho, e hoje não, é tudo na máquina. As pessoas não têm condições, também hoje em dia não tem terreno para fazer a roça, antigamente o dono dava o terreno, com mato para derrubar e plantar o capim, e em troca tinha sua roça, e plantava o milho, feijão, quiabo, algodão, fava, abóbora, coentro, tudo junto, e hoje é só milho (TRABALHADOR RURAL, 69 ANOS, 2018).

A partir da fala dos entrevistados, nota-se a falta de políticas de incentivo para o pequeno produtor, bem como, o potencial do viés capitalista, que transforma não só o espaço, como também as relações. Uma dessas relações é a do homem com o a natureza, pois o modo capitalista de produzir não respeita o ambiente, o tempo da natureza. No entanto, o resgate dessa relação pode ser feito a partir do modo agroecológico de produzir, que é fortalecido pela Educação do Campo, que no município Pedra Mole, foi fortalecido no desenvolvimento do Projovem Campo Saberes da Terra.

O Projovem Campo foi de grande relevância, principalmente acerca das reflexões e pesquisa da estrutura agrária do município de Pedra Mole, todavia, apresenta-se como mais um programa educacional do Campo. Para Demo (1981, p. 199) “A educação do campo que é ofertada para a população rural, são em quantidade e qualidade de tal forma precárias que viria a reforçar as disparidades vigentes”. São levados para o espaço rural, como Educação do Campo, programas com a finalidade de suprir os anos que o indivíduo, muitos deles adultos, não tiveram condições/oportunidade de ir à escola. Apesar dessa tentativa de levar a escolarização para essas pessoas, a realidade oferecida por esse estudo não é mesma realidade dos sujeitos que vivem no campo. Demo (1981), ainda salienta que:

A crítica à insuficiência da política social é normalmente muito correta, por várias razões. Dificilmente são destinados recursos satisfatórios à dimensão do problema atacado. Frequentemente reproduzem-se mecanismos de imposição, de sorte que a pretensa promoção dificilmente terá condições de se tornar autopromoção. A maioria das vezes não se conhece a proporção real da problemática, destinando-lhe ações apenas tópicas e intermitentes, de estilo compensatório (DEMO, 1981, p. 202).

Ao contrário do que se oferece, a educação do campo precisa estar contextualizada com a realidade dos sujeitos envolvidos. Outrossim, programas que atendem a essa população, não devem ser compensatórios, momentâneas e sim efetivos e contínuos. Para Calazans (1981, p.167). “quando determinado programa expira, às vezes por inanição de verbas, quase sempre por conveniência política, outro mais adiante vem lhe suceder sem atentar as experiências passadas e, tediosamente, repetindo e reforçando seus “erros” e “acertos”.

Nesse contexto, o Projovem Campo Saberes da Terra, pode ser entendido como um programa compensatório, ofertado por “conveniência política” assim, como muitos que são oferecidos para os sujeitos do campo. Em outra análise, podemos caracterizá-lo como produto “inacabado”. Registra-se que, apesar de não ser um programa de caráter efetivo, com edições contínuas, o Projovem é condizente com um programa voltado para a realidade do espaço rural, contextualizado com a vivência dos sujeitos que estão inseridos nesse programa, fortalecida pela pedagogia da alternância.

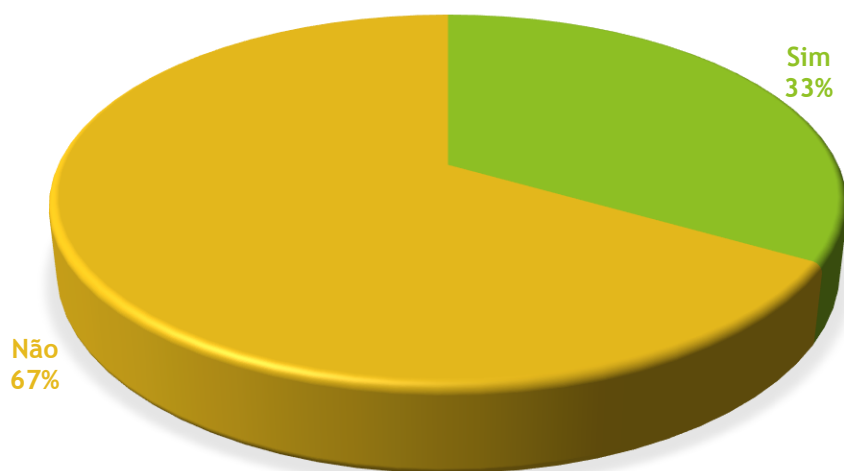
Contudo, ainda nota-se ser um produto inacabado, no momento em que os alunos conseguem concluir seu ensino fundamental, e não podem dar continuidade aos estudos com a mesma metodologia do programa, pois ele não é ofertado para o Ensino Médio. Nessa perspectiva foi questionado aos educandos da Turma família Agrícola (2015-2017) sobre a importância de continuidade do programa, dos 14 educandos concludentes, 12 que

correspondem a 85,7 % participaram da aplicação do questionário e 100% dos entrevistados deram resposta positiva ao questionamento.

Os educandos apresentam a necessidade de continuidade do programa para que não haja interrupção na construção dos saberes adquiridos no ProJovem, assim para a educanda 03 o Projovem deve continuar *“porque seria uma ótima oportunidade de continuarmos a estudar e continuar o que já foi passado no fundamental”*. Cabe salientar a angústia apresentada na fala da educanda 03, não é tão “somente” o fato de dar continuidade ao que foi estudado no ProJovem Campo Saberes da Terra, mas, dar continuidade aos estudos, visto que muitos jovens e adultos que participam de programas destinados a esse público, dificilmente se adequam a outra modalidade de ensino.

Tal fato pode ser comprovado com os próprios educandos da turma Família Agrícola (2015-2017), pois apenas 33% (gráfico 1) desses educandos continuaram a estudar, infelizmente esse percentual tende a diminuir, uma vez que parcela desses educandos já desistiram do ensino em que estavam inseridos após o Programa, tendo como justificativa a não adequação .

Gráfico 1- Número de educandos que deram continuidade aos estudos após o ProJovem Campo saberes da Terra, no município de Pedra Mole/SE, 2018.



Fonte: Atividade de campo, 2018

Assim, quando o educando é inserido em uma educação libertadora, onde o diálogo faz parte do cotidiano de sua sala de aula, e do ensino-aprendizagem, faz com esse educando não se adeque mais a uma educação bancária (FREIRE, 2005). Educação essa oferecida nas mercoescolas – regida pela ética do mercado- como nos diz Gadotti (2000), que prepara o aluno

para ser inserido em um mundo competitivo e insustentável, assim, ainda de acordo com Gadotti existem duas perspectivas para a educação,

[...] de um lado, existe uma forte tendência, fundada numa perspectiva neoliberal e neoconservadora, que reduz a escola e a sua qualidade à competitividade e, de outro, uma tendência concreta, surgindo na base da sociedade e que chamamos de “educação cidadã”, fundada numa visão democrática e participativa da educação (GADOTTI, 2000, p. 44, apud ROMÃO, 1997).

Sob essa mesma perspectiva, ao questionar como o Projovem Campo contribuiu para as vidas desses sujeitos, surgiu a seguinte resposta “*Porque as pessoas são unidas umas com as outras*” (Educando 09). Dessa forma, podemos entender, que esse educando antes de fazer parte do Projovem Campo Saberes da Terra, estava inserido em uma educação baseada na lógica da competitividade. Em contrapartida, o Projovem Campo Saberes da Terra preza pelos valores como, solidariedade, generosidade, liberdade, autonomia, objetivando sempre, o resgate das relações, inclusive a relação homem-natureza.

Ademais, como contribuições do Projovem Campo Saberes da Terra os educandos apontaram “*O ensino das coisas que eu não sabia se referindo no Campo (educando 02)*”; “*Aprendi a escrever, a ler, mexer com a terra (educando 04)*”; “*Aprendi como produzir alimento orgânico, fazer hortaliças em casa (educando 08)*”, com essas falas dos educandos, evidencia-se a preocupação do programa, tanto em elevar a escolaridade, bem como a reconstrução de uma relação com o ambiente, e a identidade camponesa. Souza e Santos (2018) fazem uma reflexão acerca dos saberes da terra presentes no programa, assim,

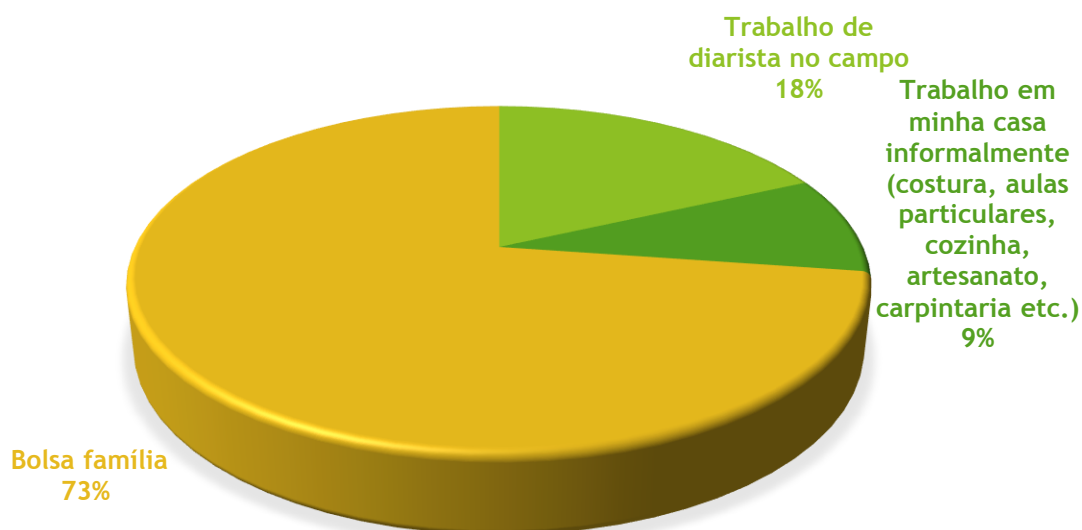
Os “saberes da terra” do programa Projovem Campo se relacionam aos conhecimentos tradicionais, as experiências de vida que os camponeses preservam por meio da cultura e de seu trabalho, a partir das especificidades em tratar e se relacionar com a natureza, que devem ser resgatadas e fortalecidas, através de práticas produtivas sustentáveis, tendo a agroecologia como fundamento da pedagogia para promoção da sustentabilidade camponesa (SOUZA; SANTOS, 2018, p. 448).

De forma lamentável, como já mencionado, no município onde residem esses educandos, a identidade camponesa, bem como as práticas sustentáveis estão ameaçadas, uma vez que com o monocultivo do milho, o uso intensivo das máquinas, dos agrotóxicos, a expropriação do camponês faz parte é a realidade desse município. Para Porto-Gonçalves,

Estamos diante, pois, de um modelo agrário/agrícola que não só tende para a concentração fundiária e de capital como, pela exigência elevada de capital que coloca, impede a própria democratização de modelo, além de diminuir sensivelmente a mão de obra empregada [...] (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 280).

Nesse sentido buscamos entender como estas relações estavam sendo percebidas pelos educandos. Assim, dos poucos (18%) educandos que relataram trabalhar, todos desenvolvem suas atividades remuneradas como diaristas no trabalho do campo, assim como apresentado no gráfico 2. A sua maioria 73% tem sua renda advinda do programa Bolsa Família, e 9% dos educandos obtém renda em trabalhos informais

Gráfico 2- Trabalho e renda atual dos educandos do Projovem campo- Pedra Mole/Se, 2018.



Fonte: Atividade de Campo, 2018.

Assim, ao identificarmos que um quantitativo pequeno desses sujeitos inseridos no Projovem Campo Saberes da Terra desenvolve atividades laborais, e os poucos (18%) que desenvolvem estão ligados ao campo, na produção agrícola, buscamos saber desses sujeitos como eles entendiam a produção agrícola do município, e se a mesma trazia benefícios (quadro 9).

Quadro 9- Percepção dos educandos acerca do modo de produzir desenvolvido no município de Pedra Mole e quanto aos benefícios para a comunidade, 2018.

No lugar em que mora existe produção agrícola? O modo de produzir atual traz benefícios para a comunidade?	
Código	Unidade de Significado
Educando 01	Sim, do modo convencional <sup>42</sup> , não traz benefícios porque prejudica a saúde.
Educando 02	Sim, aquela que usa veneno, traz benefícios para melhorar a vida
Educando 03	Sim, a do modo convencional, não traz benefício para a sociedade rural
Educando 04	Sim, tem, traz benefícios, na planta, na colheita, traz trabalho
Educando 05	Modo convencional, não traz benefícios por causa das máquinas

Continua...

<sup>42</sup> Cabe salientar que no decorrer das aulas do Projovem Campo Saberes da Terra foram trabalhadas as temáticas, modo convencional de produzir- que atende ao mercado capitalista, com o uso de herbicidas químicos, de modificação genética, monoculturas, uso intensivo de máquinas-, bem como o modo orgânico de produzir - vinculada à agricultura camponesa, policultura, apoiada no saber local, conservação da biodiversidade biológica- ( FERNANDES; MOLINA, 2004).

Continuação...

Educando 06	Sim, do modo convencional, gera dias de serviço para quem ali mora.
Educando 07	Sim, do modo convencional
Educando 08	Não
Educando 09	Sim, modo convencional, não tem benéfico porque só tem lucro o dono da roça
Educando 10	Sim, do modo convencional, traz trabalho para as pessoas da cidade
Educando 11	Não
Educando 12	Sim, porque as pessoas não estão tendo oportunidades, que está trabalhando são as máquinas

Fonte: Atividade de Campo, 2018.

Podemos observar que a falta de oportunidade de trabalho no município, faz com que ainda, alguns dos educandos, percebam a agricultura capitalista como uma produção que gera trabalho e renda. Contudo, a maioria dos educandos percebe que os pacotes tecnológicos, trazidos pela Revolução Verde na década de 50, não trazem benefícios e são prejudiciais à saúde humana e ao ambiente. Ademais, há a percepção dos educandos, também apontada por Porto-Gonçalves (2017), da diminuição de mão de obra empregada nos monocultivos, uma vez que as máquinas tomam o trabalho desses sujeitos.

Diante dessa realidade, foi perguntado para os educandos se como eles concebiam o espaço que vivem e se o “O campo é lugar de viver, de trabalhar, estudar (quadro 10), a partir das resposta, podemos perceber a forte relação dos educandos como o espaço em que vivem, bem como as dificuldades que se apresentam pela falta de políticas públicas efetivas, em especial a educacional. Isso fica claro na fala do educando 03 *“Sim, porque todo lugar tem que ser digno da população e tendo onde estudar todo local se torna lugar de viver, de trabalhar e estudar”*.

Quadro 10- Percepção dos educandos do Provem Campo Saberes da Terra em relação ao espaço em que vivem no município de Pedra Mole/Se, 2018.

O campo é lugar de viver, trabalhar, estudar?	
Código	Unidade de Significado
Educando 01	Sim, só é ter força de vontade
Educando 02	Sim, é onde temos nosso primeiro conhecimento
Educando 03	Sim, porque todo lugar tem que ser digno da população e tendo onde estudar todo local se torna lugar de viver de trabalhar e estudar,
Educando 04	Sim, porque trabalha as pessoas toda da família
Educando 05	Sim, dá tempo para tudo
Educando 06	Sim, porque a gente pode plantar o nosso sustento e estudar para aprender mais.
Educando 07	Sim, abria mais oportunidade para quem quer aprender
Educando 08	Sim, porque é mais tranquilo e mais para se viver
Educando 09	Sim
Educando 10	Sem resposta
Educando 11	Não, porque tem pessoas que não tem transporte para ir à cidade
Educando 12	Não, porque as dificuldades são muito grandes para a comunidade

Fonte: Atividade de Campo, 2018.

Contudo, a fala do educando deixa em evidência a importância da educação para o desenvolvimento humano e local. A luta pela educação do campo, fica implícita na fala do

educando “*e tendo onde estudar*”, pois entende-se que nem todos espaços e pessoas tem acesso à educação, o espaço rural é um desses. Quando há a oferta de educação, ou não condiz com realidade dos sujeitos, sendo uma educação mercadológica, que forma sujeitos oprimidos/opressores, ou esta educação é desenvolvida através de programas pontuais. Todavia, em concordância com Caldart (2002), salienta-se a importância desses, visto que têm sido marcas da resistência. Ademais, é preciso ter clareza, que a nossa luta é por políticas públicas, sendo esse o único modo de universalizar a educação para todos.

Deste modo, o Projovem Campo Saberes da Terra apresenta-se como mais um programa educacional. Ressalta-se sua relevância como uma política educacional voltada para os sujeitos do campo, mas também, seu estigma de um programa compensatório/inacabado. Contudo, esse programa evidenciou em Pedra Mole a necessidade de uma educação condizente a realidade do município, que trabalhe a identidade dos sujeitos sociais dessa educação e do espaço em que vivem. Como também destaca, a urgência de uma reflexão/prática acerca do fortalecimento de uma forma de produzir que seja justa, igualitária e ambientalmente correta. Vê-se nos discursos (dos representantes municipais) a relevância da educação do campo, bem como de uma produção voltada para o policultivo, preocupada com a saúde humana e com o ambiente. Todavia, com base nos dados apresentados, há uma preocupação, mas não há uma prática efetiva.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS ...

---

A busca pela modernização do espaço rural implantada pelo modelo de produção capitalista tem causado danos socioambientais que tem afetado a relação homem-natureza. A agricultura camponesa vem perdendo espaço para a capitalista na área de estudo. Desse modo, há a negação do tempo da natureza no momento em que se instauram as monoculturas em busca de lucros. Assim, o desenvolvimento da agricultura capitalista, de fato é excludente, desigual e combinado, além de causar danos ao ambiente e à saúde humana agravando as desigualdades socioambientais. Isso é evidenciado não só a partir do arcabouço teórico, mas também, nos dados e informações coletadas com os sujeitos sociais do campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo, faz-se relevante por trazer a reflexão acerca desse modelo de produção. Também, tem-se como ponto positivo possibilitar o estudo da realidade dos sujeitos envolvidos nessa educação. Ademais o ensino-aprendizagem é compartilhado e não imposto, e a comunidade faz parte do processo de construção dos saberes/conhecimentos. Na construção de conhecimentos, os saberes da terra, os saberes tradicionais firmam-se como conteúdo e práticas facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem. Assim, como também, apresentam-se como instrumento de resgate da relação homem-natureza propostos pelas práticas agroecológicas.

Práticas essas que tentam rememorar os tempos em que a terra era concebida como elemento vital, de existência e de cultura. Lamentavelmente essa relação homem-natureza foi desconstruída a partir da busca/incentivo do modelo de modernização do campo implementada pela parceria Estado-Capital. Causando assim, a destruição da biodiversidade por meio da introdução das monoculturas, das máquinas de grande porte e dos agrotóxicos, que como mencionando, não respeitam o tempo da natureza e as especificidades do espaço onde são implantadas.

No município de Pedra Mole a Educação do Campo foi materializada pelo Programa Projovem Campo Saberes da Terra. Os conhecimentos que foram construídos durante o seu desenvolvimento evidenciaram a necessidade de uma efetiva Educação do Campo. Cabe destacar, que a educação sozinha não mudará a realidade, no caso do município de Pedra Mole, contudo, criará condições para que os sujeitos dessa forma de educação façam a leitura crítica de sua realidade, bem como, ter possibilidades de se reproduzir neste ou em outro lugar, caso

persista as condições desfavoráveis desses jovens se reproduzirem como camponeses no seu lugar de origem.

O desenvolvimento do Projovem Campo saberes da terra no município proporcionou um estudo mais amplo da realidade camponesa, ou seja, da própria realidade contraditória, haja vista que, a produção agrícola do Assentamento São José da Quixabeira, local de residência de alguns educandos, também adentrou no viés da agricultura capitalista, do agronegócio.

Essa realidade evidencia a necessidade de uma educação emancipadora, e não uma educação que instrumentaliza as pessoas para o mercado de trabalho, em prol do desenvolvimento capitalista, excludente e explorador de mão de obra que é observado pelos educandos na relação empregatícia na cata do milho, análise essa feita pelos educandos e proporcionada pelo programa.

De acordo com Santos (2012), o Estado tem se direcionado para a população pobre do campo a partir das reivindicações dos movimentos sociais, os quais lutam contra as injustiças e desigualdades sofridas por essa população. A propósito dessa informação, as ações do estado para com a população do campo são por meio de programas ou projetos, configurados como pontuais e residuais, desse modo, não alteram significativa e qualitativamente a vida desses sujeitos.

Cabe ressaltar que é a partir de programas e projetos que o Estado de Sergipe tem materializado a educação do Campo. Nesse contexto, avalia-se o Projovem Campo Saberes da Terra como um programa pontual e compensatório. Sua não continuidade é deveras negativo, pois, como já relatado, os educandos não deram continuidade aos estudos, nem os que concluíram o fundamental, e assim habilitados para a inserção no Ensino Médio, tão pouco, aqueles que somente elevaram de ano.

O programa Projovem Campo Saberes da Terra torna-se mais uma materialização residual do Estado, a partir do momento em que não é assegurado a sua continuidade e a permanência dos sujeitos envolvidos. Os próprios educandos nos diversos encontros no decorrer desta pesquisa expressaram a necessidade em continuar os estudos.

Essa é outra falha do programa, além de não ter estabilidade na sua continuação, o programa não contempla a faixa etária de 5 anos a 17 anos que é a faixa etária onde os sujeitos aprendem a lidar com a terra e o conhecimento escolar. Bem como, a faixa etária dos 30 anos

em diante, pois faz-se necessário a requalificação dos conhecimentos já adquiridos, haja vista que, as técnicas são aprimoradas durante o tempo.

O programa poderia ser um instrumento para compartilhar conhecimentos e técnicas entre os camponeses a nível nacional. Isto, também aponta a necessidade de parceria entre o Ministério da Educação, Movimentos Sociais e Universidades para a formulação de conteúdos e materiais didáticos que ampliassem a visão de mundo dos sujeitos envolvidos. Todavia, a visão limitada dos atuais gestores do país impossibilita a ampliação deste programa.

Destaca-se também, que a realidade estrutural do município implica em barreiras para a concretização das propostas de emancipação inerente a filosofia do Projovem Campo Saberes da Terra. Assim, as práticas agroecológicas desenvolvidas pelo programa não tiveram continuidade, uma vez que os estudantes não possuem o elemento principal, a terra. Tal fato, evidencia a necessidade de parcerias com entidades representativas (sindicatos, associações, cooperativas dentre outras), de modo que venha suscitar o diálogo e a continuidade dessas práticas.

De todo modo, é imprescindível que as leis que garantem a educação do campo sejam seguidas tal como são elaboradas. Que ao invés de programas temporários para educação do campo, sejam efetuados programas e até mesmo implantadas escolas/ensino efetivos voltados para os sujeitos do campo. Portanto, é preciso cada vez mais pesquisas que abordem a educação do campo e as práticas ambientais sustentáveis, mostrando a importância da ligação de ambas, em especial, para o cuidado com o ambiente, principalmente em relação às atividades que os sujeitos do campo desempenham em seu cotidiano.

Deste modo, o programa deveria assegurar a importância da educação do campo, atrelado as práticas agroecológicas, como possibilidades de elevar a escolaridade e desprender os sujeitos sociais do campo do modo capitalista que está sendo pensado para o desenvolvimento da agricultura, tornando-se um instrumento para o fortalecimento do elo entre o homem e a natureza. Todavia, faz-se necessário que as faixas etárias de 5 a 17 anos e mais de 30 sejam incluídas como público-alvo.

Sabemos que a educação do campo precisa ser bem mais que programas e ou projetos, mas sim uma política pública efetiva, seja na esfera municipal, estadual e ou federal. Contudo, também sabemos que, o programa Projovem Campo Saberes da Terra foi de grande relevância para a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Devido à relevância do programa, e o mesmo ser condizente com as propostas da Educação do Campo, em 2018 no município de

Simão Dias, criou-se diretrizes para a inclusão da Educação do Campo no município, sendo um exemplo para os demais municípios que aderiram ao programa.

Devido a conjuntura atual é preciso fortalecer ainda mais a luta pela educação do campo, possibilitando a inclusão da mesma, como ensino regular nas esferas federais, estaduais e municipais. Assim, também, contribuir para a ressignificação e fortalecimento da proposta de Educação do Campo, objetivando a reconstrução e valorização das diversas identidades que constituem a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALVES, Glória da Anunciação. Cidade, cotidiano e TV. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 134-144.

ALVES, Railda Fernandes; BRASILEIRO, Maria do Carmo; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**: Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul. /dez. 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Francisca Argentina Gois. **Movimento de Educação de Base: o MEB em Sergipe (1961 – 1964)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 300p.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.

BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm). Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 26, 2008.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/DF: MEC, janeiro de 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília/fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: Mec. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Político Pedagógico**. (Coleção Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo – saberes da Terra) /Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. – Brasília: MEC/SECAD, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Economia solidária**: caderno pedagógico educandas e educandos do Projovem Campo – Saberes da Terra. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Agropecuário – 2006.Agricultura Familiar**. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157 Censo agropec. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Edição 2009. Programa nacional de *educação* de jovens Agricultores (as) Familiares Integrada à Qualificação Social e Profissional. Brasília, 2009.

BRASIL. **Relatório Municipal de Informações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN** nos Municípios. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSGI/grupo.php?d\\_grupo=209](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSGI/grupo.php?d_grupo=209). Acesso em: 13 de dez. de 2018.

BRASIL. **Revista Territórios da Cidadania**: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília: Portal da Cidadania, março de 2009, 20 p.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Questões e contradições da Educação Rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (Org.). **Educação rural no terceiro mundo**: experiências e novas alternativas. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma educação do Campo, nº4. p.25-36.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagma, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004, p. 13-52.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **3º Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, Brasil, Anais: CBA**. 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília: MDA/SAF 2009.

CARVALHO, Marcos de. **O que é Natureza**. -São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

CARVALHO, Ananda. Possibilidade e Limites do Programa Território da Cidadania a partir de sua Realização no Território Região Central e no Município de Santa Maria/RS. **Revista Agrária**. São Paulo, 2011. nº 14, p. 57-77. Disponível em: <http://migre.me/kYYGx>. Acesso em: 15 de mai. de 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

CORREIA, Elis Santos. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe**: territórios em disputa (2007-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Educação. São Cristóvão, 2018.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão popular, 2017.

DEMO, Pedro. Subeducação. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (Org.). **Educação rural no terceiro mundo**: experiências e novas alternativas. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DOREA, Ricardo Teles. **Análise do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra da UFS**: limites e contradições da política de gestão e formação na educação do campo. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, nº 77, mar. 2007. p. 73-89.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação Básica do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por uma educação do campo, n. 2).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada – construindo a Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Maria Cecília (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-146.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Maria Cecília. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

FERNANDES, Luciana Pinto. **Projovem Campo Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre**. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. RS, 2015.

FERREIRA, Maria Geovana Melim. **A educação popular nas práxis do Projovem Campo Saberes da Terra no Espírito Santo**. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. ES, 2015.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 120p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão).

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., 1999, Salvador. **Anais**. Salvador: União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, 1999. p. 39-48.

GOIS, Magaly Nunes de. **Participação e controle dos movimentos sociais e sindicais na educação do campo: um estudo no Estado de Sergipe**. 2017. 484 f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GREEN, Shia. **El libro de los mandalas del mundo**. Santiago, Chile: Oceano Ámbar, 2005.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.



HERRINQUES, Ricardo. (Org.) et al. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: SECAD, Ministério da Educação, 2007.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acessado em: 16 de ago. de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Dados gerais do Município de Pedra Mole/SE**. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=280500&search=sergipe|pedra-mole|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 21 de abr. de 2017.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios sergipanos**. Aracaju, SE: IBGE, 2014.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 63-74.

JESUS, Vânia Cristina Pauluk de. **A educação no campo na história educacional brasileira: alguns apontamentos**. Ponta Grossa-PR, 2005. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vania%20cristina%20pauluk%20de%20jesus.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vania%20cristina%20pauluk%20de%20jesus.pdf). Acesso 21 de mar. 2018.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LUCINI, Marizeti. **Memórias e história da identidade sem terra no assentamento Conquista na Fronteira**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, Francilene Augusta Matias; ROCHA, Iradilma Gabriela; LOBO, Viviane de Andrade. **A avaliação na Pedagogia da Alternância no Programa Saberes da Terra no município de Moju/PA**. Desafios e Perspectivas de Transformação. I Encontro de Pesquisas e Práticas em educação do Campo da Paraíba, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes; ALENCAR, Maria Clélia de Medeiros. Juventude Rural: trabalho, migração e escola. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFS, 2003.

MELO, Juliana Franco de. **Alternância como pedagogia na Escola Família Agrícola- SE: possibilidades de construção de práticas sustentáveis**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Boitempo 2006. 116 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO- MDA. **Referencias para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**, 2005. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA\\_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf). Acesso em: 26 de out. de 2018.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antônio Calos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4ª. Edição- São Paulo: Annablume, 2005.

MUNARIM, Antônio. Educação do campo: desafios teóricos e práticos. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma (org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2011. p. 9-18.

MUTUANDO, Instituto Giramundo. A Cartilha Agroecológica / Instituto Giramundo Mutuando Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As políticas públicas em educação do campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária**. 2015. 378 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PETTY, Miguel; TOMBIM, Ana; VERA, Rodrigo. Uma Alternativa de Educação Rural. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (Org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza da natureza da globalização**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (Org.). **Pesquisa Social métodos e técnicas**. 3ª ed. 13. reimpr. São Paulo: Atlas 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria e ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Elizana Monteiro dos. **Trabalho coletivo, interdisciplinaridade e auto-organização dos educandos: Contribuições da LEDOC para práticas educativas contra hegemônicas na experiência do Projovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SANTOS, Marilene. **Educação do campo, uma política em construção: desafios para Sergipe e para o Brasil**. 2013. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Núbia Dias dos. **Pelo espaço do homem camponês: estratégias de reprodução social no sertão dos estados de Sergipe e Alagoas**. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Roberto de Souza. Meio Ambiente e Espaço Geográfico: Uma análise sociedade-natureza. **Revista de Estudos Sociais**, ano 12, n.23, v.1, 2010.

SANTOS FILHO, Agripino Alexandre dos. **Crise ambiental e moderna: um diagnóstico interdisciplinar**. Porto Alegre, RS: Redes Editora, 2015. 139 p.

SIQUEIRA, Lucina Valentim; ZÚÑIGA, Santiago Millan. Educação do Campo: um caminho para a sustentabilidade. In: SOGLIO, Dal; KESSLER, Fabio; KUBO, Rumi Regina (org.), Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SIQUEIRA, Pedro Zucon Ramos de. **A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamentos da reforma agrária no território de Sergipe**. 2014. 101f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

SOARES, Maria José Nascimento. O processo formativo-educativo e a prática pedagógica do MST / SE. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. 262 p.

SOUZA, Jerry Adriano de. **Sabores da Terra, Saberes da Terra – Pedagogia da Alternância e Olericultura Orgânica: A Experiência do Projovem Campo Saberes da Terra na Comunidade Rural do Sítio Córrego, Apodi/RN**. Monografia (Licenciatura) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Departamento de Educação. Curso de Pedagogia, 2011.

SOUZA, Karla Tereza Amélia Fornari de. **Educação do Campo e emancipação humana: contribuições do Projovem Campo Saberes da Terra (edição 2008) em Pernambuco**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, 2008.

SOUZA, Maria José da Silva. SANTOS, Núbia Dias dos. A educação ambiental no projeto político pedagógico do Projovem campo saberes da terra. In: SILVA, Maria do Socorro Ferreira ... [et al.] (org.). **REFLEXÕES TEÓRICO-METOLÓGICAS & práticas pedagógicas nas ciências ambientais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018. p. 438-460.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TORRES, Juliana Rezende; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. Educação Ambiental crítico- -transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B; TORRES, Juliana Rezende, (org.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

VIA CAMPESINA. Relatório do encontro. In: Encuentro Continental de Formadores y Formadoras en Agroecología, 1. **Anais**. Barinas, Venezuela: Instituto Agroecológico Latinoamericano Paulo Freire (IALA), agosto de 2009.

WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (Org.). **Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

**APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS EDUCANDOS DO  
PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA (2015-2017)**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM  
OLHAR PARA O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE  
PEDRA MOLE/SE**

Mestranda: Juniela dos Santos  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos

**QUESTIONÁRIO**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Endereço:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** \_\_\_\_\_ **Profissão:** \_\_\_\_\_

**Local de nascimento:** \_\_\_\_\_

**Nível de Escolaridade**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo   | <input type="checkbox"/> Superior Completo          |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto       | <input type="checkbox"/> Outros                     |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo         |   |

**1- Você participou do ProJovem Campo Saberes da Terra? ( ) Sim ( ) Não**

1.1 Se sim, o que te motivou a estudar no ProJovem Campo Saberes da Terra?

\_\_\_\_\_

1.2 Estudou durante quanto tempo? \_\_\_\_\_

1.3 Em quais ano (s) participou do ProJovem? \_\_\_\_\_

1.4 Depois do ProJovem, você continuou estudando? Sim ( ) Não ( )

1.5 Se não, por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2- Já tinha estudado em algum programa e/ou escola do campo em seu município?**

( ) Sim ( ) Não

2.1. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

2.2. Se não, qual o motivo? \_\_\_\_\_

**3- O ProJovem Campo Saberes da Terra contribuiu de alguma forma para sua vida?**

( ) Sim ( ) Não

3.1. Se sim, como?

\_\_\_\_\_

3.2. Se não, por quê? \_\_\_\_\_

3.3. Você considera importante uma educação no/do campo como o ProJovem? Sim ( ) Não ( )  
Por que? \_\_\_\_\_

---

3.4. Se sim, estudaria no ProJovem se fosse ofertado o ensino médio? Sim ( ) Não ( )  
 Por que? \_\_\_\_\_

---

**4- Atualmente você reside onde? ( ) Área Rural ( ) Área Urbana**

**5- Atualmente você trabalha? ( ) Sim ( ) Não**

5.1. Se sim, em qual localidade? ( ) Área Rural ( ) Área Urbana

5.2. Se não, por qual motivo? \_\_\_\_\_

---

**6- De onde vem sua renda atual:**

6.a Da agricultura ( )

6.a.1. Trabalho alugado/diarista ( )

6.a.2 Morador/Caseiro ( )

6.a.3. Meeiro ( )

6.a. 4 Parceiro ( )

6.a.5 Arrendatário ( )

6.a.6 Trabalha por conta própria na terra própria, cedida ou da família ( )

6.a.7 Pescador ( )

6.b Da indústria. ( )

6.c Da construção civil. ( )

6.d Do comércio ( )

6.e Como funcionário (a) do governo federal, estadual ou municipal ( )

6.f Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante) ( )

6.g Trabalho em minha casa

informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.) ( )

6.h Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas ( )

6.h.1 esporádico ( )

6.h. 2 permanente ( ) com carteira Assinada ( ) sem carteira assinada ( )

6.i No lar (sem remuneração) ( )

6 j Benefícios de Programas Sociais

6.j.1 Bolsa família, ( )

6.j. 2 Segura defeso, ( )

6.j.3 Seguro safra ( )

6.j.4 Aposentadoria ( )

6.j.5 Auxílio Doença ( )

6.j.6.Seguro Desemprego ( )

**7- Você está aplicando os conhecimentos que adquiriu no ProJovem? ( ) Sim ( ) Não**

7.1. Se não, por quê?

---



---

7.2. Se sim, onde? O que faz?

---



---

**8- Você acha que o Projovem deve ter continuidade? ( ) Sim ( ) Não**

8.1. Se sim, qual motivo? \_\_\_\_\_

---



---

8.2. Se não, qual motivo? \_\_\_\_\_

**9- Em sua cidade há oportunidades de trabalho? ( ) Sim ( ) Não**

9.1. Se sim, quais? \_\_\_\_\_

9.2. Se não, quais as dificuldades para encontrar um trabalho? \_\_\_\_\_

**10- Você acha que o Campo (Área Rural) é lugar de viver, trabalhar e estudar?**

( ) Sim ( ) Não

10.1. Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

10.2. Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**11- Marque com um X os temas que foram trabalhados no decorrer do ProJovem Campo Saberes da Terra:**

( ) Agricultura Familiar

( ) Meio Ambiente

( ) Sustentabilidade

( ) Economia Solidária

( ) Transgênicos

( ) Agronegócio

( ) Agroecologia

( ) Monocultura

( ) Alimentação Saudável

( ) Políticas Públicas

( ) Produção de Hortaliças

( ) Identidade, gênero e etnia

( ) Educação do/no Campo

**12- Você já tinha estudado esses temas antes na escola? ( ) Sim ( ) Não**

12.1. Se sim, quais? \_\_\_\_\_

**13- Para você foi importante estudar esses temas? ( ) Sim ( ) Não**

13.1. Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

13.2. Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**14- No desenvolvimento do Projovem Campo Saberes da Terra em seu município foram trabalhados o Tempo Escola e o Tempo Comunidade?**

( ) Sim ( ) Não

14.1. Se sim, como você avalia essa metodologia? \_\_\_\_\_

14.2. O Tempo Escola e o Tempo Comunidade, contribuiu para melhorar o seu relacionamento com a terra, com a agricultura, com a criação animal? Sim ( ) Não ( ).

Explique \_\_\_\_\_

**15. No lugar em que mora, existe produções agrícolas? ( ) Sim ( ) Não**

15-1. Se sim, é produzido do modo convencional (com o uso de herbicidas químicos, de modificação genética, apenas de monoculturas de milho, com uso de máquinas ou do modo Orgânico (A manutenção do solo é feita através da adição de compostos naturais, o controle de pragas é feito através de métodos naturais)?

---



---

**15- O modo de produzir desenvolvido no lugar em que mora traz benefícios para a comunidade? ( ) Sim ( ) Não**

16.1. Se não, por quê?

---



---

16.2. Se sim, quais? \_\_\_\_\_

---

**17- Você e/ou alguma pessoa da sua família possui alguma Produção Agrícola ou criam animais? ( ) Sim ( ) Não**

17.1. Se sim, onde produz/criam e o que produz/criam?

---



---

17.2. Faz uso de defensivos, quais? \_\_\_\_\_

---

17.3. Se não tem nenhuma produção, por que não produz?

---



---

17.4 A maneira como você e sua família planta e cria animais mudou depois que você estudou no ProJovem? Sim ( ) Não ( ).

17.4.1. Se sim, descreva as mudanças \_\_\_\_\_

---

17.4.2. Se não, explique por quê? \_\_\_\_\_

---

**18- Você faz parte de algum movimento social? ( ) Sim ( ) Não**

18. 1. Se sim, qual?

---



---

18.2. Qual o motivo de fazer parte desse movimento?

---

18.3. Qual o motivo de não fazer parte dos movimentos sociais?

---



---

**Muito obrigada pela sua participação!**



## **APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS**

### **ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

1. Qual a leitura que você tem/faz sobre a educação do município?
2. Como pensa a educação para o futuro?
3. Existe alguma política educacional voltada para a educação do campo no município?
4. Há a possibilidade ou interesse de se pensar em uma política educacional do campo para o município?

### **ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

1. Quais são os projetos de agricultura para a economia do município?
2. Quais são os parceiros para o desenvolvimento desse (s) projeto (s)?
3. Quantas pessoas são beneficiadas com esse (s) projeto (s)?
4. Existe algum projeto (produção de hortas) para o assentamento e/ou pequenos produtores do município?
5. A produção do município emprega e/ou traz renda para a comunidade?

### **ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SERGIPE**

1. Quais as políticas educacionais do campo em Sergipe?
2. Quais são as políticas educacionais do campo, que estão sendo desenvolvidas atualmente no Estado?
3. Quais as perspectivas e os principais desafios da educação do campo?
4. O que é educação do campo?
5. O que é educação no campo?

### **ENTREVISTA COM COORDENADOR DO EJA CAMPO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS**

1. Qual a sua experiência com o ProJovem Campo Sabres da Terra
2. Como se deu o EJA campo Saberes da Terra em Simão Dias/SE (como foi possível?)

## **ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES RURAIS**

1. Nome
2. Idade
3. Profissão
4. Escolaridade
5. Onde mora?
6. De onde vieram seus avós, seus Pais (Município/Estado/ Área Urbana/ Área Rural)?  
Qual a profissão deles?
7. Como iniciou a vida com o trabalho na Agricultura? Atualmente trabalha com que?
8. Percebe modificações nas formas de trabalho na Agricultura desde o tempo de seus avós até os dias de hoje?
9. Qual (s) sua (s) principal (s) fonte (s) de renda?
10. Atualmente possui algum cultivo?
11. Onde é feito esse cultivo? A propriedade é sua?
12. Se não possui cultivo e possui uma propriedade o que faz com ela?
13. Do que é composto seu cultivo?
14. Utiliza algum veneno/defensivo em seu cultivo? Qual?
15. Seu cultivo é para seu consumo, comercialização ou para os dois?
16. Qual a principal dificuldade do pequeno agricultor produzir uma roça/cultivo hoje em dia?
17. Como você avalia esse modo de cultivo atual?
18. Para você qual a importância da Agricultura?

## **ENTREVISTA COM OS FEIRANTES**

1. Onde você mora?
2. O que comercializa?
3. Você produz o que vende? Se sim, onde?
4. Se não produz, de onde vem os produtos que comercializa?
5. Utiliza algum produto químico (agrotóxico)?

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM OLHAR PARA O PROJÓVEM CAMPO SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE PEDRA MOLE/SE**. Com o objetivo de analisar a importância de programas educacionais para os sujeitos do campo; identificar a relação entre a educação do campo e a educação ambiental; avaliar as fragilidades dentro do Projeto Político pedagógico do Projovem Campo Saberes da terra; identificar as práticas sustentáveis a partir das atividades desenvolvidas pelo Projovem Campo Saberes da Terra. As informações para a pesquisa serão coletadas na forma de questionário, atividades (desenvolvidas no programa) e fotografias, conforme o seu consentimento e a sua disposição em participar da pesquisa. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, incluindo os possíveis riscos e benefícios resultantes da sua participação – **destaca-se que o presente estudo oferece aos participantes riscos previsíveis de ordem psicológica, intelectual e/ou emocional, tais como possibilidade de constrangimento, desconforto, fadiga e quebra de anonimato**, no entanto, assegura-se que os mesmos serão evitados, de modo que as perguntas feitas não atinjam os riscos previstos. **Quanto aos benefícios, esse o estudo "contribuirá para o fortalecimento da educação do/no campo e da Educação Ambiental", bem como para os participantes, com a efetivação de mais práticas da Educação do Campo nas quais os mesmos poderão ser inseridos.** Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Ao final da pesquisa, os resultados serão expostos a você e à sua comunidade em reuniões previamente comunicadas, de acordo com data e horário sugeridos por você e sua comunidade, onde seu nome ou o material que indique a sua participação não estará identificado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada pelos pesquisadores e outra será fornecida a você. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

### DECLARAÇÃO DO (A) PARTICIPANTE (OU RESPONSÁVEL)

Eu, \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e retirar o meu consentimento em participar do estudo sem que isto ocasione qualquer tipo de penalidade. Os pesquisadores certificaram-me de que não serei identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. **Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Juniela dos Santos no e-mail [junielaufs@gmail.com](mailto:junielaufs@gmail.com) e, ou no telefone (79) 98138-2003.** Declaro que concordo em participar desse estudo, recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Assinatura do Participante ou Responsável / Data RG ou CPF (se possível):

---

Assinatura do Pesquisador, Data